



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SOCIAL: SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE
ENSINO APRENDIZAGEM NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO
DISTRITO DE TRIUNFO, CANDEIAS DO JAMARI-RO.

Edileuza Ferreira de Araújo

Asunción, Paraguay

2023

Edileuza Ferreira de Araújo

**DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SOCIAL: SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE
ENSINO APRENDIZAGEM NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO
DISTRITO DE TRIUNFO, CANDEIAS DO JAMARI-RO.**

Tese apresentada, defendida e aprovada para o curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências da Educação e Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Clara Roseane da S.A. Mont'Alverne

Asunción, Paraguay

2023

Edileuza Ferreira de Araújo

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SOCIAL: SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO DISTRITO DE TRIUNFO, CANDEIAS DO JAMARI-RO

Asunción (Paraguay)

Tutor: Prof. Dra. Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne

Tese de Mestrado em Ciências da Educação. p. 211 – UAA, 2023.

Palavras Chave: 1. Ambiente escolar; 2. Discriminação racial e social; 3. Educação; 4. Legislação vigente.

Edileuza Ferreira de Araújo

**DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SOCIAL: SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE
ENSINO APRENDIZAGEM NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO
DISTRITO DE TRIUNFO, CANDEIAS DO JAMARI-RO.**

Esta tese foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação, pela
Universidade Autónoma de Asunción- UAA

Dedico aos meus filhos Larissa Araújo e Daniel Araújo na
esperança de que seja um exemplo de que nada se consegue sem
trabalho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de superação dos obstáculos,

A todo corpo da UAA por facilitar a realização deste sonho.

Agradeço em especial a minha família, pelo apoio incondicional, incentivando e comemorando comigo todas as etapas concluídas, e aqueles que direta ou indiretamente estiveram presentes em todos os momentos da minha caminhada.

Agradecimentos também às colegas de profissão, que estiveram sempre me auxiliando para alcançar essa vitória, bem como aqueles que contribuíram na construção desse trabalho, em especial as professoras Maria Jucília Sérgio e Shirley Martins Zambelli, alunos, pais e a diretora Maria do Socorro, sem a colaboração de vocês não seria possível atingir meus objetivos.

A minha orientadora, Professora Dra. Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne que não mediu esforços para encaminhar-me rumo ao conhecimento científico e aprimoramento intelectual.

O meu muito obrigada!

Há em tudo um limite que é perigoso transpor,
porque, uma vez transposto, já não há processo
de voltar-se atrás.

(Fiódor Dostoiévski)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xxii
LISTA DE ABREVIATURAS	xixiii
RESUMEN.....	xv
RESUMO	xvii
ABSTRACT.....	xvii
INTRODUÇÃO	1
1. DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SOCIAL: SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	112
1.1. A discriminação racial e social na instituição escolar.....	16
1.2. Legislação brasileira ao combate ao racismo	332
1.2.1. Legislação sobre discriminação racial e social no Brasil	333
1.2.2. Legislação sobre discriminação no ambiente escola.....	36
1.2.3. A eficácia das normativas para diminuir o preconceito com relação a discriminação racial.....	39
1.2.4. O Papel do Professor no combate à discriminação racial e social na sala de aula.....	41
1.2.5. Atividades pedagógicas para o combate à discriminação nas escolas.....	42
1.2.6. A qualidade de ensino escolar e as condições socioeconômica dos alunos.....	45
1.2.7. Os reflexos da discriminação em sala de aula.....	48
1.2.8. A importância do professor na medição das diferenças na sala de aula.....	56
1.3. Equipe gestora e a construção da igualdade racial no espaço escolar.....	63
1.3.1. Conceito de equipe gestora.....	63
1.3.2. A equipe gestora e as relações de desigualdade na escola.....	65
2.1. Fundamentação metodológica.....	71
2.2. Problema da investigação.....	72
2.3. Objetivos da pesquisa.....	73

2.3.1. Objetivo geral.....	73
2.3.2. Objetivos específicos.....	74
2.4. Cronograma da pesquisa.....	74
2.5. Contexto Espacial e Socioeconômico da Pesquisa.....	75
2.5.1. Delimitação da pesquisa.....	80
2.6. Participantes da pesquisa.....	83
2.6.1. Alunos dos 6º anos.....	83
2.6.2. Alunos dos 6º anos.....	84
2.6.3. Pais e responsáveis pelos menores.....	85
2.6.4. Professores.....	86
2.7. Desenho da investigação.....	87
2.8. Técnicas e instrumentos da coleta de dados.....	92
2.8.1. Entrevista aberta.....	99
2.8.2. Observação sistemática/estruturada.....	94
2.8.3. Análise documental.....	95
2.8.4.1. Projeto Político Pedagógico.....	96
2.8.4.2. Resoluções do MEC e da CEPPIR/RO.....	97
2.9. Aspectos éticos: caminho percorrido para aprovação na Plataforma Brasil.....	98
2.9.1. Aspectos éticos da pesquisa.....	99
2.9.2. Riscos.....	100
2.9.3. Benefícios.....	102
2.9.4. Critérios de inclusão e exclusão.....	101
2.9.5. Desfecho primário e secundário.....	103
2.9.6. Critérios para suspender ou encerrar a pesquisa.....	103
2.9.7. Sigilo, privacidade e confiabilidade dos dados.....	104
2.9.7.1. Elaboração e validação dos instrumentos.....	104
2.10. Procedimentos para a coleta de dados.....	105
2.11. Técnicas de análise e interpretação dos dados.....	106
2.11.1. Pré-análise do conteúdo.....	108

2.11.2. Exploração do material.....	109
2.11.3. Tratamento dos resultados.....	109
2.11.4. Codificar dados primários.....	110
2.11.5. Codificar dados secundários.....	111
2.11.6. Interpretar os dados.....	111
2.11.7. Assegurar a confiabilidade e validade dos resultados.....	11111
2.11.8. Responder, corrigir e voltar ao campo.....	113
3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	114
3.1. Descrever sobre o processo de discriminação racial e social âmbito escolar e seus reflexos nos alunos do 6º ano do ensino fundamental.....	114
3.1.1. Concepção dos Alunos quanto ao Processo de Discriminação Racial e Social no âmbito Escolar.....	116
3.1.2. Concepção dos Pais quanto ao Processo de Discriminação Racial e Social no âmbito Escolar.....	121
3.1.3. Concepção das Professoras quanto ao Processo de Discriminação Racial e Social no âmbito Escolar.....	125
3.2. Dissertar sobre a eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação racial e social.....	128
3.2.1. Concepção dos Alunos sobre a Eficácia das Normatizações Voltadas a Contenção e Redução do Preconceito e Discriminação Racial e Social.....	129
3.2.2. Concepção dos Pais sobre a Eficácia das Normatizações Voltadas a Contenção e Redução do Preconceito e Discriminação Racial e Social.....	131
3.2.3. Concepção das Professoras sobre a Eficácia das Normatizações Voltadas a Contenção e Redução do Preconceito e Discriminação Racial e Social.....	134
3.3. Relatar as atividades realizadas pela escola Albino Buttner no combate as ações discriminatórias e preconceituosas.....	137
3.3.1. A Concepção dos Alunos no que se refere as Atividades Realizadas pela Escola Albino Buttner no Combate as Ações Discriminatórias e Preconceituosas.....	138

3.3.2. A Concepção dos Pais e Responsáveis no que se refere as Atividades Realizadas pela Escola Albino Buttner no Combate as Ações Discriminatórias e Preconceituosas.....	141
3.3.3. A Concepção das Docentes no que se refere as Atividades Realizadas pela Escola Albino Buttner no Combate as Ações Discriminatórias e Preconceituosas.....	146
CONCLUSÕES E PROPOSTAS.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154
APÊNDICE 1: Carta enviada à direção da instituição, local da pesquisa.....	164
APÊNDICE 2: Carta de anuência do Serviço.....	166
APÊNDICE 3: Termo de Compromisso de Sigilo Profissional.....	167
APÊNDICE 4: Plataforma Brasil – Parecer Consubstanciado do CEP.....	168
APÊNDICE 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	172
APÊNDICE 6: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	175
APÊNDICE 7: Entrevista Aberta ao Aluno do 6º Ano.....	179
APÊNDICE 8: Entrevista Aberta para os Pais.....	181
APÊNDICE 9: Entrevista Aberta dos Professores.....	184
APÊNDICE 10: Observação sistemática/estruturada para Pesquisa.....	186
APÊNDICE 11: Relatório das observações da Pesquisa.....	188

LISTA DE TABELAS

Tabela N° 1: Programação das Ações.....	73
Tabela N° 2: Números da Rede Estadual no Estado em Rondônia 2019.....	77
Tabela N° 3: Números da Rede Municipais de Candeias do Jamari, em 2018.....	78
Tabela N° 4: Turmas e Matrículas da Estadual escola Albino Buttner de Rondônia.....	81
Tabela N° 5: Participantes da Pesquisa.....	85

LISTA DE FIGURAS

Figura Nº 1: Desenho Geral do Processo de Investigação.....	9
Figura Nº 2: Deveres do professor.....	30
Figura Nº 3: Deveres do professor.....	47
Figura Nº 4: Mapa Político do Brasil.....	75
Figura Nº 5: Localização Geográfica do Estado do Rondônia.....	76
Figura Nº 6: Localização Geográfica de Candeias do Jamari.....	77
Figura Nº 7: Localização Geográfica da Escola Albino Buttner Rondônia.....	79
Figura Nº 8: Fachada do Escola Estadual Albino Buttner Rondônia.....	80
Figura Nº 9: Esquema do Desenho e Enfoque da Pesquisa.....	86
Figura Nº 10: Desenho Metodológico da Investigação.....	90
Figura Nº 11: Esquema da Análise e Interpretação dos Dados.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS

- A – Aluno
- CEE – Conselho Estadual de Educação
- CELEM – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CF/88 – Constituição Federal de 1988
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
- CP – Conselho Pleno
- DAE – Diretoria de Administração Escolar
- DOU – Diário Oficial da União
- DPA – Divisão Político-Administrativa Brasileira
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH Índice de Desenvolvimento Humano
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB – Lei das Diretrizes e Bases
- MEC – Ministério da Educação
- MP – Ministério Público
- MS – Ministério da Saúde
- P – Professor
- PCJ – Procuradoria Geral de Justiça
- PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
- PDC – Projetos de Decreto de Lei
- PL – Projeto de Lei
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- PR – Pais/responsáveis
- ONU-Organização das Nações Unidas
- DUDH- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos

TRE-RJ- Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

EJAs- Educação de Jovens e Adultos

ADCT -Atos de Disposições Constitucionais Transitórias

CTB- Código Penal Brasileiro

LINDB- Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

NTIC - Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

IDEB - índice de desenvolvimento da educação básica

DPA - Divisão Político-Administrativa Brasileira

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

EJA - Educação de Jovens e Adultos

CEPIR- Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial

CEP/CONEP-Comitê de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TACLE - Termo de Assentimento Informado Livre e Esclarecido

RIC – Requerimentos de Informações

SEED – Secretaria de Estado da Educação

STJ – Superior Tribunal de Justiça

RESUMEN

Esta disertación se refiere al abordaje de la discriminación racial y social, y sus efectos en el proceso de enseñanza-aprendizaje, en el 6º año de la enseñanza fundamental en el Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari, RO. Su estructura se basó en el problema. ¿Cómo se ha manifestado la discriminación racial y social en la escuela Albino Buttner, en el 6º (sexto) año de primaria? El objetivo general es analizar cómo se ha manifestado la discriminación racial y social en la escuela Albino Buttner. Como objetivos específicos: describir la discriminación racial y social en el ámbito escolar; discutir la eficacia de las normas dirigidas a la contención, reducción de prejuicios y discriminación racial y social, e informar las actividades realizadas por la escuela, al público objetivo de la investigación en la lucha contra las acciones discriminatorias y prejuiciosas. Como método se utilizó la investigación cualitativa, con carácter exploratorio y fenomenológico, con el fin de buscar conocer la perspectiva que tiene el sujeto de investigación sobre su propia realidad. La investigación fue aprobada por el Comité de Ética en Investigación a través del Dictamen nº 5.928.078, vía Plataforma Brasil bajo el nº 63302122, 5.0000.9147/CAAE, junto con los instrumentos de recolección de datos, a saber, una guía de entrevista, dirigida a profesores y padres de 6º grado. estudiantes, se utilizó la entrevista a estudiantes de 6º grado, los Términos de Consentimiento Libre e Informado (TCLE) de los entrevistados; como técnicas, observación estructurada y análisis documental, los resultados fueron negativos para los estudiantes del 6º año de la enseñanza básica. Se concluyó que la Escuela Estatal Albino Buttner realiza pocas acciones, abordando la diversidad como forma de eliminar los prejuicios y la discriminación en el ambiente escolar. Siendo la escuela un espacio decisivo en la construcción de relaciones democráticas basadas en el respeto y la diversidad, debe seguir impulsando acciones dirigidas a todos en el ámbito escolar, y orientando principalmente a la familia, ya que es desde su acogida que la efectividad de la inclusión será confirmada.

Palabras clave: Ambiente escolar; Discriminación racial y social; Educación; Legislación vigente.

RESUMO

Esta dissertação reporta-se à abordagem sobre a discriminação racial e social, e os seus reflexos no processo de ensino aprendizagem, no 6º ano do ensino fundamental no Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari, RO. Sua estrutura foi fundamentada a partir da problemática. De que forma a discriminação racial e social, tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º (sexto) ano do ensino fundamental? O objetivo geral, é analisar de que forma a discriminação racial e social, tem se manifestado na escola Albino Buttner. Como objetivos específicos: descrever a discriminação racial e social no âmbito escolar; dissertar a eficácia das normatizações voltadas para a contenção, redução do preconceito e discriminação racial e social, e relatar as atividades realizadas pela escola, ao público alvo da pesquisa no combate as ações discriminatórias e preconceituosas. Como método, utilizou-se a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e fenomenológico, por buscar conhecer a perspectiva que o sujeito foco da pesquisa possui sobre a sua própria realidade. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa por meio dos Pareceres nº 5.928.078, via Plataforma Brasil sob nº 63302122, 5.0000.9147/CAAE, juntamente com os instrumentos da coleta dos dados quais sejam, guia de entrevista, direcionada aos professores e pais dos alunos do 6º ano, a entrevista com os alunos dos 6º anos, utilizou-se o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), dos entrevistados; como técnicas, observação estruturada e análise documental.. Os resultados apresentaram-se de forma negativa para os alunos do 6º ano do ensino fundamental. Concluiu-se que, a Escola Estadual Albino Buttner, realiza poucas ações, abordando a diversidade como forma de eliminar o preconceito e discriminação no âmbito escolar. A escola por ser um espaço decisivo na construção de relacionamentos democráticos pautados no respeito e diversidade, deve continuar promovendo ações voltadas a todos no âmbito escolar, e orientando principalmente a família, pois é a partir do acolhimento destes que se confirmará a efetividade da inclusão.

Palavras-chave: Ambiente escolar; Discriminação racial e social; Educação; Legislação vigente.

ABSTRACT

This dissertation refers to the approach to racial and social discrimination, and its effects on the teaching-learning process, in the 6th year of elementary school in the District of Triunfo, Candeias do Jamari, RO. Its structure was based on the problem. How has racial and social discrimination manifested itself at the Albino Buttner school, in the 6th (sixth) year of elementary school? The general objective is to analyze how racial and social discrimination has manifested itself in the Albino Buttner school. As specific objectives: to describe racial and social discrimination in the school environment; discuss the effectiveness of norms aimed at containment, reduction of prejudice and racial and social discrimination, and report the activities carried out by the school, to the target public of the research in the fight against discriminatory and prejudiced actions. As a method, qualitative research was used, with an exploratory and phenomenological character, in order to seek to know the perspective that the research subject has about his own reality. The research was approved by the Research Ethics Committee through Opinion nº 5.928.078, via Plataforma Brasil under nº 63302122, 5.0000.9147/CAAE, together with the data collection instruments, namely, an interview guide, directed to teachers and parents of 6th grade students, the interview with 6th grade students, the Terms of Free and Informed Consent (TCLE) of the interviewees was used; such as techniques, structured observation and documental analysis. The results were negative for students in the 6th year of elementary school. It was concluded that the Albino Buttner State School performs few actions, addressing diversity as a way to eliminate prejudice and discrimination in the school environment. As the school is a decisive space in the construction of democratic relationships based on respect and diversity, it must continue to promote actions aimed at everyone in the school environment, and orienting mainly the family, since it is from their reception that the effectiveness of inclusion will be confirmed.

Keywords: School environment; Racial and social discrimination; Education; Current legislation.

INTRODUÇÃO

O processo de ensino e aprendizagem deve ser analisado de acordo com a realidade externa e interna dos alunos, buscando relatar suas necessidades e limitações na leitura, escrita e interpretação, pois indivíduos com essas habilidades podem desempenhar um papel fundamental em sua formação, pois assim o farão. Proporcionar, desenvolver sua autonomia, ampliar seus conhecimentos e a capacidade de despertar seu imaginário, ou seja, vai ajudar o sujeito a ter uma visão crítica da sociedade e a perceber seu lugar e papel nela, pois todo aluno tem o direito de vivenciar diferentes culturas e conhecimento para que possam ganhar experiência e se conectar com o mundo, fazendo escolhas de forma autônoma e responsável.

O desenvolvimento dessas habilidades é muito valioso para os alunos porque respondem às necessidades sociais e podem fornecer maneiras de aprender e transformar a sociedade. Portanto, a prática docente deve apresentar situações diversas para que o conhecimento estabelecido possa garantir o sucesso. Usado para trabalhar dentro e fora da sala de aula. Para proteger os direitos dos alunos, é importante abrir espaço para que aprendam a ler, a escrever e a interpretação, para que tenham uma visão diferente do mundo e tenham novas oportunidades de compreensão e interação. Emitir ferramentas no caminho do conhecimento.

Nesta circunstância, a tese denominada: “sobre a discriminação racial e social e os seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental” *busca* analisar essa temática, de que forma isso se torna prejudicial no processo de aprendizagem do educando, tornando se um grande desafio para a escola e para a família.

Em tempos passados, precisamente no século XVI, registra-se que a população nativa do Brasil, os índios, obviamente não possuíam em sua sociedade escolas, todavia, a educação ocorria, os mais velhos ensinavam aos mais novos as práticas da caça e pesca, bem como os rituais próprios dos costumes da tribo, onde cada tribo possuía suas particularidades que eram repassadas de geração a geração, como por exemplo a linguagem falada. (Lima, 2020).

No referido século, chega ao país a Companhia de Jesus, os chamados Jesuítas, que chegam ao Brasil com a proposta e a missão de trazer fé, ensinar aos nativos os dogmas católicos, e torna-los “civilizados”, basicamente a escola dos Jesuítas se preocupavam em catequizar os índios, e atendendo aos interesses da família real

portuguesa, reservavam os ensinamentos educacionais, os saberes relacionado à filosofia, matemática, português e ciências, aos filhos dos colonizadores, os filhos dos portugueses, tornando desde então o acesso à educação apenas para filhos de famílias ricas e de pele branca (burgueses), que ao atingirem um certo nível de conhecimento eram enviados para Portugal para se graduarem no ensino superior na Universidade de Coimbra. (Saviani, 2011)¹.

Negros, indígenas e pobres não possuíam acesso à educação, mulheres eram ensinadas a ler e a escrever, todavia não podiam avançar em seus estudos, pois sua função era administrar o lar, ser mãe e boa esposa. Com o decorrer do tempo, os jesuítas foram expulsos do território nacional por Marquês de Pombal, e passou a surgir mudanças, no ano de 1853, passou a ser obrigatório a frequência escolar para crianças a partir dos 7 (sete) anos de idade. Para Saviani (2011), nessa época foi dado início às transformações na educação no Brasil. As famílias que não matriculassem seus filhos poderiam ser multadas, passou a surgir a partir da reforma realizada por Couto Ferraz² o sistema educacional de ensino no país.

Manifestos sociais em prol da acessibilidade à educação foram realizados ao longo dos tempos, um importante nome a ser citado é o de Florestan Fernandes, era sociólogo de formação, todavia, ficou conhecido como educador, devido a sua atuação em prol de melhorias no sistema de ensino, escreveu 80 (oitenta) livros dentre os quais muitos abordavam a educação como temática principal. Na sua atuação como deputado federal

¹ Neto de imigrantes italianos e filho de trabalhadores rurais, seus pais transferiram-se em 1948 para a cidade de São Paulo, transformando-se em operários industriais. Dermeval Saviani em 1975 foi lecionar na recém-criada Universidade Federal de São Carlos onde ajudou a implantar, em 1976, o mestrado em Educação, em convênio com a Fundação Carlos Chagas. Em 1978 retornou como professor da PUCSP e ajudou a consolidar o doutorado em Educação nesta instituição. Em 1979 participou da fundação da Associação Nacional de Educação (ANDE) tendo sido, também, sócio-fundador da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) criada em 1977 e do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), articulado em 1978 e oficializado em março de 1979. Em 1986 concluiu a livre docência na área de História da Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP. Também em 1986 criou o Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" que se consolidou como um Grupo Nacional com grupos de trabalho na maioria dos estados brasileiros. Entre 1989 e 1992 coordenou o programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP. Considerado filósofo da educação e/ou pedagogo lato sensu, é fundador de uma pedagogia dialética, que denominou Pedagogia Histórico-Crítica. Saviani vivenciou um período de mudanças no nosso país, como a transição na educação durante a consolidação do período democrático que vivemos na atualidade, acompanhando as transformações sociais, as transformações na história da educação brasileira e acentuando os pontos positivos e negativos que as modificações no processo educacional refletiram no dia-a-dia.

² Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro GCC • GCNSC (Rio de Janeiro, 7 de maio de 1818 — Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1886) foi um advogado e político brasileiro. Foi o responsável pela metodização e oficialização do ensino primário, reforma do ensino secundário, das escolas de medicina, o conservatório de música, a academia de belas artes, e criador do Imperial Instituto dos Cegos.

defendeu a descentralização do ensino, e acreditava que a educação era uma porta transformadora e que proporcionava aos estudantes a liberdade social. (Camargo, 2017)

Muito tem-se falado atualmente em diversidade cultural e étnico-racial, estes termos têm sido utilizados por diversos campos da sociedade em situações distintas. Seja em programas televisivos, imprensa de mídias digitais, revistas, redes sociais, em espaços físicos distintos, nas universidades, nos ambientes de trabalho, nos barzinhos utilizados para o *happy hour* de fim de tarde, nas escolas, enfim, em diferentes ambientes sociais.

Se faz necessário esclarecer que a discussão voltada à discriminação racial e social caminha em conjunto com os debates relacionados a inclusão escolar. Ao se falar em inclusão escolar, pensa-se imediatamente lei de inclusão (Lei 12.796/13 e 13.146/15), contudo, a inclusão escolar não deve ser atribuída apenas a inserção de alunos com deficiências, mas sim, a inclusão de todos aqueles que são de alguma forma excluído. Sob um olhar social, tem-se a discriminação em decorrência da cor da pele, religião, condição financeira, opção sexual uma forma de exclusão. Sendo assim, os alunos que são deixados a margem, são rejeitados ou que sofrem *bullying* necessitam ser atendidos e reinseridos de forma respeitosa ao ambiente escolar e ao convívio da sociedade escolar.

Em uma era onde as informações são divulgadas na velocidade da internet, e o mundo todo se conecta em tempo real abordar a temática no âmbito de base de formação de cidadãos, o âmbito escolar, nada mais é do que ir em busca da essência que dá origem a todo o desenvolvimento posterior da temática, pois nas escolas onde ocorrem os primeiros choques de diversidade cultural, onde crianças e jovens que possuem culturas educacionais distintas trazidas de suas proles se reúnem em um ambiente diferenciado dos seus lares de origem e que lhes apresentam um grupo de pessoas distintas do que dantes estavam habituados a conviver. Crianças e jovens passam a se deparar com a personalidade de seus colegas de turma e de seus professores.

Nesse ambiente diferente e que se renova constantemente com a partida e a chegada de alunos e profissionais a abordagem de temas como racismo, sexualidade, “ideologia de gênero”, *bullying*, posicionamento social, são questões complexas, delicadas e polêmicas de serem tratadas. Assim sendo o presente estudo abordará o assunto inerente a “Discriminação racial e social: seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental no distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO”.

Destaca-se que a abordagem desse assunto não é uma prática recente, á décadas já vem sendo discutido quais os impactos causados pela discriminação racial e social, no

entanto o ambiente escolar passou a ter maior enfoque há pouco tempo, conforme ações racistas passaram a ser veiculadas pela mídia com maior frequência e registradas como injúria racial nas centrais de polícia.

Justificativa da Investigação

Justifica-se a escolha desta temática devido à necessidade de conhecer meios que assegurem a inclusão racial e social no ambiente escolar.

A inclusão em todo o sistema educativo é necessária e indispensável, no entanto, percebe-se que na realidade o contexto escolar está cercado de preconceito e discriminação. A escola é um lugar de formação de opinião, sendo assim as ações da escola precisam ser orientadas pelos interesses e capacidades dos estudantes, contribuindo para o estabelecimento de um clima harmonioso, no qual o professor possa exercer sua prática, atendendo as diferenças de cada um. No que se refere à importância do estudo de temas raciais e sociais dentro das instituições escolares, Brasil (1997, p.129.) afirma que:

Uma proposta curricular voltada para a cidadania deve preocupar-se necessariamente com as diversidades existentes na sociedade, uma das bases concretas em que se praticam os preceitos éticos. É a ética que norteia e exige de todos, e da escola e educadores em particular, propostas e iniciativas que visem à superação do preconceito e da discriminação.

Ao se pensar na educação e em toda diversidade cultural que ela presta suporte, compreende-se que a contribuição da educação para essa temática é dar visibilidade às diferenças socioculturais que se fazem presentes em grupos distintos, fornecendo subsídio teórico para que seja possibilitada a compreensão estrutural da sociedade e sua diversidade de culturas respeitando à alteridade. Acima de tudo, promover o entendimento dos elementos que visam sustentabilidade nas práticas de intervenções críticas, criativas e construtivas que se desenvolvem nas instituições de ensino por meio do processo de ensino aprendizagem.

Além de que a educação é um direito democraticamente conquistado e garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988, onde no seu artigo 205º declara:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao

pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda traz o texto constitucional a seguridade do artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

[...]

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; (Brasil, 1988).

Assim, a discriminação no âmbito escolar, seja ela de caráter racial ou social, é vetada pela constituição, aplicar a norma nesse ambiente se-apresenta como um desafio a ser enfrentado, desta maneira, é preciso buscar conhecimentos para que este problema seja superado, como também, levantar dados que possibilitem conhecer procedimentos utilizados para inclusão que assegurem melhorias não só para o processo de ensino aprendizagem dos alunos, mas que contribua para formação de indivíduos com ações efetivamente respeitadas independente do lugar onde esteja inserida.

Neste sentido, a escolha deste tema está relacionada a situações vivenciadas durante estágios em escolas do Ensino Fundamental, onde foram presenciadas situações que provocaram angústias indignação e questionamentos de algumas atitudes relacionadas à discriminação racial e social, portanto o desenvolvimento deste estudo é de suma importância para a busca de respostas relacionadas ao tema, pois na escola é possível intervir de forma coerente, respeitando os direitos de cada um.

Sabendo que a escola é um lugar propício à formação de opiniões, conceitos e valores, não se pode admitir frente a tantos avanços, que a discriminação ainda aconteça nas escolas. A cor, os cabelos, as deficiências não podem ser barreiras de aprendizagem. Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para que as diferenças sejam respeitadas, que os valores humanos, sua etnia, seus costumes e os princípios de cada um

sejam alicerces para uma aprendizagem de qualidade e reconhecimento da sua real identidade.

Problematização e objetivos da pesquisa

O espaço escolar é considerado um ambiente propício ao convívio das diferenças, pois há pessoas de todos os lugares, cada um com sua maneira de interagir, seus valores e especificidades. No entanto, o diferente muitas vezes é tratado de forma constrangedora, causando segregação e exclusão, além de refletir a desvalorização racial de forma preconceituosa. Ao revés do que assegura a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que aduz em seu texto no artigo 5º a igualdade de todos perante a lei, sem qualquer distinção de credo, cor, raça ou etnia.

Sabe-se que o Brasil é um país cujo, o preconceito se encontra enraizado na cultura, fazendo com que o racismo se torne cada vez mais aparente nos dias atuais. Muitos professores não sabem como trabalhar a questão racial em sala de aula, pois na sua formação os mesmos não tiveram capacitação específica para lidar e enfrentar algumas situações preconceituosas que ocorrem no ambiente escolar tanto de forma direta quanto indiretamente.

O papel do educador é imprescindível em sala de aula, sobretudo para orientar os alunos e conduzi-los a um comportamento de empatia frente às diversidades e assim, aprenderem a lidar e conviver com as diferenças étnico-raciais. Em relação ao papel do professor sobre as leis raciais e sociais, Brasil (1997) relata que, "Porém, leis sozinhas não bastam nesta luta o papel do docente é fundamental. O Professor deve possuir informações, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade racial e social no país para contribuir e superação do preconceito e discriminação".

Em análise a estas questões inerentes a discriminação e preconceito que se exteriorizam com a utilização de certas expressões pejorativas, ofensas verbais com o objetivo de ferir, surgem algumas indagações como: As diferenças sociais e a discriminação racial tornam-se um problema no processo de aprendizagem de crianças no 6º (sexto) ano do ensino fundamental? Os docentes e gestores estão preparados para lidar com a discriminação racial e social na escola? A discriminação poderá repercutir futuramente na vida acadêmica desses alunos? Os docentes estão preparados para a integração entre os alunos independente de condições sociais e raciais?

Diante das questões norteadoras surge a necessidade de resposta da problemática central: De que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner no 6º (sexto) ano do Ensino Fundamental?

Para a composição da pesquisa a variável de pesquisa que mais se adequa é a qualitativa nominal, optou-se por essa variável por se tratar de uma temática que apresenta características, atribuições sem que haja necessariamente uma ordem, centrada na investigação fenomenológico que segundo Alvarenga (2019, p.51) “as investigações fenomenológicas estudam maneira como as pessoas experimentam seu mundo, sua vivência, que significados têm para elas e como compreendê-los, de onde o investigador extrai a essência do fenômeno para descrevê-lo”. Assim, a pesquisa terá por prioridade compreender os impactos gerados pela discriminação racial e social no campo de amostragem escolhido.

O objetivo geral se fundamenta em analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental. O aprofundamento da pesquisa ocorreu com o desenvolvimento dos objetivos específicos que se apresentam em: descrever a discriminação racial e social no âmbito escolar, além de dissertar sobre a eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação racial e social, ainda relatar as atividades realizadas pela escola Albino Buttner no combate as ações discriminatórias e preconceituosas.

Desenho Geral da Investigação

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho se classifica como investigativa qualitativa, por buscar conhecer a perspectiva que o sujeito foco da pesquisa possui sobre a sua realidade, pautada na busca pela verdade sem versões interpretativas dos fatos investigados.

De acordo com Prodanov & Freitas (2013, p. 52) na pesquisa qualitativa “o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Sendo assim, a pesquisa qualitativa busca observar, analisar e compreender da melhor forma possível à realidade do contexto educacional contribuindo positivamente para a solução dos problemas inerentes a temática discutida.

A investigação elegeu o paradigma fenomenológico que segundo Alvarenga (2019, p.52) “as investigações fenomenológicas estudam maneira como as pessoas experimentam seu mundo, sua vivência, que significados têm para elas e como compreendê-los, de onde o investigador extrai a essência do fenômeno para descrevê-lo”.

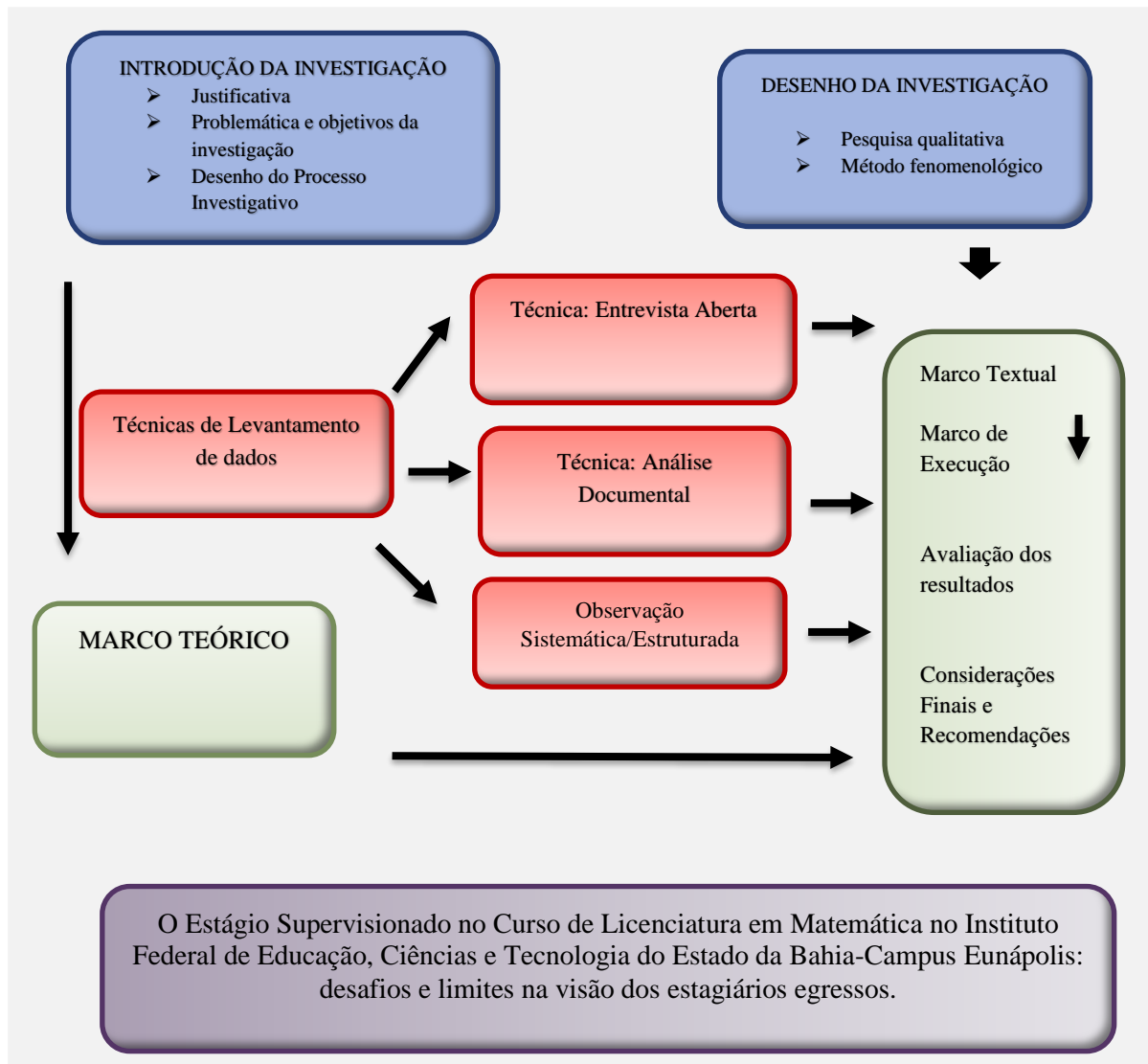
Acrescenta ainda que a pesquisa qualitativa acontece normalmente “em um ambiente natural, onde se encontram os indivíduos envolvidos no estudo, a fim de obter um conhecimento profundo do fenômeno estudado” (Alvarenga, 2019, p.53), ou seja, são realizadas descrições detalhadas da conduta dos sujeitos estudados para obter-se os resultados almejados. Em outros termos, o pesquisador deverá observar os aspectos do cotidiano dos alunos do 6º ano do ensino fundamental, dos professores e dos seus responsáveis, bem como as estratégias educativas aplicadas na busca de possibilitar o pleno desenvolvimento de aprendizagem e competências para uma vida em conformidade com a proposta pela Legislação Brasileira.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa serão utilizados procedimentos compatíveis para a prática da coleta de dados, seus objetivos e seja realizada com êxito, assim, é necessária que seja realizada uma escolha coerente no que se refere às técnicas de coleta de dados.

Nesse sentido Severino (2017, p.92) “as técnicas são procedimentos operacionais que servem de mediação prática para realização das pesquisas, como tais podem ser utilizadas em pesquisas qualitativas conduzidas mediante diferentes metodologias”. As técnicas de coleta de dados permitem realizar análises e conclusões efetivas acerca do tema pesquisado. Por se tratar de uma investigação no âmbito educacional, serão utilizadas como técnicas para a coleta de dados: a entrevista aberta, a observação sistemática/estruturada e análise documental.

A partir desse entendimento, as técnicas utilizadas para a coleta e análise de dados serão postas em prática com o objetivo de detalhar as respostas obtidas por meio das entrevistas realizadas com os participantes. Nesse caso, a metodologia empregada está embasada na pesquisa qualitativa, utilizando como técnica a observação estruturada/sistemática, e como instrumento, entrevista aberta e análise documental, a fim de obter e padronizar o objeto.

Assim sendo, abaixo, segue o esquema do processo de investigação deste estudo.

Figura Nº 1: Desenho Geral do Processo de Investigação

A estrutura deste estudo se desenvolveu em 3 (três) partes para melhor visualizar e atingir os objetivos recomendados, conforme descrito a seguir: primeira parte aborda a temática proposta por meio de um estudo de levantamento de Referencial Teórico no qual o título principal é apresentado como uma abordagem conceitual do que é a discriminação racial e social, quais os reflexos que implica no processo de ensino aprendizagem de alunos que estão desenvolvendo os conhecimentos inerentes ao sexto (6º) ano do ensino fundamental.

Dentro dessa parte, são abordando as questões legais referentes ao combate do racismo no Brasil, além de uma abordagem histórica. Disserta-se ainda sobre o papel do

professor no combate a discriminação racial e social em sala de aula, bem como sobre as formas de representação da discriminação.

Na segunda parte explana-se os métodos utilizados para a composição da pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa serão utilizados procedimentos compatíveis para a prática da coleta de dados, seus objetivos a serem realizados com êxito, assim, é necessária que seja realizada uma escolha coerente no que se refere às técnicas de coleta de dados e quais os participantes que estarão presentes na pesquisa.

Nesse sentido Severino (2017, p.92) “as técnicas são procedimentos operacionais que servem de mediação prática para realização das pesquisas, como tais podem ser utilizadas em pesquisas qualitativas conduzidas mediante diferentes metodologias”. As técnicas de coleta de dados permitem realizar análises e conclusões efetivas acerca do tema pesquisado. Por se tratar de uma investigação no âmbito educacional, serão utilizadas como técnicas para a coleta de dados: a entrevista aberta, a observação sistemática/estruturada e análise documental.

Na terceira parte apresenta-se a análise dos dados coletados e os resultados da pesquisa, especificando de forma clara e objetiva os resultados decorrentes da pesquisa realizada. O objetivo dessa análise é apresentar os aspectos qualitativos resultantes das entrevistas feitas junto aos participantes e a consonância da observação sistemática e a análise documental. Segundo Ludke & André (2000, p.45)³ analisar os dados qualitativos significa “trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis”.

³ *Menga Lüdke*, possui Licenciatura em Filosofia, USP, doutorado em Sociologia, Universidade de Paris X, pós-doutorado Universidade da Califórnia, Berkeley e Instituto de Educação da Universidade de Londres. Pesquisadora convidada: Universidade Jules Verne, Amiens, França; INRP, Lyon, França; e Faculdade de Educação da Universidade de Cambridge. Visiting Professor, Institut of Education, University College of London (Cátedra Anísio Teixeira). Professora titular da PUC-Rio. Pesquisa na área de educação sobre problemas da formação, pesquisa e profissão docentes, socialização profissional de professores e avaliação escolar. Coordena o GEProf (Grupo de Estudos sobre a Profissão Docente), com estudantes de pós-graduação e graduação, focalizando no momento problemas do estágio supervisionado como um dos aspectos mais frágeis na formação de professores, com bolsa do CNPq - Nível 1A. Informações coletadas do Lattes em 12/09/2020

Marli André, graduada em Letras pela Universidade de São Paulo (1966) e em Pedagogia pela Universidade Santa Úrsula (1973). Concluiu o mestrado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1976) e o doutorado em Psicologia da Educação - na University of Illinois em Urbana-Champaign (USA) em 1978. Professora Titular aposentada da Faculdade de Educação da USP e desde 2000 integra o corpo docente do Programa de Estudos pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 2013 assumiu a coordenação do Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores, na PUC/SP em 2017 a vice coordenação. Desenvolveu estudos e pesquisas nas áreas de formação de professores e de metodologia da pesquisa em educação. Informações coletadas do Lattes em 12/09/2020.

Dessa forma, a presente investigação busca um diagnóstico via as informações e dados adquiridos na observação sistemática/estruturada, nas entrevistas abertas e na análise documental, com o objetivo de analisar a relação esses eles, além da interpretação de fatos por meio das técnicas utilizadas, baseando se ainda no contexto feito mediante o referencial teórico, com intuito de destacar a relação existente entre eles, a fim de responder ao problema pleiteado e a realidade dos acontecimentos em seu contexto como um todo.

E, por fim as considerações finas e as propostas serão apresentadas a partir da concretização deste estudo, utilizando como base, a interpretação e análise dos dados obtidos na pesquisa, e também do referencial teórico para sugerir algumas recomendações relevantes para o tema proposto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SOCIAL: SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL

Antes de iniciarmos a abordagem da temática em questão, se faz necessário que seja apresentado alguns conceitos e definições. Deste modo optou-se por apresentar no a seguir uma breve explanação de definições consideradas por esta autora importantes para o desenvolvimento deste. Assim, conceitua-se a antropologia social e cultural, a saber: A origem da palavra Antropologia é proveniente da linguagem grega, onde “*anthropos*” significa homem, ser humano e “*logos*” quer dizer conhecimento. Desta forma Antropologia trata-se da ciência dedicada ao estudo do ser humano. (Ribeiro, 2018, p.125).

Refletir sobre o comportamento humano e suas ações em sociedade e a maneira como o homem se posiciona socialmente é uma ação praticada desde os tempos antigos. Na antiguidade Clássica tem-se registro de reflexões de autoria de grandes pensadores e filósofos, como pode se destacar Heródoto, importante filósofo grego que fora reconhecido como “o pai da História e da Antropologia.” (Pereira, Frayze, 2014, p.23).

Contudo, de acordo com Silveira (2017, p.36) apenas por meio do movimento Iluminista no século XVIII a “Antropologia alcançou o desenvolvimento e reconhecimento como uma importante ciência social, esse fenômeno se deu proveniente do aprimoramento dos métodos de classificações humanas”.

Através de relatórios narrados por viajantes da época, baseado em Tosta (2019, p.48) cristãos que desenvolviam trabalho missionário e mercadores ou comerciantes registravam os hábitos dos povos que povoavam as terras que foram descobertas nesse período o que deu subsídio para o “desenvolvimento de estudos com grau elevado de importância para a antropologia”.

A integração é fundamental para que seja estabelecido estudos relacionados ao ser humano, sua diversidade cultural e todo o seu amplo dimensionamento. E para que seja possível a realização desse estudo a antropologia se divide da seguinte maneira:

- a) Antropologia Física ou Biológica compreende estudos relacionados aos aspectos genéticos e biológicos do homem. Conhecida também como bioantropologia, dedica-se a compreender os mecanismos que proporcionam a adaptação e evolução do homem. Dentre os objetos de estudos estão às

características genéticas, essas são utilizadas para que sejam diferenciados povos e compreende como ocorre a possibilidade de que eles sobrevivam em determinados ambientes. São exemplos, o estudo das condições do sistema digestivo que se difere entre humanos de continentes distintos, a resistência da pele ao sol em regiões de maior incidência, entre outras questões genéticas.

- b) A antropologia forense faz uso de conhecimentos da antropologia biológica para compor os seus laudos de identificações cadavéricas e análises relacionadas a crimes, uma ferramenta muito útil para o direito penal.
- c) Antropologia Social tem por prioridade analisar a forma como se comporta o homem na sociedade em que vive, como se organiza socialmente e politicamente, como se relaciona com os demais componentes da sociedade em que está inserido. Sendo que a antropologia social difere da sociologia quanto ao objeto foco da investigação. A sociologia tem como foco compreender as estruturas sociais de uma forma ampla, macro já a antropologia social possui seu foco voltado para o estabelecimento das relações entre pessoas que estão inseridas nessas estruturas buscando assim centrar o estudo no ser, uma análise interior. Desta forma a Antropologia Social também pode ser conhecida como Antropologia Cultural, este termo é utilizado pela divisão norte-americana da antropologia.

Dentre os conceitos observados pela Antropologia Social ou Cultural o termo Alteridade se encaixa com grande relevância, conforme Brandão (2016, p.24):

Alteridade trata-se da capacidade que o indivíduo possui em se colocar no lugar do outro no que diz respeito a relação interpessoal, ou seja, ao se relacionar com pessoas da família, ou da igreja, do trabalho, ou grupo de amigos, da escola, o indivíduo apresenta consideração pelo outro, se compadece das dificuldades alheias, demonstra respeito pelo outro indivíduo como ser humano único que possui diferentes características em relação a ele o que o leva a respeitá-lo e ser colaborador para o estabelecimento de um relacionamento harmonioso.

O ser humano não é apenas um ser social, devido estabelecer uma relação diária e dinâmica com o ambiente ao qual está inserido isso faz dele um ser ambiental também. Ao ser estudado pela sociologia o homem é visto pela ótica que o coloca como o principal objeto de estudo, o centro de toda a discussão, contudo o desenvolvimento das inter-

relações ao qual o homem é ativo participante o ambiente que o cerca está diretamente inserido nessas relações, por ser o palco dos acontecimentos.

Cada ambiente possui suas próprias regras as quais estabelecem limites de convivência e de respeito para os indivíduos que o utilizam. Assim sendo partindo do pressuposto inicial de Ferri e Fernandes (2016) onde o homem nasce e ao longo da vida adquire personalidade, anseios e expectativas, este ser humano ainda que possua suas características e condutas individuais inerentes à sua própria personalidade ao passar a conviver em sociedade torna-se “primordial adequar-se aos pressupostos e regras estabelecidos por cada ambiente ao qual este ser convive e frequenta, desta forma passa a aderir o mundo social e agregar as regras do meio em que vive às suas próprias condutas cotidianas”.

Porfírio (2017, p.), diz que “as atitudes do indivíduo tendem a apenas dois caminhos ou seu comportamento o leva a aproximar-se das normas estipuladas pela sociedade ou a se isolar e afastar-se delas”, contudo não há como o indivíduo viver totalmente a quem das normas que a sociedade impõe e para que seja garantido a sua permanência no âmbito social o ser em questão acaba por absorver e incorporá-la da forma que melhor lhe convém, estabelecendo um modo próprio de compreensão, criando uma percepção única do que a sociedade dita como regra.

Em toda e qualquer sociedade a qual o ser humano esteja inserido haverá regras e orientações de convívio a serem seguidas o que irá definir de que forma o indivíduo irá se comportar socialmente. Desta forma Silveira (2017, p.36) “afirma que toda atividade realizada pelo ser humano ainda que por mais singela que seja possui regras para que seja executada, sendo esse conjunto de regras a qual cerca o ser humano denominado de ambiente normativo”, assim sendo desde seu nascimento o ser humano é levado a adaptar-se as normas e regimentos instituídos por sua família, esta qual trata-se do seu primeiro contato com uma estrutura social.

Frequentemente encontramos pessoas com fala de que “todos somos iguais perante a lei”. Um dos princípios da Constituição Federal de 1988, no seu 5º artigo, configura a igualdade, a fim de termos os mesmos direitos, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a todos brasileiros as mesmas condições enquanto cidadãos. De acordo com a Organização das Nações Unidas-ONU, os direitos humanos “[...] são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnias, idioma, religião ou qualquer outra condição” Nações Unidas (Brasil, 2018). A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 10

de dezembro de 1948, foi importante após as barbáries ocorridas na Segunda Guerra Mundial.

Com a intenção de construir um novo cenário mundial, apoiando-se em novas concepções ideológicas, a Declaração tinha como finalidade garantir que não ocorressem novas atrocidades, iguais as que ocorreram durante a Segunda Guerra Mundial, de modo a promover a paz e a segurança entre as nações. Essa Declaração Internacional de Direitos Humanos é fundamental para garantir o respeito e a integridade a toda humanidade. Portanto, é necessário considerar que os indivíduos possuem necessidades peculiares, conforme explica Piovesan (2005, p.46):

Toram-se, contudo, insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Nessa ótica, determinados sujeitos de direito ou determinadas violações de direito, exigem uma resposta específica e diferenciada.

No que se refere à promoção da igualdade racial, é fundamental a providências de leis específicas que atendam povos que, historicamente, foram prejudicados, e sofreram preconceito e discriminação por sua cor de pele, religião ou nacionalidade. A Convenção Internacional sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela ONU em 21 de dezembro de 1965, com retificada no Brasil em 27 de março de 1968 e em vigor no país desde o dia 4 de janeiro de 1969, foi importância para promover o encorajamento ao respeito universal pelos direitos humanos sem qualquer tipo de discriminação. Dos artigos que nela estão inseridos, diremos de táxi do artigo 7º (Brasil, 2018).

Segundo Lopes (2012, p.7):

Os Estados Membros comprometem-se a tomar as medidas imediatas e eficazes, principalmente no campo do ensino e da educação, cultura e informação, para lutar contra preconceitos que levem a discriminação racial e promover o entendimento, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais e étnicos, sim como propagar os propósitos e os princípios da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da declaração das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e da presente convenção.

1.1. A discriminação racial e social na instituição escolar

Como dito o ser humano é um ser social que se adequa a regras e normas desde seu nascimento, assim para dar sequência ao desenvolvimento desse estudo se faz necessário tratar sobre o racismo diretamente inserido nas instituições, o qual recebe uma nomenclatura própria, denomina-se racismo institucional.

De acordo com Werneck (2016, p.535), “o conceito de racismo institucional guarda relação com o conceito de vulnerabilidade programática”. Apresenta-se ainda de maneira difusa no funcionamento diário de instituições e organizações que atuam de forma distinta, podendo ser inerentes a repartição de empregos, instituições de ensino, associações diversas, entre outros, que atendem às desiguais frações da população tendo em vista o teor racial, e, desse modo segundo Lopes (2012, p.7) “excede as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, até mesmo na implementação eficaz de políticas públicas, criando, de forma extensa, iniquidades e desigualdades”.

Corroborando tal ideia, Marco Fera (2018) conceitua o racismo institucional como sendo:

[...] um tipo de racismo que sai da esfera pessoal, e passa para um plano maior, ele acontece na esfera das instituições, é quando essas instituições públicas ou privadas, trata de forma diferenciada ou até mesmo segregam alguns grupos, a partir de suas características físicas, como cor da pele, características étnicas e essas instituições, elaboram práticas discriminatórias, ou segregadoras, elas dificultam a participação e o acesso de determinados grupos a estes espaços [...].

Para Moraes (2013, p.11) “O conceito interpela as instituições a se repensarem diante de sua seletividade racial em relação a indivíduos e grupos, seletividade esta que opera de forma estrutural na contemporaneidade, demarcando de maneira inequívoca espaços e privilégios e solapando a plenitude do conceito de dignidade da população negra”.

Destarte, faz-se de suma importância salientar a presença do racismo institucional latente nas instituições públicas e privadas, que, conforme já mencionado, o racismo institucional, é uma prática que ocorre dentro das instituições públicas e privadas, trazendo consigo o tratamento desigual. Entretanto, compreende-se, que falar de racismo não é simplesmente falar da cor, valendo-se do texto jurídico contido no Artigo 7º, inciso XXX, da Constituição Federal de 1988, em que a mesma conceitua racismo como o ato

de diferenciação do indivíduo a partir de suas características, tais como: sexo, idade, cor ou estado civil, condição social. (Brasil, 1988).

O grupo Panteras Negras, composto por ativistas americanos que surgiu em 1960 com o objetivo contestar o racismo e lutar pelos direitos da população negra. No ano de 1967, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, membros do grupo, pioneiramente definiram o Racismo Institucional como sendo um racismo que se evidencia no modo como a sociedade se organiza estruturalmente e nas instituições estatais. Para eles o racismo institucional “[...] trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”. (Beltrão & Souza, 2017, p.1-10).

Em 2005 foi implementado no Brasil o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), que conceituou o racismo institucional como:

“o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina com estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (PCRI, 2006, p.22).

No Brasil o racismo está presente desde 1550, quando os portugueses aqui chegaram, trazendo consigo mais de 4 milhões de negros para trabalhar como mão de obra escrava. As origens modernas do preconceito racial remontam aos séculos XVI e XVII, período de expansão marítima e comercial, além da colonização do continente americano. Nesse momento, podemos perceber, marcadas na história, a escravização dos africanos e o genocídio de povos indígenas. Em busca de justificar tais ações, os europeus começaram a formular teorias baseadas na suposição de que havia uma hierarquia das raças, segundo essa tese, branca estariam no topo dessa espécie de pirâmide, seguidos pelos asiáticos, indianos, indígenas e negros. (Porfírio, 2017).

De acordo com essas primeiras hipóteses racistas, somente os brancos teriam capacidade intelectual para trabalhar a terra, governar e prosperar, enquanto os negros estariam aptos apenas para o trabalho braçal. Também era comum a crença de que negros e índios não tinham alma. Isso, na visão de um cristão moderno, significava ser um

animal. Com a chegada do século XIX e a abolição da escravidão na maioria das potências que utilizaram desse modo de mão de obra, o racismo não acabou, mas ganhou uma roupagem mais científica, que tentaria utilizar o rigor metodológico das ciências positivas para atestar a superioridade da raça branca e a inferioridade dos negros e mestiços. De acordo com Porfírio (2017, p.):

Durante o período de governo nazista na Alemanha, as teorias de supremacia racial foram amplamente difundidas entre os aliados da Alemanha, como a Itália. Muitas ações excludentes, intimidatórias e violentas foram praticadas contra negros, além de haver, na época, um sistema de separação dos serviços públicos prestados à negros e a brancos.

De acordo com a Constituição de 1988:

No Brasil e em outros países que utilizaram a mão de obra escrava, o racismo resulta, principalmente, da colonização e da escravidão. No dia 13 de maio de 1888, a promulgação da Lei Áurea proibiu a escravidão, mas não foram criadas políticas de inserção dos negros recém-libertos no mercado de trabalho e na educação. (Brasil, 1988).

Além dessa situação, os ex-escravos ainda esbarraram no problema da fome e da moradia, visto que muitos perderam, do dia para a noite, as condições mínimas de subsistência das quais dispunham enquanto eram escravizados. Na passagem do século XIX para o século XX, é que podemos situar, então, para Clasto e Tonioso (2018, p. 129-149) “o momento em que o racismo se instalou em uma sociedade que já não poderia manifestar seus anseios racistas legalmente de maneira explícita, mas os manifestava de outras formas”.

Embora no Brasil haja a constante tentativa de disseminação do mito da democracia racial, sabe-se que, ainda hoje, esse não é um acontecimento efetivo na sociedade. O racismo tem origem histórica, estando presente desde o descobrimento do Brasil e com intensa relação com o regime escravocrata. Nas palavras de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães⁴:

⁴ Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães tem graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Doutorado em Sociologia pela University of Wisconsin, Madison. Professor Titular (Sênior) do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), Pesquisador 1A do CNPq e pesquisador do CEBRAP. Foi Tinker Visiting Professor na Universidade de Chicago (Spring 2019), Titular da Cátedra Simón Bolívar da University of Cambridge (2016-2017) e da Chaire Brésilienne de Sciences Sociales Sérgio Buarque de Holanda, na Fondation Maison des Sciences de l'Homme, Paris (2010-2014). Foi também Visiting Fellow e Visiting Professor de várias universidades e centros de pesquisa, entre eles: University of Illinois Urbana-Champaign; Freie Universität, Berlin;

[...] o racismo brasileiro está umbilicalmente ligado a uma estrutura estamental, que o naturaliza, e não à estrutura de classes, como se pensava. Na verdade, também as desigualdades de classe se legitimam através da ordem estamental. O combate ao racismo, portanto, começa pelo combate à institucionalização das desigualdades de direitos individuais. Ainda que o racismo não se esgote com a conquista das igualdades de tratamento e de oportunidades, esta é a precondição para extirpar as suas consequências mais nocivas. (Guimarães, 1999, p.15-16).

Embora o racismo institucional seja frequentemente atrelado apenas às estruturas profissionais, os seus reflexos são amplos e atingem as mais diversas estruturas sociais. Em razão dessa origem demasiadamente antiga, o desenvolvimento do Brasil se deu sobre as bases da escravidão negra e, conseqüentemente, do racismo. Desse modo, o racismo se mostra tão atrelado à história do Brasil que, para alguns indivíduos, torna-se natural e, por vezes, imperceptível.

Observa-se, portanto, que as raízes do racismo no Brasil são antigas e contínuas, valendo-se de que os seus efeitos estão inseridos cotidianamente no país, seja nos grandes ou pequenos centros, gerando uma série de impacto negativos na sociedade. Desse modo, se faz necessário que o Estado, incumbido de poder de zelo à sociedade, preste o apoio necessário à problemática em questão, visando a regulação da demasiada percepção de inserção do negro nas relações institucionais, valendo-se principalmente dos princípios constitucionais que visam a igualdade entre todos.

Ao se falar em discriminação social e racial, fala-se automaticamente em diversidade cultural. O Brasil contemporâneo abriga inúmeras culturas que ao se miscigenar resulta em um povo único, rico culturalmente, assim, segundo Brandão (2016, p.24) “quando se trata de diversidade cultural, faz menção de hábitos, usos e costumes diferenciados que se tratam de um conjunto que compõem de maneira exclusiva grupos distintos de indivíduos que fazem parte de uma sociedade”.

O Brasil por ser um país de dimensões continentais traz em sua composição cultural uma vasta e rica diversidade cultural onde cada região do país é composta por

Princeton University; University of Oxford, Oxford; University of California, Los Angeles; École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris; Institut de Recherche pour le Développement, Paris. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia e recebeu a comenda do Mérito Científico do Governo do Brasil em 2007. Atua na área de Sociologia, com ênfase em estudos afro-brasileiros e formação de classes sociais, principalmente nos temas: identidades raciais, regionais e nacionais, racismo e desigualdades raciais.

muitos fragmentos culturais que norteiam as práticas dos seus habitantes como para Cerqueira (2018, p.) “o tipo de vestimenta, a predominância religiosa, as tradições, a culinária, as tendências de gênero musical, dentre outros aspectos”.

A composição cultural do país atual se dá devido à miscigenação criada a partir dos antepassados que aqui viveram, tendo como principal origem os colonizadores portugueses, a população nativa brasileira os indígenas, os de origem africana que foram trazidos como escravos e posteriormente os imigrantes italianos e de diversas outras origens que aqui chegaram posteriormente atraídos pelas muitas oportunidades de trabalho da época.

Segundo Velloso (2014, p.95) “conceitua-se cultura como toda e qualquer forma de ideologia e representação social oriundas de um indivíduo ou de um grupo de pessoas, mediante sua capacidade de relacionar-se com a sociedade da qual faz ou fazem parte”.

Atualmente o conceito de cultura segundo as ciências sociais se desenvolve em um nível mais aprofundado de forma que não é possível restringir a definição de cultura à uma só e taxá-la como definição imutável. Até mesmo por que a sociedade evolui e avança diariamente e constantemente cria e recria novos conceitos culturais.

Nos dias de hoje não é interessante nem eticamente correto classificar a diversidade cultural dos povos distintos entre si como cultura superior ou inferior como outrora fora feito, por exemplo, para Campos (2017, p.17) “na época dos escravos a cultura africana era tida como cultura inferior à dos senhores que tinham origem europeia, desta aceção passada é que se originou o racismo tal qual se apresenta nos dias atuais em relação às pessoas de pele negra”. Contudo, para esta finalidade científica será utilizada a definição apresentada pela autora Leite (2014, p.14) que em seu monográfico apresentou cultura como sendo:

Tudo aquilo que inclui o conhecimento sobre crenças, arte, moral, costumes e todos os outros hábitos adquiridos na vivência social pelo homem. Recebido como uma herança dentro de um grupo, a cultura o identifica, o constitui como resultado do meio cultural em que foi socializado, herança de um longo processo acumulativo vivenciando por inúmeras gerações. Mas como processo de vivência, o homem se constitui enquanto produto e produtor de seu meio, se constituindo e constituindo crítica do recebido e aprendido, o que lhes permite inovações e invenções, simbologias outras que torna possível sua perpetuação e existência do meio social.

Atualmente o Brasil experimenta de uma diversidade cultural ainda mais diversificada em decorrência dos imigrantes venezuelanos, sírios, haitianos e tantos outros que buscam refúgio em terras brasileiras e acabam influenciando na composição cultural da sociedade. Com olhar voltado para a temática deste monográfico entende-se que se faz importante identificar alguns pontos relevantes para a composição dos tópicos a seguir, como por exemplo, os grupos que se formam dentro dos ambientes escolares que se distinguem em decorrência das próprias definições culturais, segundo Santos (2019, p.16) “cultura é decorrente da percepção do indivíduo com relação ao meio social em que ele está inserido, o que proporciona ao ser um sentimento de segurança ao se identificar com as regras de um determinado grupo”.

De extrema relevância para a temática abordada neste trabalho, a diversidade cultural existente no contexto escolar reflete diretamente nas ações discriminatórias. A diversidade cultural até então deveria ser um ponto positivo para a composição do ambiente escolar, pela ótica de que seria como um intercâmbio cultural, onde as várias culturas seriam compartilhadas agregando conhecimento para todos. Porém não é o que ocorre de fato. Ao contrário a diversidade cultural na maioria das vezes é estopim para um ambiente escolar hostil, sendo as salas de aula como verdadeiras trincheiras.

Neste contexto a diversidade cultural ultrapassa as composições de cultura tal qual compreende as diferenças regionais. No âmbito escolar assuntos como a “ideologia de gênero”, escola sem partido, *bullying* no ambiente escolar, racismo, posicionamento social e sexualidade são classificados como assuntos inerentes ao que compõem a diversidade de cultura. Para Ribeiro (2014, p.37) essa diversidade ao qual está referida na abordagem deste estudo é voltada para o sinônimo de diferença, são essas diferenças que podem causar um clima tenso no âmbito escolar, onde “as divergências físicas, de faixa etária, de gênero, religiosa ou política são colocadas como desigualdades o que corrompe o ambiente escolar que deve ser visto como inclusivo e não exclusivo”.

A escola vista como um ambiente social responsável por produzir e reproduzir cultura tem como objetivo organizar de forma sistematizada o conhecimento e dividi-lo com os alunos de forma a estabelecer de maneira dinâmica a socialização da cultura. Como pode-se observar na fala de Silveira (2017, p.36):

De um modo geral, a educação tem por finalidade proporcionar condições de entrada e de aumento de cidadania mediante métodos educativos, de sistematização das nações socialmente acumulados pela humanidade. Tais noções são formalizadas no âmbito da escola cuja função primordial é a

construção de conhecimentos gerais que permitam aos educandos apropriarem-se dos bens culturais historicamente produzidos pela sociedade.

Desta forma a escola é local onde as diversidades devem ser encaradas como tijolos para a construção do conhecimento e não como pedras de tropeço na vida dos estudantes com a finalidade de alimentar o ódio e a intolerância.

As regras contidas no âmbito escolar devem ser apresentadas de forma a atender a todos sem distinção, promovendo a coexistência de toda e qualquer diversidade sem fazer delas fatores de exclusão. Como descreve o PCN (Brasil, 1998) quando traz em seu texto o seguinte dizer: “Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos e, portanto, para própria nação”.

O reconhecimento da diversidade de culturas na escola não deve ocorrer com o objetivo de segregar, tão pouco de reprimir ou oprimir quem quer que seja. Tal reconhecimento deve ocorrer como fator contribuinte para o enriquecimento, e cada componente dessa micro sociedade. Após explanar sob um olhar antropológico a diversidade cultural, passa-se a abordar as principais práticas discriminatórias ocorridas no ambiente escolar.

a) Etnia:

Em tempos passados utilizava-se o termo raça para definir grupos sociais que se distinguiram dos demais em decorrência da cor de pele ou outras especificidades culturais, atualmente este termo fora substituído pela palavra Etnia ou agrupamento étnico. Sendo assim classificados todos as minorias que permanecem conservadores em suas ações e especificidades como seus antepassados ou o mais próximo possível da forma como eles viviam conservando seus costumes, sua cultura tornando assim diferenciados da cultura dominante que o cercam.

Todos os que participam de grupos étnicos fazem parte de uma condição denominada de Etnicidade, todos os indivíduos participantes formam uma comunidade, assim sendo pode se exemplificar as comunidades de quilombolas (que são compostos por negros que foram escravos e fugiram de seus senhores e escondidos na mata fizeram acampamentos e se instalaram e seus descendentes), comunidades indígenas, comunidade japonesa, haitiana, e assim por diante.

A evolução humana volta e meia se esbarra nas diferenças e divergências raciais. Essas diferenças inerentes da herança genética de indivíduos de características étnicas

marcantes como o exemplo mais comum, os negros, ainda são alvos e preconceito, rótulos e inúmeras outras formas de racismo. No âmbito escolar não deveria existir preconceito seja de que forma for, seja racismo relacionado a cor da pele, ou preconceito ligado a condição física. Contudo grupos étnicos continuam sendo alvo de *bullying* e discriminação.

b) Bullying:

Segundo Madeira (2016, p.30):

Bullying origina-se do inglês *bully* que significa valentão, tirano, briguento. Esse termo passou a ser utilizado para as ações de cunho agressivo seja por meio de palavras ou atos que venham a causar lesões corporais, danos psicológicos que parte de um ou vários indivíduos contra uma pessoa que não consegue se defender das constantes e repetidas injúrias.

O *Bullying* se caracteriza principalmente pela intenção pré-estabelecida de causar o mau ou danos ao outro por meio da prática insistente de violência seja ela moral, física ou psicológica. Segundo Teixeira (2018, p.4) para identificar o *bullying* é preciso observar algumas características:

a) A vítima fora incomodada inúmeras vezes pela mesma pessoa ou mesmas pessoas, por meio de provocações;

b) Intimidar, constranger, e agredir outras pessoas são ações comuns aos agressores;

c) De maneira geral os agressores são de porte físico avantajados em relação a vítima, utilizam-se de armas para intimidar podendo ser armas brancas ou até mesmo arma de fogo, possui perfil agressivo e violento.

d) As vítimas geralmente são pessoas tímidas, introspectivas, devido ao medo acabam desenvolvendo transtornos psicológicos, não possuem condições de se defenderem das injúrias causadas pelo agressor e possuem dificuldade de procurar ajuda devido ao medo das ameaças ou a vergonha.

Pereira (2014, p.20) afirma que o *Bullying* possui cinco classificações:

1) Agressão Física, tem como recurso principal a violência física;

2) Injúria verbal, seu principal método é a difamação, xingamentos, apelidos maldosos, imorais ou que proporcione alguma forma de constrangimento à vítima;

3) Relacional/Racial – Étnico, utiliza dos meios de exclusão da vítima de determinados grupos sociais que se jugam superiores a condição social da vítima /

Comportamento racista em decorrência da cultura, cor da pele, porte físico dentre outras condições;

4) Sexual, esse tipo de *bullying* faz uso de comentários obscenos ou até mesmo contato físico íntimo.

5) *Cyberbullying*, utiliza as tecnologias como meio para disseminar as injúrias, difamações, *fakenews*. Os meios de comunicação virtual são as ferramentas utilizadas como, *whatsapp*, *facebook*, *stagram*, *e-mail* dentre tantos outros.

No ambiente escolar a prática do *Bullying* é reconhecida como um problema grave que gera transtornos e danos muitas vezes irreparáveis às vítimas. Em países dos Estados Unidos da América e Europa o *Bullying* levou vítimas a um nível extremo de stress que em alguns casos culminou na morte de vítimas, em outros casos no assassinato dos agressores tendo como assassino as vítimas que em seguida suicidou-se. (Santos e Reis, 2015, p.5313-5324).

As graves consequências geradas pelo *bullying* quando não culminam na morte, deixam sequelas, sendo elas, dificuldade de aprendizado, problemas para se relacionar com outras pessoas tanto no convívio escolar, social e familiar, dificuldades de confiar em outras pessoas, baixo estima, etc.

c) Ideologia de gênero e Sexualidade:

Talvez seja este tema um dos mais polêmicos a ser abordado. Devido à alta complexidade apresenta-se inicialmente a definição de “ideologia de Gênero” segundo a socióloga alemã Gabriele Kubly que diz:

A Ideologia de Gênero é a mais radical rebelião contra Deus que é possível: o ser humano não aceita que é criado homem e mulher, e por isso diz: '*Eu decido! Esta é a minha liberdade!*'— contra a experiência, contra a Natureza, contra a Razão, contra a ciência! É a perversão final do individualismo: rouba ao ser humano o que lhe resta da sua identidade, ou seja, o de ser homem ou mulher, depois de se ter perdido a fé, a família e a nação.

Segundo a feminista Glória Steinem⁵ a “ideologia de gênero” pode ser interpretada como ausência de sexo pré-estabelecido, desta forma não há que se pré-determinar quem

⁵ Gloria Steinem Marie, nascido 25 de março de 1934) é um americano feminista, jornalista e ativista político social, que tornou-se reconhecido nacionalmente como um líder e um porta-voz da American movimento feminista na década de 1960 e início dos anos 1970. Steinem foi colunista da revista *New York* e co-fundador da revista *Ms*. Em 1969, Steinem publicou um artigo, "After Black

será homem ou quem será mulher, segundo a “ideologia de gênero” o indivíduo tem o direito de decidir o que quer ser independente do que diz a natureza humana.

Uma discussão social fora travada desde o surgimento desse termo, colocando ativistas de movimentos liberais como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros LGBT, Feministas, Cientistas Sociais, igrejas de modo geral e sociedade em grande conflito. Uns acreditam que esse tema assim como o tema sexualidade deva ser abordado exclusivamente no âmbito familiar. Por ser o Brasil um país composto de 86,8 % da população declarada cristã (Brasil, 2018), declarações contra a “ideologia de gênero como a dada pelo Papa Bento XVI⁶ (*in memoriam*) em dezembro de 2012 em um discurso influencia grande parte das famílias a não buscarem compreender de que forma a escola pode contribuir para o desenvolvimento dessa discussão, abaixo apresenta-se trecho do discurso do Papa:

De acordo com esta filosofia, o sexo já não é considerado um elemento dado pela Natureza e que o ser humano deve aceitar e estabelecer um sentido pessoal para a sua vida. Em vez disso, o sexo é considerado pela Ideologia de Gênero como um papel social escolhido pelo indivíduo, enquanto que no passado, o sexo era escolhido para nós pela sociedade. A profunda falsidade desta teoria e a tentativa de uma revolução antropológica que ela contém, são óbvias.

As pessoas [que promovem a Ideologia de Gênero] colocam em causa a ideia segundo a qual têm uma natureza que lhes é dada pela identidade

Power, Women's Liberation", que a trouxe à fama nacional como uma líder feminista. Steinem falando com apoiadores no Women Together Arizona Summit no Carpenters Local Union em Phoenix, Arizona, em setembro de 2016. Em 2005, Steinem, Jane Fonda e Robin Morgan co-fundaram o Women's Media Center, uma organização que "trabalha para tornar as mulheres visíveis e poderosas na mídia". Em maio de 2018, Steinem viajou internacionalmente como organizador e palestrante e foi porta-voz da mídia para questões de igualdade.

⁶ Bento XVI (em latim: *Benedictus P.P. XVI*), nascido Joseph Aloisius Ratzinger (Marktl am Inn, 16 de abril de 1927), é Papa Emérito e Romano Pontífice Emérito da Igreja Católica. Foi papa da Igreja Católica e bispo de Roma de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, quando oficializou sua abdicação. Desde sua renúncia é Bispo emérito da Diocese de Roma. Foi eleito, no conclave de 2005, o 265º Papa, com a idade de 78 anos e três dias, sendo o sucessor de João Paulo II e tendo sido sucedido por Francisco. Domina, pelo menos, seis idiomas, entre os quais alemão, italiano, francês, latim, inglês, castelhano e possui conhecimentos de português, ademais lê o grego antigo e o hebraico.^[4] É membro de várias academias científicas da Europa como a francesa *Académie des sciences morales et politiques* e recebeu oito doutorados honoríficos de diferentes universidades, entre elas da Universidade de Navarra, é também cidadão honorário das comunidades de Pentling (1987), Marktl (1997), Traunstein (2006) e Ratisbona (2006). É pianista e tem preferências por Mozart e Bach.^[5] É o sexto e talvez o sétimo papa alemão desde Vítor II (segundo a procedência de Estêvão VIII, de quem não se sabe se nasceu em Roma ou na Alemanha). Em abril de 2005 foi incluído pela revista *Time* como sendo uma das cem pessoas mais influentes do mundo.

corporal que serve como um elemento definidor do ser humano. Elas negam a sua natureza e decidem que não é algo que lhes foi previamente dado, mas antes que é algo que elas próprias podem construir.

De acordo a ideia bíblica da criação, a essência da criatura humana é a de ter sido criada homem e mulher. Esta dualidade é um aspecto essencial do que é o ser humano, como definido por Deus. Esta dualidade, entendida como algo previamente dado, é o que está a ser agora colocado em causa. [...] Quando a liberdade para sermos criativos se transforma em uma liberdade para nós criarmos a nós próprios, então é o próprio Criador que é necessariamente negado e, em última análise, o ser humano é despojado da sua dignidade enquanto criatura de Deus que tem a Sua imagem no âmago do seu ser.

[...] A Ideologia de Gênero é uma moda muito negativa para a Humanidade, embora se disfarce com bons sentimentos e em nome de um alegado progresso, alegados direitos, ou em um alegado humanismo. Por isso, a Igreja Católica reafirma o seu assentimento em relação à dignidade e à beleza do casamento como uma expressão da aliança fiel e generosa entre uma mulher e um homem, e recusa e refuta as filosofias de gênero, porque a reciprocidade entre o homem e a mulher é a expressão da beleza da Natureza pretendida pelo Criador.

Após verificadas as considerações declaratórias de personalidades que se opõem a questão da “ideologia de gênero” e a abominam, passemos-nos a apreciar também a opinião de quem defende que a temática deve ser abordada e discutida junto aos jovens em idade escolar. Segundo uma pesquisa apresentada pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), desenvolvida pelo Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) sob a autoria da professora Viviane Melo de Mendonça, no ano de 2015 foram ouvidos 8.283 estudantes com idades entre 15 a 29 anos, desse total vinte por cento (20%) dos alunos afirmaram que não querem dividir o espaço de sala de aula com um colega que se declare homossexual ou transexual. Destaca-se que o campo amostral dessa pesquisa se trata de nível nacional.

Mendonça et al., (2015, p.112-124) destacam que esse comportamento não deve ser apoiado, tão pouco incentivado. Ao ver da professora é necessário que a escola como promotora da inclusão social e do conhecimento deve buscar estratégias para que esse quadro seja revertido, não apenas para que haja a aceitação de pessoas da comunidade

LGBT no âmbito escolar, mas sim para que se crie uma educação de aceitação das diferentes formas de diversidade cultural. Em suas palavras afirma que:

A educação para a diversidade, capaz de converter as pessoas à homossexualidade, como se isso fosse possível. O objetivo é criarmos condições dentro das escolas para que professores e alunos possam aprender e ensinar o convívio com as diferenças que naturalmente existem entre todos.

Para a pesquisadora a escola precisa acolher os alunos, esse acolhimento deve ser promovido pelos professores, demais funcionários da escola e também pelos próprios alunos. Mendonça et al., (2015, p. 112-124) ainda defende que:

É necessário que a formação de professoras e professores tenham um debate mais aprofundado sobre as questões de gênero e sexualidade, com disciplinas obrigatórias que tratem do tema. É fundamental também que se desconstruam as resistências para se falar da diversidade sexual e das diferenças, bem como das desigualdades persistentes e estruturais em nossa sociedade que são, sim, produtoras das violências.

Muita polêmica cerca a temática, alguns políticos tomam posicionamento contrário à inclusão da abordagem quanto a “ideologia de gênero” e a sexualidade nas escolas sobre a alegação de que se disseminaria ensinamentos relacionados a homossexualidade, a apologia ao fim da família como base social, dentre outras acusações.

Contudo em um discurso a vereadora Juliana Cardoso da cidade de São Paulo – SP no ano de 2015, em um discurso na câmara dos vereadores fez menção aos novos moldes familiares já existentes na sociedade, onde famílias estão sendo constituídas por casais homoafetivos que adotam crianças, ou por filhos que moram em lares onde a mãe é que possui o cargo de chefiar e manter essa família, ou ainda famílias onde a referência de pai e mãe se caracteriza na figura do avô e avó e inúmeras outras formas estruturais de família que culminam e fazem parte do ambiente escolar e em decorrência desta diversidade é que segundo a vereadora existe a necessidade de que a “ideologia de gênero” e segundo Boehm (2017) a “sexualidade sejam discutidas no ambiente escolar para que ocorra a visibilidade dessas estruturas familiares e que o direito à diversidade seja garantido”.

d) Escola sem Partido:

Um assunto que ganhou a mídia em decorrência das manifestações durante as eleições no ano de 2018. Após alunos e professores se manifestarem dentro das escolas e universidades com relação ao seu posicionamento político partidário. Ressalta-se que esse posicionamento não foi em prol de um único partido, ambos os lados tanto os militantes de esquerda quanto os eleitores de direita se manifestaram em favor de seus candidatos.

Segundo matéria publicada no site de notícias G1 Rio de Janeiro em 26 de outubro de 2018 o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) retirou cartazes que foram afixados em universidades públicas sob a alegação de que a propaganda partidária não é permitida em instituições de ensino devido se tratar de um local considerado de “bem de uso comum” conforme as palavras do desembargador do TRE Carlos Eduardo da Fonseca Passos. (Brito, 2018).

Muitos protestos ocorreram por parte de professores e estudantes que defendiam seu direito de expressão, utilizaram-se das novas tecnologias para expressarem o seu repúdio em relação às notificações da justiça eleitoral e ações. As redes sociais foram palco de uma guerra digital, onde militantes a favor e contra a operação desencadeada sob ordenamento do TRE foram efetivamente realizadas, noticiaram-se no período que um total de 13 instituições em diferentes estados foram abordadas. (Brito, 2018).

Após a vitória do candidato de direita, Jair Messias Bolsonaro, a deputada estadual senhora Ana Caroline Campagnolo (PSL) orientou que alunos fizessem uso de tecnologias para gravação de vídeos como provas para embasar denúncias de professores que por ventura utilizassem de seu posicionamento de educador para realização de apologia a partidos políticos, cita-se na matéria divulgada pelo site UOL. Educação que em específico a deputada se referiu a “apologia a partidos de esquerda” (Cunha, 2018, p.24).

No congresso nacional tramita desde 2014 projeto Lei 7.180 /14 que ficou conhecido como Escola Sem Partido, onde a proposta do Partido Liberal (PL) propõe que seja incluso na Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) segundo Clasto e Tonioso (2018, p.129) um item que estabeleça prioridade dos valores familiares em relação à Educação quando se referir a assuntos de diversidade cultural como:” Sexualidade, “ideologia de gênero”, orientação religiosa dentre outros”.

Muitos projetos foram apresentados a esse respeito, onde a atuação dos professores limita-se ao repasse de conhecimento científico, sendo vetado ao professor imprimir em sua fala qualquer tipo de promoção de opinião própria sobre assuntos que se

refiram a ideologias seja ela religiosa, política ou moral, além de proibir no âmbito nacional toda e qualquer disciplina que venha a discutir sexualidade ou “ideologia de gênero”. Ressalta-se um projeto de Lei 1411/2015 de autoria do deputado Rogério Marinho (PSDB) que dá a qualificação de crime de assédio ideológico em ambiente escolar toda ação partida de professores, ou de profissionais da educação que venham impor a sua própria opinião referente aos assuntos citados acima.

Nesta terça-feira (26, de fevereiro de 2019) o Ministro da Educação Vézé Rodríguez em audiência pública com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte afirmou em suas palavras que: “É preciso combater o que se denominou de ideologia de gênero, com a destruição de valores culturais, da família, da igreja, da própria educação e da vida social.” No que tange respeito à questão da escola sem partido disse que “Não permitirá que pautas nocivas aos costumes sejam impostas ao país.” (Camargo, 2019).

Os defensores da Escola sem Partido fazem uso da Constituição Federal de 1988 e da convenção dos Direitos Humanos como base para sustentar a ideologia de que não se deve transmitir ideologias partidárias dentro das escolas. Os pontos ressaltados são os seguintes:

- A liberdade de consciência e de crença e a liberdade de aprender dos alunos (art. 5º, VI e VIII; e art. 206, II, da CF);
- O princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, ‘a’, e 37, caput, da CF);
- O pluralismo de ideias (art. 206, III, da CF); e
- O direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 12, IV).

O programa defendido pelo movimento denominado “Programa Escola Sem Partido” apresenta um banner como deveres do professor veja a imagem a baixo:

Figura Nº 2: Deveres do professor



Fonte: Escola Sem Partido.org

Desta forma compreende-se que as novas tecnologias corroboram a proporcionar aos alunos seus próprios conceitos em relação a questões políticas e partidárias. Não sendo necessário que o professor venha a interferir nessa concepção. Contudo não se vê a necessidade de criminalizar as discussões entre professor e aluno, uma vez que o debate faz parte da democracia e da composição do cidadão.

e) Desigualdade Social

Ao abordar a desigualdade social abre-se um leque que apresenta diversas formas de desigualdade em decorrência principalmente do fator econômico, sendo este fator a característica principal da desigualdade social. Em decorrência de uma baixa condição

econômica, o aluno tem menor oportunidade de ingressar em uma universidade pública em decorrência da sua falta de condições para se preparar para o Exame Nacional do Ensino Médio, por exemplo. Muitas vezes em nome da necessidade de prover auxílio financeiro para os pais ou para si mesmo muitos jovens acabam por abandonar os estudos e passam a se dedicar exclusivamente ao trabalho que, diga-se de passagem, não garante uma boa condição econômica, pois esse jovem não concluiu seus estudos e não possui preparo para competir no mercado de trabalho por oportunidades que remunerem melhor.

A desigualdade econômica que gera desigualdade social costuma gerar aceção de pessoas entre os alunos não só entre os jovens e adultos, mas desde as crianças que muitas vezes excluem aquele coleguinha da sala por que ele vai todos os dias para o colégio com o mesmo chinelo gasto, ou por que ele nunca tem dinheiro para fazer parte da compra do lanche na hora do intervalo.

Segundo o PCN (Brasil, 1997, p.19) a desigualdade social ou econômica ambas são objetos de exclusão. Veja:

Ambas, desigualdade social e discriminação, se articulam no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público — pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. Os privilégios, por sua vez, assentam-se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações.

Segundo Ferri & Fernandes (2016) “O principal fator contribuinte para a desigualdade social no Brasil é a péssima distribuição da renda”. Afirmam que segundo estudos feitos por ele, no Brasil a renda per capita correspondente a 10% população mais rica do país é superior cinquenta vezes aos 10% da população mais pobre. Em seu texto o autor segue afirmando que essa desigualdade se dá devido à falta de políticas públicas que sejam consistentes para resolver o problema relacionados com a reforma agrária real e de fato, repressão dos movimentos sociais organizados, e principalmente ele atribui às políticas educacionais excludentes, onde a cada dez crianças que deixam de estudar todas pertencem a núcleos familiares de baixa renda.

Desta forma compreende-se que crianças não escolarizadas tornam-se jovens sentenciados a péssimas oportunidades de emprego que por conseguinte no futuro onde

se deparam com a necessidade de retomar os estudos para adquirir capacitação vão em busca dos ensinamentos oferecidos nos (EJAs) Educação de Jovens e Adultos da rede pública de ensino, concluem o ensino fundamental e médio com uma carga mínima de conhecimento suficiente apenas para sua dita conclusão e acabam por se inserir em instituições de ensino superior onde a desigualdade social pode engoli-los.

Assim sendo combater a desigualdade social depende exclusivamente de políticas públicas que verdadeiramente proporcione condições para que o filho do pobre receba educação de qualidade e tenha seu direito que é garantido pela Constituição Federal (Brasil, 1988, p.) assegurado conforme diz no Capítulo III, Seção I, Artigo 205 que assegura que a educação é um direito de todos e que o “dever é do Estado em conjunto com a família, promover e incentivada contanto com a colaboração da sociedade, objetivando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para que tal ocorra se faz necessário que essa família possua condições de manter essa criança, adolescente ou jovem na escola e como representante do Estado a escola precisa promover condições para que esse aluno independentemente da idade que tenha possa se sentir acolhido e inserido no ambiente estudantil, livre de preconceitos e de discriminação. Para que ocorra essa segurança social, se fez imprescindível a criação de legislação própria que regulamentasse as práticas consideradas racistas e discriminatórias.

No tópico a seguir, será abordado de modo específico as leis em vigência no país que abordam as questões discriminatórias como crime e traz sanções punitivas para os que as infringem.

1.2. Legislação brasileira ao combate ao racismo

Segundo Filho (2018, p. 12) A atenção legal para os crimes de racismo iniciou com a declaração dos direitos humanos promovido pela ONU (Organização das Nações Unidas, 1948) na qual foram efetivados “o direito e as garantias fundamentais da pessoa humana”. Até então não havia nenhuma norma regulamentadora para a proteção de da população afrodescendente.

Segundo a Constituição Federal (1988) toda e qualquer diferenciação, restrição ou aceção de pessoa que seja baseada por “condições da raça, cor da pele, nacionalidade, etnia que se aplique com o objetivo de restrição dos direitos humanos e da liberdade em dimensões fundamentais inerentes aos campos políticos, da economia, da sociedade e da

cultura ou ainda em outra esfera que diz respeito a vida configura-se como discriminação racial”.

A partir da normatização legal no exterior, o Brasil ratificou no ano de 1968 o texto elaborado pela ONU direcionado a discriminação racial, publicado em 1965 durante a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Posterior a esse ato de reconhecimento legal e ratificação pelo ordenamento jurídico brasileiro, ocorreu a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil no ano de 1988. No próximo tópico será abordado especificamente o que aduz a legislação constitucional e a infraconstitucional em relação a discriminação racial e social no Brasil.

1.2.1. Legislação sobre discriminação racial e social no Brasil

A base constitucional que se refere a discriminação racial no Brasil está disposta no artigo 1º, inciso III, artigo 3º, inciso III, IV, artigo 4º, inciso VIII, 5º da carta Magna brasileira, incisos XLI, XLII, em seu §2º. A saber:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

[...]

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...]

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

[...]

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

[...]

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

[...]

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. (Brasil, 1988).

Importante ressaltar que no ADCT (Atos de Disposições Constitucionais Transitórias), ou seja, o documento qual era responsável por reger a Lei nos anos transitórios após a promulgação da Constituição de 1988, no artigo 68, ficou estabelecido o resgate a propriedade cultural e social da população quilombola, deixando a incumbência ao Estado brasileiro de reconhecer essa população étnica específica. Na visão do legislador o estabelecimento dessa norma iria garantir a eliminação e/ou atenuação das consequências pejorativas e negativas inerentes ao racismo para as várias etnias existentes no Brasil. (Filho, 2018, p.12).

Posterior à promulgação da Constituição Federal (1988) surge a lei 7.716 promulgada em 5 de janeiro de 1989, em seu texto passou a tipificar a "discriminação ou preconceito em decorrência da raça, cor da pele, etnia, religião e nacionalidade como crime".

Em 1997, o então Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei Federal nº 9.459 que alterou os artigos 1º e 20 da Lei 7.716/89, tornando-a mais completa e abrangente em relação a discriminação racial e social. (Brasil, 1997).

Não menos importante, cita-se o Código Penal Brasileiro (CTB), em vigência desde o ano de 1.940. Aduz no artigo 140, §3º, referente ao crime de injúria:

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

[...] § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Brasil, 1940).

No ordenamento jurídico brasileiro existem diferenciações entre os termos: discriminação, preconceito e racismo. Importante conhecer essa diferenciação, pois a aplicação legal requer esse entendimento, assim distingue-se cada um a seguir:

Discriminação apresenta-se em sentido ampliado como a ação de diferenciar, fazer acepção de pessoas, separar. Em algumas situações o ato de separação de pessoas conforme a classe social se dá sob objetivos de promover melhores condições para os menos abastados, todavia, na maioria das situações o ato de discriminar para Bittencourt (2019, p.186) se aplica a atitude de “desdenhar de alguém em decorrência da cor da pele ou da etnia, a raça declarada também é constantemente alvo de discriminação”.

Já o Preconceito, refere-se à ideia que surge antes do conceito, um ideal pré-estabelecido, por meio do qual o indivíduo sem conhecer o teor integral do assunto, ou ainda sem conhecer a situação estabelece uma visão sobre outra pessoa, podendo ser essa ideologia positiva ou negativa, destaca-se que na maioria das vezes é negativa. Para a lei, pune-se apenas o preconceito referente a conflitos por questões religiosas, étnicas, de nacionalidade ou sexual, destaca-se que somente poderá ser punido o ato quando deixar de ser uma cogitação e passar a ser externada pelo agressor, ou seja, enquanto for apenas um desejo interno ou uma ideia, não é punível, porém, segundo Capez (2020, p. 254) “a partir do momento em que se torna ações, palavras, a partir do momento em que se divulga a ideia para a sociedade passa a ser uma conduta típica e se torna passível de punição”.

No tocante ao Racismo, conceitua-se como uma ideologia doutrinária, onde o indivíduo crê que exista uma raça superior às demais, nesse entendimento considera-se que a formação biológica, as origens étnicas, a cor da pele e dos olhos, os cabelos identificam o biótipo da raça superior e da inferior, exemplifica-se o racismo disseminado por Adolf Hitler, quando defendia sua ideologia de que os judeus eram uma raça inferior. Como diz Mirabete (2017, p.385) atualmente percebe-se “o racismo entre brancos e pretos, ou o racismo voltado a população indígena”.

Distingue-se ainda os conceitos de raça e cor, um erro comum é o de diferenciar pessoas por raça, cientificamente não há como diferenciar os seres humanos devido a infinitas diferenças anatômicas e biológicas. Segundo Filho (2018, p.12) “Por isso atribui-se cientificamente uma única raça aos animais racionais, a raça humana. Apenas para os irracionais é possível tal diferenciação”.

Quanto a cor, trata-se da tonalidade da pele do indivíduo, tons mais claros possuem menor quantidade de melanina e tons mais escuros maior quantidade. Cientificamente essa variação é comprovada. Segundo Campos (2017, p.17) No Brasil segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou no ano de 2016 que:

95,9 milhões de indivíduos da população brasileira se auto declarou como sendo de cor parda, o que representou 46,7%, outros 90,9 milhões de pessoas se auto declararam de cor branca, 44,2% da população do país, enquanto 16,8 milhões de pessoas afirmaram serem de cor preta, representando 8,2%.

Após dissertar quanto a legislação vigente no país em relação à discriminação racial e social, passa-se no próximo tópico a explanar quanto a legislação vigente para discriminação no ambiente escolar especificamente.

1.2.2. Legislação sobre discriminação no ambiente escolar

Buscando resgatar as raízes culturais da população brasileira no ano de 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei Federal 10.639 de 9 de janeiro. Tornando obrigatório o ensino referente a história e a cultura Afro-Brasileira. A promulgação dessa lei suscitou a ideologia de igualdade, trazendo a obrigatoriedade do estudo das origens nacional com a chegada dos negros no Brasil e a miscigenação dos povos, ou seja, a mistura entre negros e índios, negros e brancos, índios e brancos, misturas essas que resultaram no surgimento da população que atualmente se autodeclaram como pardos, estes que representam a maioria da população como demonstrado pelos dados estatísticos do IBGE, informados anteriormente. (Almeida, 2016).

Em 2008, promulgou-se a Lei 11.645 que alterou o texto da Lei 10.639 de 2003, a nova lei passou a incluir a história e cultura indígena que não fora contemplada na lei anterior. De acordo com Goularte (2013, p.15-16) passando a ter “a obrigatoriedade o ensino da história e cultura dos povos indígenas brasileiros que foram os primeiros habitantes do país”.

Essas normas impositivas em relação a disseminação histórica e cultural de povos específicos surge na educação como ferramenta para a abertura da discussão central deste

trabalho que é justamente a discriminação racial e social. Uma vez que a origem dos povos passa a ser ensinada nas escolas, oportuniza-se aos alunos o conhecimento e a quebra de preconceitos, uma vez que passam a conhecer que independentemente da cor da pele, credo ou etnia, todos são humanos, todos são brasileiros.

Ao que versa as questões de *bullying*, prática ofensiva por muitas vezes de caráter discriminatório, desde o ano de 2016 está em vigor a Lei de nº 13.185/15 dá ao *bullying* Segundo Brasil (2015) a classificação de “intimidação sistemática em face da ocorrência de atos de violência física e psicológica por meio de atitudes humilhantes ou discriminatória, sendo incluído também ameaça, injúrias, apelidos pejorativos, dentre outros”.

Conforme pode ser constatado no grifo abaixo as medidas adotadas pela referida Lei são de cunho preventivo, educativo e assistencial:

Art. 4º. Constituem objetivos do Programa referido no caput do art. 1º:

- I - Prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (*bullying*) em toda a sociedade;
- II - Capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III - Implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;
- IV - Instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;
- V - Dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;
- VI - Integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;
- VII - Promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;
- VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;
- IX - Promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (*bullying*), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas

por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º. É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (*bullying*).

Art. 6º. Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (*bullying*) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º. Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei. (Brasil, 2015).

O ordenamento jurídico brasileiro é amplo, a cada dia uma nova lei surge para aprimorar outra ou para substituir, até mesmo para normatizar algo que ainda não havia sido contemplado pelo vasto *rooll* das leis vigentes no país. Em decorrência a elevada rotatividade legislativa, este estudo não tem a pretensão de apresentar todas as legislações, mas as principais elencadas com especificações que interessam para a composição deste trabalho. Posteriormente discute-se a eficácia das normas apresentadas.

Dentro do ordenamento jurídico uma lei é considerada eficaz quando surte efeito na sociedade. No próximo tópico será abordado a eficácia das normas que foram implementadas com o intuito de diminuir ou coibir as ações discriminatórias ou preconceituosas.

1.2.3. A eficácia das normativas para diminuir o preconceito com relação a discriminação racial

No Brasil, uma lei é criada a partir da necessidade de regramento para um assunto determinado, que esteja sendo amplamente discutido na sociedade. A criação de leis em âmbito federal ocorre no sistema político bicameral, para Mendes Branco (2019, p.1000) “através da câmara dos deputados e do congresso nacional que após analisarem a lei e votarem segue para sanção ou veto presidencial”.

Nem sempre uma lei sancionada e vigente surte os efeitos que deveria, ou possui a eficácia esperada quando houve a sua criação. Isso ocorre por diversos motivos, o mais comum deles é a modificação temporal do contexto histórico, ou seja, conforme a

sociedade se modifica, mudam também os costumes, as práticas e os conceitos, dentro dessa mudança ao se analisar o contexto histórico percebe-se que na época em que a lei fora criada, Reale (2018, p.112) diz que “o regramento normatizado por ela era contemporâneo, após passado os anos e a evolução natural da sociedade e a adoção de novos costumes a lei passou a ser obsoleta, atemporal, deixando de ser eficaz”.

Exemplifica-se uma norma do direito brasileiro que deixou de ter eficácia e por conseguinte foi retirado do ordenamento jurídico o artigo 240 do Código Penal Brasileiro que tipificava como crime o adultério sancionando uma pena de detenção de quinze dias a seis meses, ressalta-se que esse artigo é oriundo de uma lei sancionada em 1940 no Brasil, todavia os legisladores percebendo, Capez (2020, p.302) diz que: “a modificação social em relação aos usos e costumes, chegaram à conclusão que esse artigo atualmente já não surtia mais efeito, não era eficaz e assim foi revogado pela Lei 11.106 de 2005, e deixou de existir no ordenamento jurídico do país”.

Após esse breve introito, passa-se a abordar o foco desse tópico, ou seja, a eficácia das normativas vigentes no Brasil cujo o objetivo é diminuir a discriminação e a prática do racismo. Conforme o que foi apresentado no tópico anterior, vê-se que os legisladores se preocuparam em especificar normas específicas para coibir e/ou inibir a prática discriminatória e racista no ambiente escolar, todavia, entende-se que a lei somente poderá exercer o seu papel uma vez que o Estado-juiz seja provocado, isso ocorre quando para Reale (2018, p.116) “a pessoa ofendida ou atingida busca a proteção do Estado acionando os meios legais para isso”.

Assim sendo, a legislação vigente somente se torna eficaz quando o aluno que sofre discriminação informa o professor de sala de aula o que está acontecendo, este por sua vez busca os meios administrativos escolares para solucionar o problema, uma vez que não são sanados, Segundo Mirabete (2017, p.489) “os responsáveis registram ocorrência policial e posteriormente seguem com representação judicial por meio de processo legal para acionar o agressor e assim o Estado poder entrar em ação e aplicar as leis”.

Muitas vezes as práticas discriminatórias ocorrem de maneira velada, somente o agressor e a vítima que são conhecedores, outras vezes a administração educacional não repassam aos pais os fatos registrados no setor de orientação educacional, Cavalleiro (2014) diz que: “buscam resolver as questões de maneira interna, essas condutas impedem que as leis sejam eficazes”. Destarte, ocorre ainda que ao serem repassadas as informações registradas pela administração escolar a própria família da vítima não

registra ocorrência policial, muitas vezes por desconhecer os direitos que possui, por não saberem que as práticas discriminatórias sociais e raciais são passíveis de sanções civis e penais.

Assim, Theodoro (2014, p.53) diz que:

Não se pode dizer que não há eficácia nas normas legais para combate à discriminação, o que é possível afirmar é que as leis não são utilizadas conforme se deve, que o Estado Juiz não é provocado ao ponto de poder aplicar as sanções conforme o disposto na Lei. E por esse motivo a maioria da população vítima dessa prática não conhece a proteção legal, uma vez que não chega ao conhecimento destes a aplicação da Lei em casos semelhantes.

A lei possui alguns efeitos que se espera que repercutam na sociedade, sendo eles o de educar, prevenir, punir, inibir e coibir. Todavia, esses efeitos não acontecem como se espera na maioria dos casos. Os agressores comumente agem por ignorância e desconhecimento de que discriminar alguém seja por sua condição social, ou pela cor da pele, opção sexual, ou religião seja um crime. Contudo, a Lei 4.657 de 4 de setembro de 1942, Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDIB), em seu artigo 3º afirma que “Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.” Em Brasil (1942) diz ainda que” desconhecendo a Lei, o agressor ao agir preconceituosamente ou discriminatoriamente está sujeito às penalidades da lei”.

Entende-se que quando a Lei for aplicada com maior regularidade, quando as vítimas buscarem o ordenamento jurídico em maior constância sempre que ocorrerem práticas discriminatórias, a sociedade passará a visualizar a aplicabilidade das sanções penais e legais para quem usa de discriminação ou com racismo no ambiente escolar e assim a lei poderá agir com seu formato educativo, preventivo e inibidor.

1.2.4. O Papel do Professor no combate à discriminação racial e social na sala de aula

Segundo Antunes⁷ (1998, p.35) “A escola é o espaço onde a disciplina constitui o eixo da formação do indivíduo”. A escola lida constantemente com mentes em formação,

⁷ Celso Antunes (São Paulo, 5 de outubro de 1937) é um educador brasileiro. Formado em geografia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em ciências humanas e especialista em inteligência e cognição. Consultor Educacional do Canal Futura e Sócio Fundador do “Todos pela Educação”, assim como, membro consultor da Associação Internacional pelos Direitos da Criança Brincar,

que buscam incessantemente respostas para seus questionamentos. O desafio do docente é alimentar essas mentes com informações e instigar cada um desses indivíduos a produzirem conhecimento, discernindo o certo do errado, a partir da observação, da análise crítica e formar sua própria opinião com relação às questões inerentes à vida.

As escolas e os profissionais da educação precisam conhecer bem a clientela que atende, segundo Gonçalves (2018, p.32) “quais são as diversidades que compõem a sala de aula para que sejam adotadas as práticas adequadas para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que venha a suprir as necessidades de cada grupo componente do meio social escolar”.

Como principal obstáculo o professor precisa superar é reconhecer que os alunos para Mioranza e Roesch (2010, p.143)⁸. “possuem graus de aprendizagem diferentes e que no âmbito de um grupo por mais entrosado que ele seja a formação de cada um é diferente, os valores transmitidos de família para família se diferem conforme a cultura de cada um”.

Trata-se de uma responsabilidade do professor e dos demais profissionais da escola a realização da análise e identificação da variedade de diversidade cultural existente no âmbito escolar e a percepção de como essa diversidade está sendo tratada tanto pelos profissionais da educação quanto pelos próprios alunos, uma vez identificada cada situação presente dentro da sociedade escolar, Santos e Reis (2015, p.5313) afirma que “elaborar a melhor maneira de abordar as questões inerentes ao assunto de modo a auxiliar os alunos a lidarem com as diferenças, procurar criar condições que venham minimizar os impactos dos conceitos discriminatórios preferencialmente extinguindo-os do convívio escolar se possível”.

Entende-se que todo tipo de diversidade deve ser abordado pelo professor em sala de aula com o intuito de promover interação e compreensão de respeito ao próximo e as suas diferenças. Não abordar assuntos ligados à diversidade cultural dentro de sala dificulta o processo de ensino aprendizagem. Muitos alunos por não se sentirem incluídos no ambiente escolar acabam abandonando a educação. Abordar diversidade não significa promoção da formação de grupos totalmente homogêneos, nem tão pouco incentivar a

reconhecido pela UNESCO. É consultor de diversas revistas e autor de cento e oitenta livros didáticos, dos quais 100 deles são sobre temas de Educação com obras traduzidas em diversos países.

⁸ Pedagoga, acadêmica do PDE, Professora Estadual/ PR.

Pedagoga, Doutoranda em Educação, Professora Assistente UNIOESTE/ PR – Professora orientadora do PDE. Educadoras dedicadas ao estudo das ciências sociais aplicadas ao âmbito escolar, ativistas militantes contra o racismo e favoráveis a inclusão social.

predominância de uma determinada cultura, mas sim promover a oportunidade do compartilhamento de informações e experiências, o que contribui para o desenvolvimento humano de todos, tanto professores quanto alunos.

Segundo Ferri e Fernandes (2016), “muitas vezes os professores não se encontram capacitados para lidar com determinadas diversidades e acabam sendo os próprios causadores dos conceitos discriminatórios ao impor uma cultura dominante em sala de aula” ou ao proferir e expressar-se por meio de comentários depreciativos se referindo à determinado grupo étnico, religioso, ou a determinada classe social e assim por diante.

Para Gonçalves (2018, p.32) se faz necessário que o professor seja “sensível em relação à percepção do ambiente que o cerca e pondere sempre suas falas, lembrando que em suas mãos estão o poder de criação e de destruição”.

Com a era digital e globalizada agrega-se aos desafios docentes a inclusão das novas tecnologias para auxiliar a abordagem da temática em questão, a diversidade cultural. No próximo tópico abordasse-a quais são os recursos mais utilizados na rede de ensino.

1.2.5. Atividades pedagógicas para o combate à discriminação nas escolas

Inicialmente o desenvolvimento das tecnologias deu-se em decorrência da terceira revolução industrial na década de 70, cujo principal objetivo era desenvolver métodos eficazes de comunicação. Nos anos 90 surge a internet como solução para promoção de agilidade na divulgação de informações, desde esse tempo até os dias atuais vêm se aprimorando constantemente.

Segundo autor Veloso (2014, p.90) são consideradas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC): Computadores, Notebooks, *tablets*, webcams, gravadores de cd e dvd, suportes para o armazenamento de dados como cds, hds, cartões de memória, *pendrives* e os praticamente extintos disquetes. Ainda se considera NTIC os telefones celulares, tvs por assinatura, a própria internet que comporta os websites, home pages, sites de relacionamentos, *facebook*, *whatsapp*, *stagram*, *tuwiter*, as diversas tecnologias digitais de captação de som, imagem e vídeo, e todas as tecnologias de acesso remoto como *wi-fi*, *bluetooth*, RFID, EPVC.

Cerqueira (2018) afirma que a utilização das novas tecnologias integradas às práticas docentes são ações que promovem transformações significativas para o dia-a-dia escolar influenciando diretamente na forma como se desenvolve o processo de ensino

aprendizagem. Assim, uma vasta lista de possibilidades se cria a partir da utilização pedagógica das tecnologias.

Libâneo⁹ (2000, p.33) lista algumas dessas possibilidades como sendo ferramentas que contribuem para a democratização dos saberes. Em suas palavras diz:

- a) As novas tecnologias contribuem para a democratização de saberes socialmente significativo e desenvolvimento de capacidades intelectuais e afetivas, tendo em vista a formação de cidadãos contemporâneos. [...]. b) Possibilitar a todos oportunidades de aprender sobre mídias e multimídias e a interagir com elas. [...]. c) Propiciar preparação tecnológica comunicacional [...] d) Aprimorar o processo comunicacional entre os agentes da ação docente-discente e entre estes e os saberes significativos da cultura e da ciência.

Segundo Toschi¹⁰ (2005, p.):

A utilização das mídias digitais e a interação com os novos meios de comunicação para interagir como apoio pedagógico para a abordagem de assuntos como os que envolvem a discussão da diversidade cultural atraem a atenção e o interesse dos alunos para que se envolvam nas atividades e discussões propostas em sala de aula.

Não que a utilização das novas tecnologias irá fazer com que as polêmicas que envolvem os assuntos ligados a diversidade cultural venham a se extinguir, contudo facilitam o desenvolvimento da capacidade de raciocínio dos alunos, contribuem para agilidade do desenvolvimento de pesquisas, facilitam o acesso dos alunos à informações em tempo real relacionadas ao assunto que se discute no momento da aula, além de permitir que os alunos tenham acesso a outras realidades de culturas distantes o que não seria muitas vezes possível fazer pessoalmente, com a utilização das tecnologias e

⁹ José Carlos Libâneo é o criador do termo Pedagogia Crítico social dos conteúdos, seus pensamentos estão relacionados à teoria da educação, didática, formação de professores, ensino e aprendizagem, organização e gestão da escola. Atualmente, desenvolve pesquisas dentro da teoria histórico-cultural. Professor da Universidade Católica de Goiás, no Programa de Pós-Graduação em Educação. É membro do Conselho Editorial das seguintes revistas: Olhar de Professor (UEPG), Revista de Estudos Universitários (Sorocaba), Educativa (UCG), Espaço Pedagógico (UPF), Interface- Comunicação, Saúde e Educação (Unesp Botucatu), parecerista da Revista Brasileira de Educação e Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Membro do Conselho Editorial da Editora Unijui

¹⁰ Doutoranda em Educação pela UFG, Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias do IELT - UEG. Desenvolve pesquisa sobre adoecimento. Possui Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unievangélica (2012) e graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1999). É psicóloga clínica com experiência em Tratamento e Prevenção Psicológica. Também professora de psicologia jurídica, psicologia aplicada, saúde mental, metodologia do ensino superior e metodologia do trabalho científico.

principalmente da internet como principal fonte de recurso “viajar pelo mundo sem sair da escola é possível para todos”.

Como afirma em suas palavras Masetto¹¹ (2000, p.133):

[...] a tecnologia apresenta-se como meio, como instrumento para colaborar no desenvolvimento do processo de aprendizagem. [...] Ela tem sua importância apenas como um instrumento significativo para favorecer a aprendizagem de alguém. Não é a tecnologia que vai resolver ou solucionar o problema educacional do Brasil. Poderá colaborar, no entanto, se for usada adequadamente para o desenvolvimento educacional de nossos estudantes.

A principal função das tecnologias é colocar o professor como auxiliador dos alunos onde a construção do saber não depende do professor mais sim do próprio aluno que tem autonomia para buscar as respostas que precisa para elaborar o seu próprio conhecimento sobre determinado assunto.

Haja vista o potencial alcance das redes sociais e das mídias digitais compreende-se que em se tratando de diversidade cultural em um país de dimensões continentais como o Brasil nada mais relevante que sua utilização dentro do ambiente escolar para auxiliar na abordagem referente a diversidade cultural e o combate à discriminação racial e social.

1.2.6. A qualidade de ensino escolar e as condições socioeconômicas dos alunos

Atualmente as escolas de ensino regular vão passando por muitas transformações onde diferentes conceitos surgem principalmente através da quantidade de novos profissionais que dia a dia vão se inserindo no mercado de trabalho. A dinâmica e a

¹¹ O Professor Marcos T.Masetto, Licenciado em Filosofia, Mestre e Doutor em Psicologia Educacional (PUCSP) e Livre Docente em Didática (USP) atua na área da Educação há 55 anos, especializando-se na Formação Pedagógica de Professores do Ensino Superior, em dinâmicas e técnicas para aprendizagem em aulas universitárias, em questões de Inovação Educacional e Currículos Inovadores no Ensino Superior. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo há mais de 50 anos, onde mantém cursos de formação de professores para o ensino superior em nível e Pós Graduação, orientação e supervisão de pesquisas nos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós Graduação Educação: Currículo da PUCSP, no qual também é Pesquisador Responsável pelo Grupo de Pesquisa FORPEC - Formação de Professores e Currículos Inovadores. Professor Livre Docente e Associado Aposentado da Faculdade de Educação da USP. Suas pesquisas e publicações em 51 livros e capítulos de livros e 29 artigos em periódicos especializados, além de 52 trabalhos apresentados e publicados em Congressos Nacionais e Internacionais versam sobre formação pedagógica de professores, processo de aprendizagem, mediação pedagógica, relação andragógica entre professor e aluno, docência com profissionalismo, desafios na docência universitária na contemporaneidade, metodologias participativas, processo de avaliação nos cursos de graduação, tecnologias digitais de informação e comunicação e seus impactos na educação superior, currículos inovadores em cursos de graduação, e formação de professores para atuarem nesses currículos.

didática do ensino vão se ampliando e complementando as técnicas mais antigas de educação, fazendo com que a nova escola seja mais completa.

Antigamente se conceituava os profissionais em educadores convencionais e educadores especiais, onde os especiais somente estes eram capacitados para lidar com alunos que apresentasse alguma necessidade especial, atualmente, porém afirma-se que os profissionais já devem sair preparados para atuarem independentemente do público que o espera, os profissionais da educação devem ser flexíveis e estarem sempre em busca de conhecimento sobre áreas diversificadas da educação além de estarem sempre atentos a diversidade cultural e social que compõe a sociedade escolar qual ele estará atendendo, pois um bom trabalho realizado pelos educadores em conjunto com a família resulta em aprendizagem independentemente da classe social do aluno, da cor da sua pele ou da sua opção sexual. Uma vez que os profissionais buscam capacitação podem oferecer ensino de qualidade simultânea para todos.

Segundo Madeira (2016, p. 30):

Uma escola de qualidade é aquela que estimula e promove o desenvolvimento dos alunos de maneira integral, considerando equilibradamente os aspectos físicos, motores, efetivos, sociais, cognitivos e morais sem desconsiderar seu nível socioeconômico, seu meio familiar, sua aprendizagem anterior e suas diferenças individuais. Além disso, a escola de qualidade contribui para participação de toda comunidade educativa, promove o desenvolvimento profissional e influi com sua oferta educativa em seu ambiente social. Um sistema escolar eficaz é aquele que maximiza a capacidade das escolas de alcançarem esses resultados.

Apesar da existência de leis e políticas públicas que obrigam as escolas e conseqüentemente os profissionais se adequarem ao atendimento de todos sem distinção a realidade não é condizente com as leis em papel, as condições socioeconômica familiar influencia o desenvolvimento do aluno de formas diversas, como por exemplo a indisponibilidade de recursos que são utilizados como estimulador de estudos, como as próprias tecnologias já mencionadas como apoio pedagógico para o desenvolvimento de atividades.

As maiores dificuldades encontradas nas escolas ainda são as classes muito cheias e a falta de estrutura física para atender a classe estudantil de modo geral. Tem-se ainda na desestrutura familiar um dos principais causadores dos problemas que atuam com ações que refletem no ambiente escolar, Reis (2015, p.25) “alguns alunos utilizam a

agressividade em relação aos colegas para externar conflitos familiares, problemas emocionais, déficit de atenção familiar”, identifica que os alunos que possuem as piores notas na Prova Brasil¹² são oriundos de famílias de baixa renda que não possuem uma estrutura familiar, que passam por privações desde a esfera alimentar chegando até as questões ligadas ao entretenimento como o número de televisores na residência.

A Região Norte do Brasil foi classificada com a menor taxa de escolaridade segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 44, 1% da população da região com idade superior a 14 anos não possuem o ensino fundamental concluído. Atribui-se esse resultado a algumas causas, como por exemplo, o contingenciamento orçamentário para a educação básica para a região, as altas taxas de desempregados, a necessidade de que os adolescentes e jovens passem a trabalhar mais cedo com os pais na lavoura abandonando a escola, e para os que residem na zona urbana as atividades informais como vendas de produtos caseiros de porta em porta para complemento da renda familiar que na maioria das vezes é proveniente do trabalho da mãe que é chefe de família. (Maria, 2015, p.52).

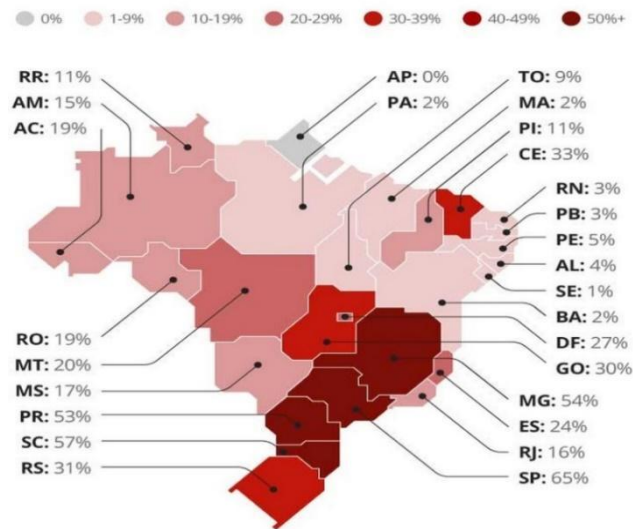
Para Guimarães (2016, p.19), “o ensino público no Brasil pode ser classificado como ruim, desigual e estagnado”. Segundo uma pesquisa desenvolvida e publicada pela revista *Época*, mais de 65% dos alunos do ensino fundamental não conseguem ler e interpretar informações explícitas em contos de fadas ou em leituras de reportagens jornalísticas. Os dados fornecidos pela Prova Brasil, apresentam que a disparidade entre a qualidade de ensino entre as regiões do país é grande, as regiões Sul e Sudeste se destacam na qualidade do ensino, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam os índices mais baixos do país.

Os dados apresentados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresentados em 2015 com perspectiva de atingir a meta 6 em todos os estados até 2021, corrobora com a visão de disparidade na educação entre os estados como demonstra informações reportadas por Moreno (2017) que afirmam que apenas os estados de Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná que atingiram a média 6 (seis) ou a ultrapassaram essa média. Na imagem abaixo é possível perceber em porcentagem os estados que atingiram um índice mínimo de qualidade na educação básica.

¹² Uma avaliação realizada a cada dois anos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para avaliar a aprendizagem dos alunos de 5º a 9º ano da rede pública de ensino no Brasil e aponta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica o IDBE.

Figura Nº 3: Deveres dos professores**A meta do Ideb e os estados**

Veja a porcentagem, por estado, de escolas dos anos iniciais do fundamental que já atingiram o patamar mínimo de qualidade*



*O número é calculado com base no total de escolas que cumpriram os requisitos do governo e tiveram o Ideb 2015 calculado; o patamar mínimo é o Ideb 6, meta nacional para 2021

Fotos: Ideb 2015/Inep



Infográfico elaborado em: 17/11/2017

Fonte: G1 Notícias

Nesse sentido percebe-se que os estados cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é maior, Santa Catarina: IDH de 0,874 o Ideb é igual ou superior a média 6, e onde as taxas de desenvolvimento é baixa, Rondônia: IDH de 0,756 o Ideb é menor ou igual a 6. Na região Norte, a concentração de população de baixa renda e de cor da pele declarada negra ou parda é maior do que nas regiões Sul e Sudeste, uma das características da sociedade da região Norte segundo Moreno (2017) é “a concentração de famílias nas zonas rurais, e altos índices de pessoas trabalhando no mercado informal o que contribui para as baixas taxas de escolaridade”.

As questões socioeconômicas interferem no desenvolvimento do aluno, por consequência a discriminação racial e social ocasionam reflexos na vida do indivíduo de modo geral, em particular serão tratados no próximo tópico quais são os reflexos promovidos pela discriminação dentro da sala de aula.

1.2.7. Os reflexos da discriminação em sala de aula

A persistente desigualdade racial no emprego, habitação e outros domínios sociais renovou o interesse no possível papel da discriminação. As formas contemporâneas de discriminação, entretanto, são frequentemente sutis e veladas, apresentando problemas para a conceituação e mensuração das ciências sociais. Este artigo analisa a literatura relevante sobre discriminação racial, fornecendo um roteiro para estudiosos que desejam desenvolver essa tradição rica e importante. Os racismos têm raízes profundas nas escolas, pelo que parece importante descrever o contexto escolar de onde emergem para explorar um caminho para a sua eliminação.

Altas taxas de exposição à discriminação racial podem afetar adversamente a saúde mental e prejudicar a motivação dos alunos para se engajarem na escola. Além disso, os alunos com risco elevado de problemas de comportamento são particularmente propensos a perceber sua escola como menos favorável; para os jovens urbanos de cor, barreiras institucionais e interpessoais, como experiências de discriminação, podem impedir o acesso equitativo a contextos de aprendizagem saudáveis e seguros para o desenvolvimento.

Conforme Almeida (2018) “os fundamentos históricos da raça lidam com racismo institucionalizado (ou estrutural), expresso por meio de padrões de instituições sociais” (por exemplo, organizações governamentais, escolas, bancos, crianças vivenciam os resultados do racismo estrutural por meio do lugar onde vivem), educação (onde aprendem), meios econômicos (o que têm) e meios legais (como seus direitos são executados).

O autor identificou o papel do racismo implícito e explícito mediado pessoalmente (racismo caracterizado por suposições sobre as habilidades, motivos ou intenções de outras pessoas com base na raça) como um fator que afeta a prestação de cuidados de saúde e os resultados gerais de saúde.

Almeida (2018) considera que “os impactos do racismo estrutural e mediado pessoalmente podem resultar em racismo internalizado” (internalização de estereótipos raciais sobre o grupo racial de alguém). Uma identidade racial positiva medeia experiências de discriminação e gera resultados ideais de desenvolvimento da juventude. Para esse autor, a importância de uma identidade pró-social é crítica durante a adolescência, quando os jovens devem navegar pelos impactos do status social e da consciência da discriminação pessoalmente mediada com base na raça.

Ademais, esse autor aponta que lacuna de desempenho “coloca o foco do discurso sobre a desigualdade no desempenho acadêmico individual isolado no tempo, sem considerar as várias desigualdades estruturais que trabalharam para manter as disparidades e, assim, contribuir para o que ela chama de dívida crescente de educação. Como tal, ela argumentou que a “lacuna de desempenho” não é suficiente para descrever a disparidade no desempenho acadêmico entre estudantes afro-americanos e brancos que tem sido gritante e intratável

Embora crianças e adolescentes que são alvos de racismo sofram o impacto mais significativo, os transeuntes também são afetados negativamente pelo racismo. Por exemplo, os jovens adultos que eram espectadores do racismo e outras formas de vitimização como jovens experimentam profundos efeitos fisiológicos e psicológicos quando solicitados a relembrar a memória de um evento de ancoragem passado como uma vítima ou espectador que são comparáveis aos experimentados pelos primeiros respondentes após um grande desastre.

McLaren (2015) considera três características principais que caracterizaram o (s) evento (s) abusivo (s) foram as seguintes: (1) um indivíduo se machuca psicologicamente ou fisicamente, (2) existe um diferencial de poder (por exemplo, idade, tamanho e / ou estatura ou status) em relação ao alvo indivíduo resultando em dominação e erosão da autoestima do alvo, e (3) o abuso é repetitivo. “Os estereótipos negativos internalizados relacionados à raça podem, inconscientemente, corroer a autopercepção e a capacidade e, mais tarde, podem se manifestar na forma de ameaça de estereótipo ou medo de confirmar um estereótipo negativo da própria raça”.

Esse autor, aponta que as ameaças de estereótipos podem prejudicar o sucesso acadêmico e vocacional, marcos importantes de desenvolvimento para a vítima. O insucesso então reforça o estereótipo sustentado tanto pelo perpetrador quanto pela vítima, aumentando ainda mais a vulnerabilidade da vítima e do espectador a atos repetidos de vitimização aberta ou encoberta.

Essas observações sugerem que as intervenções universais para eliminar o racismo (vivenciado como vítima ou espectador) da vida das crianças e se envolver em intervenção comportamental ativa do observador do antirracismo social podem otimizar o bem-estar de todas as crianças e adultos que cuidam delas. Para que a intervenção individual ocorra, no entanto, os espectadores devem identificar situações críticas, vê-las como uma emergência, desenvolver um senso de responsabilidade pessoal, ter autoeficácia para ter sucesso com a intervenção. McLaren (2015) demonstrou que o

racismo tem um efeito sobre a saúde em grupos raciais em comunidades que relatam altos níveis de racismo, mas que ambientes racialmente diversos, como escolas, podem beneficiar todos os jovens, melhorando as habilidades cognitivas, como pensamento crítico e resolução de problemas.

Ademais, esse autor considera que quando alguém é tratado desfavoravelmente devido ao seu gênero, religião, etnia ou afiliação política, o fenômeno é denominado discriminação. A discriminação no local de trabalho promove favoritismo, dominação e poder. Fere emoções e gera desconforto em alguns funcionários.

De acordo com Shier (2017), as relações de professor para professor e de professor para chefe de departamento, devido “ao preconceito de gênero e etnia, levam a cargas de trabalho assimétricas em que alunos privilegiados evitam tarefas enquanto outros ficam sobrecarregados”. Essa carga de atividade assimétrica influencia diretamente a atitude dos professores em relação aos alunos e ao desempenho docente.

Ademais, Shier (2017) estabeleceu que a discriminação baseada no gênero e o tratamento preferencial para alguns indivíduos em promoções e instalações afetaram negativamente o desempenho de outros funcionários em organizações de telecomunicações. A discriminação implacável de gênero acaba resultando na demissão das vítimas, mesmo no setor da educação.

De acordo com sua definição mais simples, Batista (2018) aponta que a “discriminação racial refere-se ao tratamento desigual de pessoas ou grupos com base em sua raça ou etnia”. Ao definir a discriminação racial, muitos estudiosos e advogados fazem distinção entre tratamento diferenciado e impacto díspar, criando uma definição de duas partes: O tratamento diferencial ocorre quando os indivíduos são tratados de forma desigual por causa de sua raça. O impacto discrepante ocorre quando os indivíduos são tratados igualmente de acordo com um determinado conjunto de regras e procedimentos, mas quando estes são construídos de forma a favorecer os membros de um grupo em detrimento de outro.

Batista (2018) considera que o segundo componente dessa definição amplia seu escopo para incluir decisões e processos que podem não ter nenhum conteúdo racial explícito, mas que têm a consequência de produzir ou reforçar a desvantagem racial. Além das formas mais convencionais de discriminação individual, processos institucionais como esses devem ser considerados na avaliação de como as oportunidades valorizadas são estruturadas por raça.

Para esse autor, uma característica fundamental de qualquer definição de discriminação é o foco no comportamento. A discriminação é distinta do preconceito racial (atitudes), estereótipos raciais (crenças) e racismo (ideologias) que também podem estar associados à desvantagem racial. A discriminação pode ser motivada por preconceito, estereótipos ou racismo, mas a definição de discriminação não presume nenhuma causa subjacente única.

Ademais, Batista (2018) considera que a discriminação em modelos estatísticos é frequentemente medida como a diferença racial residual em qualquer resultado que permanece após o controle de todas as outras influências relacionadas à raça. As diferenças podem ser identificadas por meio do efeito principal da raça, sugerindo um efeito direto da raça em um resultado de interesse, ou por meio de uma interação entre raça e uma ou mais características de capital humano, sugerindo retornos diferenciais para investimentos em capital humano com base na raça.

Historicamente o racismo surge com o início da civilização, percebe-se o racismo presente entre os povos romanos e gregos, verifica-se a presença do racismo no Apartheid na África do Sul, com o nazismo, onde a raça alemã foi considerada superior, e no Brasil a chegada dos colonizadores europeus e a tentativa de escravizar os indígenas, e posteriormente a chegada de negros para escravidão e ainda a imigração de italianos e outros povos para o trabalho braçal, Santos (2019, p.16) “cria linhas de desigualdades entre os povos e com essa desigualdade as práticas discriminatórias”.

O projeto racista para a elite branca, por outro lado, não mudou de rumo em nada. A salvaguarda das origens e a manutenção da brancura - ou seja, a cor da pele branca europeia e o fenótipo - continuou a ser da maior importância, como tem acontecido ao longo da história. McLaren (1996) “que as realidades do racismo na sociedade são replicadas nas escolas”. Considerando que a sociedade mexicana está dilacerada pelo racismo, devemos estar constantemente atentos há como o fato do racismo ideal - que considerou e continua a considerar a “mestiçagem” (“mistura racial”) como um ideal - se articula com as complexidades do racismo real.

Para o autor, na prática, diversos racismos (como os apontados acima) se misturam sob a égide do racismo da mestizofilia. Apesar da complexidade dessa problemática, é importante lembrar que processos ideológicos e mentais que se baseiam na crença de que deveria haver uma hierarquia racial das culturas humanas se alimentam de racismos.

Tanto a quantidade quanto a qualidade das interações de pessoas de diferentes grupos raciais são indicadores do clima racial escolar. Outro indicador são os

estereótipos, ou crenças e atitudes que os membros da comunidade escolar têm sobre um determinado grupo racial. A terceira dimensão considera o tratamento equitativo ou discriminação contra membros da comunidade escolar com base em sua pertença a um grupo racial.

O componente final é o apoio institucional e se a estrutura escolar, a administração e o ensino incentivam a diversidade racial e celebram, em vez de diminuir a ênfase, nas diferenças raciais. O presente estudo baseia-se neste trabalho, considerando as perspectivas de estudantes negros do ensino médio e sua interpretação do clima racial escolar em dois distritos escolares vizinhos.

A miscigenação proporcionada pela variedade de etnias que compõe a população brasileira desde a sua colonização se mostra explicitamente no ambiente escolar. A diversidade de costumes, credos religiosos, ensinamentos familiares, se reúnem nas salas de aula, para Silva (2017, p.127) “e a convivência pacífica entre tamanha diversidade pode ser uma realidade um tanto distante, necessitando de constante mediação do profissional da educação”.

Ainda que na atualidade tem-se ensinado a alteridade, o respeito e a reciprocidade entre as pessoas, a discriminação continua a interferir nos resultados escolares de alunos negros, pardos, indígenas e de classe social baixa, a discriminação é bem presente. Um exemplo a ser citado ocorre em decorrência de vestimentas, calçados e acessórios utilizados pelos alunos, ainda que a instituição de ensino adote fardamento como padrão de vestimenta, na tentativa de padronizar as roupas e fazer com que todos estejam igualmente vestidos, nem todos os pais possuem condições de comprar vários conjuntos de farda, o que faz com que aqueles alunos de família mais humilde frequente as aulas com fardamento mais surrado, desbotado, ou ainda reutilizado, ou seja, de segunda mão, fazendo com que os demais colegas passem a hostilizá-lo em decorrência desse motivo, ou ainda por fazer uso de sapatos velhos ou chinelos de dedos desgastados.

Essa distinção mencionada acima ainda que pareça insignificante, não é. Os alunos que sofrem discriminação em decorrência da sua vestimenta acabam por optar pelo isolamento sempre que possível, muitas vezes deixam de sair para o intervalo, ou não participam de aulas práticas como, por exemplo, o momento de diversão que acontece nas aulas de educação física. Teixeira (2018, p.4) “Tal fato desencadeia sentimento de rejeição, baixo estima, e por consequência nota baixa na disciplina por não participação das atividades práticas”.

Um levantamento realizado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (INEP) no ano de 2009, revelou que 93,3% dos entrevistados assumiram ter ao menos um tipo de preconceito racial, social ou por questões de gênero, segundo o Instituto esse percentual corresponde a mais de 18 (dezoito) mil pessoas em uma amostra de 500 (quinhentas) escolas espalhadas por todo o país, a pesquisa foi realizada no ambiente escolar e envolveu estudantes, professores e demais funcionários. (IBGE, 2018).

Com a divulgação desse dado pode perceber o quanto a população escolar é acometida por preconceito, discriminação e atitudes racistas. A evasão escolar de pessoas de pele negra, descendentes de negros, de origem familiar de baixa renda é superior ao dos demais alunos que não se enquadram nesse perfil. A causa apontada se relaciona ao *bullying* sofrido, episódios reiterados e recorrentes de chacotas, piadinhas de mau gosto são recebidos por esses indivíduos como marcas dolorosas imprimidas em sua memória que causam dor e sofrimento, Pereira (2014, p.20) “e a escola acaba por ser o ambiente ligado diretamente com essas más recordações e por tau motivo escolher abandonar a frequência escolar acaba por ser a saída adotada pela maioria daqueles que sofrem a discriminação”.

Os reflexos ocasionados pela discriminação racial e social são vários, e elenca-los se trata de uma tarefa complexa, todavia, existem alguns reflexos que são comuns e presente na maioria dos casos, a baixa das notas ligadas ao rendimento escolar, alunos alvos de discriminação na maioria não alcançam boas notas, timidez excessiva, ações retraídas, fala em tons baixos, a busca constante de não chamar atenção, evitar estar em local com presença de muitos alunos, para Cury (2018, p.35) tornar-se antissocial, esses reflexos são causados ainda no ensino fundamental e repercutem na vida adulta até que seja possível uma “reprogramação da memória, de forma a eliminar e substituir as memórias ruins por memórias boas, contudo nem sempre essa reprogramação ocorre, e crianças discriminadas facilmente, podem se tornar jovens revoltados, adultos frustrados”.

O clima escolar é uma construção multifacetada que inclui percepções individuais da cultura acadêmica e social da escola, bem como elementos estruturais e organizacionais de salas de aula, escolas e distritos escolares. Um fio condutor importante em cada dimensão do clima escolar é o respeito pela diversidade e pela diferença individual com base em indicadores de identidade social, como raça, gênero e cultura. Os estudiosos sublinharam a importância de considerar o significado de raça e diversidade nas escolas, especialmente dada a prevalência da raça nas vidas de muitos grupos de

minorias raciais. Quando ocorre discriminação racial nas escolas, isso pode sinalizar para os alunos que eles são desvalorizados como membros da comunidade escolar e, portanto, da sociedade em geral, por causa da cor de sua pele.

Para desenvolver uma compreensão mais profunda de como a raça funciona nas escolas, os estudiosos começaram a conceituar e estudar o clima racial escolar. O clima racial escolar inclui normas e valores percebidos de raça e diversidade racial dentro de um ambiente escolar e é compreendido em quatro dimensões: interações inter-raciais, estereótipos, tratamento equitativo e apoio institucional para um clima racial positivo.

Conforme Gentili e Alencar (2015), “a análise crítica das questões raciais é uma importante tarefa de desenvolvimento para a juventude negra”. No modelo de forças e enfrentamento para jovens negros, sugerem que a consciência crítica é um mecanismo de enfrentamento de nível individual que os jovens negros podem alavancar para combater as barreiras ao desenvolvimento saudável e ideal, como a discriminação racial. Na verdade, os estudiosos sugerem: “Os adolescentes que estão cientes do racismo e da história da opressão racial estão mais bem preparados para lidar com um ambiente racista”.

Essa proposição está enraizada em uma ideologia freiriana de consciência crítica - reflexão crítica sobre as forças sociais que tanto auxiliam quanto frustram a liberdade de alguém como um precursor para que segundo Freire (1970) os alunos se tornem agentes de mudança ativos em suas escolas e comunidades. Por meio do desenvolvimento de uma compreensão da discriminação institucional, os indivíduos e as comunidades podem defender mudanças que resultem em uma sociedade mais justa e equitativa.

Gentili e Alencar (2015, p.), postulam que “as escolas funcionam como espelhos de desigualdades sociais mais amplas e podem ser uma das primeiras experiências que os alunos têm com várias desigualdades baseadas em raça e classe e práticas discriminatórias relacionadas”. Por meio da análise crítica, os jovens têm a oportunidade de refletir sobre as condições sociais e políticas em seu ambiente escolar, especialmente as condições que podem inibir desproporcionalmente as oportunidades educacionais e o sucesso acadêmico.

A análise crítica da escolaridade e a consideração do impacto da opressão estrutural nos processos e resultados da educação podem levar os jovens a se envolverem civicamente na busca de melhorar a maneira como as instituições locais, como escolas, atendem às suas necessidades e objetivos pessoais e comunitários. Isso é particularmente

importante, dada a história e o potencial de alienação e marginalização dos jovens negros dentro e por meio do sistema educacional.

Para Gentili e Alencar (2015) dada a prevalência da exploração de identidade, “à adolescência marca um período crítico para os estudiosos compreenderem e examinarem a análise crítica dos adolescentes sobre as experiências raciais nas escolas”. Uma vez que há poucas pesquisas sobre as experiências de discriminação racial de adolescentes através da lente do adolescente, investigamos como os adolescentes percebem e analisam criticamente as experiências de discriminação racial no contexto escolar.

É bem entendido que os alunos negros sofrem discriminação racial nas escolas com implicações negativas de bem-estar acadêmico, psicológico e físico. Além disso, Gentili e Alencar (2015), sugerem que “interrogar a desigualdade social, ou análise crítica, pode servir para amortecer os efeitos de tal discriminação racial para adolescentes de cor”. No entanto, há poucas pesquisas sobre como os jovens negros empregam uma “análise ecocrítica”, uma análise crítica das condições sociais de suas escolas, dando atenção às experiências de desigualdade e discriminação racial.

A consideração de contextos sociopolíticos distintos e momentos históricos é relevante no que diz respeito ao desenvolvimento e comportamento da identidade. Normas culturais, estruturas políticas e recursos econômicos podem guiar atos sociopolíticos normativos e resistência ou comportamento ativista. Os contextos proximais também moldam o desenvolvimento de maneiras significativas. Gentili e Alencar (2015), observam que é imperativo identificar contextos proximais que ajudem a apoiar a análise crítica de maneiras seguras e adequadas ao desenvolvimento.

Um termo para esse tipo de ambiente é estrutura de oportunidade - um contexto que fornece momentos e ocasiões para a prática de comportamentos que promovem a análise crítica e o envolvimento social positivo. Tais comportamentos incluem, mas não estão limitados pensamento crítico, compreensão da história de discriminação institucional e treinamento de liderança.

Na instituição escolar a mediação exercida pelo professor entre aqueles alunos que são alvo de discriminação e aqueles que são os agressores, como já mencionado anteriormente é fundamental para amenizar os reflexos da discriminação. No tópico a seguir será abordado a importância do professor como mediador na sala de aula.

1.2.8. A importância do professor na medição das diferenças na sala de aula

O conhecimento é a chave para o sucesso em todos os campos da vida, e o processo de busca de conhecimento se estende do berço ao túmulo. Em todo o mundo, o setor da educação sempre foi o meio principal para a aprendizagem humana. O processo de aprendizagem depende em grande parte da eficácia do setor de educação. Nesse contexto, o foco dos formuladores de políticas educacionais é principalmente identificar os fatores que podem desempenhar papéis imperativos nos resultados de aprendizagem dos alunos. Ambientes de ensino e aprendizagem eficazes têm uma relação direta com o comportamento mental e relacional dos alunos.

Nesse sentido, é fundamental compreender que as crianças se tornam aprendizes ativos e suas habilidades de pensamento crítico, tomada de decisão e aprendizagem cooperativa aumentam quando sua participação é habilitada e todas as atividades são implementadas de forma democrática. A relação entre professores e crianças também se torna mais calorosa e positiva quando a participação é ativada. Além disso, quando as crianças estão mais dispostas a participar das atividades escolares, o esgotamento ocupacional dos professores diminui. Da mesma forma, outro estudo descobriu que quando os professores levam em consideração as opiniões das crianças e lhes atribuem responsabilidades, ao mesmo tempo em que diminuem seus próprios papéis nas atividades, elas experimentam menos exaustão ocupacional e são mais enérgicas e benéficas para as crianças.

Conforme Shier (2017) as atitudes pedagogicamente sensíveis dos professores caracterizadas pelo respeito, atenção e confiança nas capacidades das crianças são importantes para promover a participação das crianças. O autor também afirma que “as habilidades de confiança, comunicação e negociação das crianças melhoram e os professores atendem e respeitam mais as ideias, interesses e necessidades das crianças quando a participação das crianças é ativada”. (Shier, 2017).

À luz desses resultados, pode-se dizer que reconhecer os direitos das crianças é benéfico para os professores e a sociedade, bem como para as crianças, e a interação professor-criança é influenciada pelas atitudes e comportamentos dos professores em relação aos direitos das crianças. O desenvolvimento social, emocional, cognitivo e físico das crianças é predominantemente moldado durante o período da primeira infância, e o aprendizado nesse período é permanente.

Além disso, Shier (2017) considera que “crianças adquirem algumas habilidades durante esse período, como seguir regras, respeitar os direitos dos outros, aceitar diferenças e interagir socialmente”. Pode-se dizer, portanto, que é vital reconhecer os direitos da criança nos primeiros anos e implementá-los em todos os ambientes para ensinar as crianças sobre seus direitos. Assim, também é importante examinar as atitudes, comportamentos e pontos de vista dos professores da educação infantil em relação aos direitos das crianças.

Analisar as escolas como espaços raciais pode ajudar os pesquisadores a examinar o papel dos professores na perpetuação do racismo estrutural nas escolas. Para Shier (2017) “Com base em trabalhos etnográficos e autoetnográficos, esse espaço oferece exemplos de escolas como espaços raciais, espaços onde a brancura controlava o acesso”. Shier (2017) também destaca quatro professores que buscaram a igualdade racial em seu ensino e como uma compreensão estrutural da raça foi fundamental para seus esforços.

A violência em nossa sociedade é um desafio a ser enfrentado por todas as pessoas que tenham adquirido a consciência de que o diferente não representa o mal, apenas diferencia gêneros, etnias, culturas, religiões, deficiências, limitações, enfim, uma complexidade de formas e suas diversas manifestações que enriquecem na medida em que aprendemos uns com os outros. A escola é o local onde a criança inicia o processo de socialização e começa a adquirir conhecimentos sobre diversas áreas, tais como, cultural e comportamental, que ao longo da vida vão se consolidando em uma série de habilidades e valores.

O meio social em que vivemos, marca o indivíduo em suas diferenças abrindo espaço para o surgimento de preconceitos. Assim, a escola pode valer-se de seu princípio básico de formação do cidadão apresentando um projeto que estimule discussões, atitudes e construção de posicionamentos acerca da violência, discriminação e preconceito. A escola deve ser a primeira instituição a não permitir que a prática permaneça como algo comum provocando cada vez mais conflitos entre agressores e vítimas. É papel fundamental da escola assumir uma educação pautada em valores, portanto não pode eximir-se de suas responsabilidades e do cumprimento da legislação vigente bem como do seu próprio regulamento.

Segundo Moreno (2017) “A atuação do profissional da educação não se restringe ao repasse do conhecimento científico aos alunos, o desenvolvimento social, psicológico e a mediação de conflitos no ambiente escolar fazem parte do cotidiano do educador”. Na

atualidade a discriminação racial e social se apresenta como o principal motivo de conflitos entre alunos no ambiente escolar. As práticas discriminatórias se apresentam por vezes escancaradas nas ações racistas ou ainda subentendida no *Bullying*, nas brincadeiras de mau gosto que influenciam na violência psicológica, podendo chegar até a agressões físicas.

É na infância que se instalam os preconceitos, os valores que o aluno carrega ao longo da vida, quando não aprende a conviver com a diversidade surgem as manifestações preconceituosas que, muitas vezes, se transformam em intolerância em práticas de *bullying*, não respeitando as pessoas como elas são. Um passo importante para compreender a exclusão da criança e o *bullying* dentro da escola é entender em que espaços ele se dá, de que forma ele acontece, quem são as pessoas envolvidas no ato em si e a percepção da vítima a se ver caracterizada com o “diferente da turma”.

Assim, para Silva (2017, p.128) cabe ao professor “intermediar os conflitos identificados dentro de sala de aula, não apenas aplicando a repreensão do agressor e o acolhimento do agredido, mas proporcionar uma discussão envolvendo todos os alunos da sala na busca de desconstruir a ideia da normalidade desse tipo de ação”. A escola tem que estar no controle dessa situação uma vez que educar na diversidade é uma mão dupla, ao mesmo tempo em que se ensina também se aprende. Só assim, será possível atingir um ambiente que possibilite uma melhor aprendizagem, mas também se promova o respeito ao próximo e um convívio sadio entre os estudantes.

Ensinar aos alunos o princípio fundamental da igualdade não é tarefa fácil, todavia não é impossível. Justamente por ser o professor o profissional capacitado para promover a formação de conceitos, ideais e disseminar a boa convivência. Ao se deparar com um conflito originado por discriminação o professor deverá rapidamente apresentar soluções. Segundo Reis (2015, p.25) um bom início “é demonstrar que são as diferenças que nos fazem seres únicos, contudo ainda que diferentes todos são seres humanos, e assim provenientes de uma mesma raça, sem distinção”. Cabe ao educador, o papel relevante de incentivar as habilidades de seus alunos ajudando-os a descobrirem e desenvolverem seus potenciais, estabelecendo sua identidade pessoal, seu relacionamento com os outros e com o mundo.

É preciso que os professores percebam que às vezes basta uma atitude, nem sempre depende de recursos caros. Ações fáceis de serem implementadas oferecem um ganho muito grande no acolhimento dos alunos mediante suas particularidades, sejam elas físicas ou de outra ordem qualquer. Basta aos professores exercerem uma

inflexibilidade e promover uma abertura para novos procedimentos que podem levar as crianças a se integrarem mais na vida escolar. Não há necessidade de ser um especialista em educação, apenas exige que se entenda que o ensino deve ser passado, porém não se deve projetar uma aprendizagem padrão. Por se tratar de uma temática delicada, é preciso que o professor saiba abordar tanto o agressor, quanto o agredido, pois ressalta-se que ambos são crianças e que possuem um psicológico que deve ser protegido.

Não cabe ao professor reprimir uma agressão com outra atitude agressiva. O acolhimento deve ser ofertado para ambos, pois a criança que discrimina a outra muitas vezes é a que mais necessita de apoio, por estar desenvolvendo uma mentalidade segregadora, uma das análises a ser feita deve se pautar no que motivou essa criança a discriminar a outra? De onde vem o racismo nela impelido? Como ela chegou à formação de um pensamento no qual aplica a aceção de pessoas? Uma vez identificado às respostas para essas questões, passa-se a aplicação do acompanhamento e do trabalho de reprogramar a mentalidade do agressor, fazendo-o compreender que a atitude cometida por ele é um crime legalmente tipificado e que essas ações afetam profundamente o colega alvo da discriminação.

É importante que o professor mantenha uma postura profissional no relacionamento com a criança, contudo, segundo Colchesqui (2015) não deve “esquecer o lado humano para não deixar o aluno ter a impressão de que esteja sendo rejeitado, fator que pode afetar e reprimir sua autoestima”. A abordagem deve ser adaptada para cada faixa etária, fazendo uso de linguagem simples e apropriada. Para Cury (2018, p. 39) sem o intuito de amedrontar, mas com o objetivo de “promover a reflexão, a educação moral e ética, na busca pela formação de cidadãos que possuem pensamento crítico sim, contudo juntamente com o pensamento crítico possuem o respeito ao próximo e a dignidade da pessoa humana”.

As conquistas da educação nas últimas décadas, apresentando uma maior preocupação com a formação do aluno, fizeram com que a educação abolisse o autoritarismo em sala de aula e permitisse o diálogo. Segundo Colchesqui (2015) “As práticas docentes, também passaram a estabelecer objetivos visando a formação do sujeito, através de valores éticos e morais para a construção da cidadania”.

No que tange ao acolhimento ao agredido, importante ressaltar a ele a capacidade que ele tem independentemente da cor de sua pele, ou das roupas que veste, ou dos sapatos que calça. Frisar e reforçar que ele é único, especial e importante. Pois essas autoafirmações podem parecer irrelevantes, todavia são de vital importância, pois para

Prazeres (2017, p.76) “o aluno agredido frente às agressões sofridas desenvolve baixo estima, depressão, podendo chegar a pensamentos suicidas a depender do grau de fragilidade emocional em que se encontra”.

As abordagens históricas da consciência negra, dia do índio, culturas afro como conteúdo programático escolar pode ser feita de diversas formas, e utilizar essas abordagens como forma de mediar os conflitos em sala de aula, utilizando de sutileza e métodos adequados, para trabalhar as diferenças com naturalidade, demonstradas que as origens de todos são a mesma origem, que segundo Pereira (2014, p.139) a todos possuem uma “mistura étnica proveniente do processo de colonização, e conhecer a raiz as origens dessa formação produz conhecimento e entendimento de forma a amenizar os impactos das diferenças raciais e sociais”.

Cabe ressaltar, que se deve avaliar o ambiente da escola onde os alunos passam grande parte de seu tempo estudando, bem como suas condições e evolução de seus aprendizados. Somente assim, é que há condições de se estabelecer um processo de desenvolvimento do aluno, em que ele tenha condições de um melhor aprendizado. Uma vez preparado esse território, os professores poderão planejar seus conhecimentos a ser transmitido de forma clara aos alunos, sendo um facilitador no processo de comunicação. Segundo Colchesqui (2015, p.) “Essa é a melhor forma de promover a transmissão de conhecimento.”

Não há de se falar em uma metodologia definida para empregar a abordagem de mediação de conflitos ocasionados por situação de discriminação racial e social em sala de aula, pois cada situação requer uma abordagem apropriada para atender os pormenores do conflito em questão. Assim, o professor deverá aplicar a percepção, a sutileza, o *filig* profissional, o sentimento de empatia, fazer uso da ciência em conjunto com a prática vivenciada no dia a dia escolar.

Capacitar professor ao atendimento de alunos com diversas necessidades. Não significa ter necessariamente um professor especialista em cada tipo de diversidade e sim levá-lo a entender que todos os alunos têm particularidades próprias de aprendizagem. É tentar eliminar as barreiras que impedem o aluno de aprender, para isso o professor precisa conhecê-lo e entendê-lo e avaliá-lo dentro da sua evolução. Parte desse caminho começa na reformulação dos programas de formação de docentes. É lá que essa capacitação do professor tem que começar.

O que se percebe ao longo desse estudo é que a eficácia do trabalho docente exige que o professor esteja aberto para entender e reconstruir sua própria identidade. Esse é o

instrumento que pode colaborar com o professor para que escolha a melhor opção no cotidiano da sala de aula. Assim, para Colchesqui (2015) “pode passar a utilizar novas metodologias e certo cuidado em conhecer melhor as necessidades dos alunos”.

A educação tradicional que remonta Idade Antiga, que tem suas raízes na sociedade de classes escravagista, que se destinava a uma minoria elitizada, começa a perder espaço com movimento renascentista, mas, ela ainda resiste até hoje, mesmo com a expansão advinda com educação burguesa. O século XX permitiu que a educação adotasse e difundisse ideias universais entre elas a de que não há idade para se educar, que a educação se estende ao longo da vida.

Assim, o professor precisa se adequar às mudanças que ocorrem nas sociedades que exigem que a escola, não só acompanhe, mas que forme esse cidadão para esse novo mundo. Para tanto, a escola e o professor, em sintonia precisam preparar suas inovações, realizar planejamentos a médio e longo prazos, fazer sua própria reestruturação curricular, elaborar os parâmetros curriculares, enfim ser uma formadora do ser humano enquanto cidadão.

É importante perceber que as mudanças que ocorrem do interior das escolas, geralmente têm vida longa e o seu bom desempenho e desenvolvimento dependerá de sua capacidade de criar e sistematizar suas atividades. Nesse cenário o professor atua como mediador do conhecimento perante o aluno que é objeto de sua própria formação, ele precisa construir conhecimento a partir de suas ações, portanto precisa buscar sentido para o que faz e sinalizar novos sentidos para as tarefas desempenhadas pelos alunos.

O professor e a escola precisam desenvolver o hábito de valorizar o que fazem e não apenas buscar receitas externas à escola, ela tem que aprender a governar-se. Os professores são sempre imprescindíveis para as escolas e formação dos alunos. Eles são responsáveis pela transformação da informação em conhecimento e conseqüentemente em consciência crítica que formam as pessoas.

Essas colocações nos demonstram que o papel do professor mediador, facilitador é fundamental para promover práticas educacionais que sejam uma oportunidade de vivências de cada aluno. Assim, passo a passo, ou, etapa após etapa, o desenvolvimento vai evoluindo e o relacionamento vai se aprimorando. Educar, sempre foi uma tarefa difícil em qualquer época, tanto para a instituição familiar quanto para a Instituição de Ensino. Contudo, no mundo moderno com as transformações ocorridas na sociedade, mudando valores, hábitos, composições familiares, a mulher com a jornada fora de casa,

educar ficou ainda mais difícil e enfrenta a questão do que compete a escola e do que compete a família.

Para criar um sistema educacional igualitário, é fundamental criar ações que busquem reduzir o valor preditivo de raça, gênero, classe e deficiência na sala de aula. Na cultura de culpar do sistema educacional tradicional, apontar as crianças ou suas famílias como o problema quando os alunos não estão aprendendo com sucesso, em vez de revisitar nossos projetos e estruturas educacionais.

Leciona Shier (2017) que “o objetivo da educação multicultural é organizar as escolas de modo que os alunos de diversos grupos étnicos vivenciem a igualdade educacional”. Esse autor aponta que os estudos existentes são tão limitados em número e enfocam diferentes atores (ou seja, diretor, professor, aluno), diferentes elementos (por exemplo, cultura escolar, política escolar, folheto escolar) e grupos de idade (desde crianças até estudantes universitários), que não padrões claros emergem dos resultados.

Para Gentili e Alencar (2015) “o professor no papel de mediador pode colaborar para criar um clima escolar como um construto multidimensional” (percepções das dimensões do ambiente escolar, como relações aluno-professor, ambiente social, tratamento diferenciado de alguns alunos e conexão com a escola) é importante para moldar julgamentos morais e respostas ao bullying racial, incluindo exclusão, em contextos escolares. Por exemplo, além das normas escolares, o ambiente social da escola em geral pode ser importante para promover tendências inclusivas. Os alunos que se sentem felizes com seus colegas e com o clima geral dos alunos em sua escola podem estar mais propensos a receber bem os outros e ser inclusivos. Além disso, os adolescentes que perceberam um maior apoio de seus professores eram mais propensos a relatar que desafiariam o agressor e confortariam as vítimas de racismo sendo inclusivos para esse.

1.3. Equipe gestora e a construção da igualdade racial no espaço escolar

1.3.1. Conceito de equipe gestora

As práticas e teorias referente ao processo de aprendizagem vem há anos sendo pauta das discussões entre os teóricos, pesquisadores psicólogos e mais recentemente a própria neuropedagogia vem desenvolvendo suas teorias e técnicas. Cada vez mais se faz relevante os educadores de todas as áreas se familiarizarem com as teorias da

aprendizagem, para que entendam a orientação do ensino nas escolas atuais e optem pelas que considerarem mais eficazes para a devida formação do aluno.

A aprendizagem é um processo de organização das informações que se acumulam ao longo da vida em nossas trajetórias pelo mundo que vai se integrando cognitivamente. Nos últimos dois séculos, desenvolveu-se uma forma de educação com bases encontradas nas obras de Rousseau, que veio promover diversas conquistas, principalmente nas áreas relativas às ciências da educação e métodos de ensino.

O conceito de “aprender fazendo” de John Dewey¹³ e as técnicas Freinet, foram conquistas que se tornaram definitivas para a trajetória da pedagogia e valem tanto para a concepção tradicional de educação quanto a nova. Cabe ressaltar que ambas têm em comum o processo de desenvolvimento individual.

São vários os modos e processos que envolvem o sistema educacional como salvação para os fracassos. "*A ELV* – *A escola ao longo da vida*". Em que pese algumas críticas de teóricos que questionam, alegando que esse modelo atende ao devastador mercado capitalista, Gadotti (2016) alerta sobre as duas vertentes da ELV. Segundo o autor, enquanto uma serve ao modelo do capital humano, regulada pelo injusto mercado capitalista, a outra, possui um modelo humanitário, que acolhe as lutas da educação popular e: nela; e com ela fortalece ações dialógicas.

Assim, o modelo que atende ao capital humano considera a educação como um investimento e visa à competitividade, e trata a educação como uma mercadoria. Como se educar fosse mercadoria. Já o modelo humanitário defende a educação, como um direito de todos, além de ser uma das principais maneiras de proporcionar uma igualdade social e justa. A escola tem que promover o envolvimento da teoria com a prática dentro da realidade de cada aluno e assim transformar o processo ensino-aprendizagem em eficaz.

Para a realização de um “Projeto Político Pedagógico (PPP)” que abra espaço de forma a promover o trabalho coletivo, favorecendo a discussão, a análise e o questionamento, faz-se necessário que todos os envolvidos, tenham a clareza dos objetivos e principais metas da escola. Contudo, o processo ensino/aprendizagem

¹³ John Dewey um americano nascido em 1859, não aceitava a desigualdade social e defendia a escola para todos, ele conviveu por toda sua vida com a liberdade e a igualdade. NAZZA, Mônica A. John Dewey: inspirações para uma pedagogia da infância. In: FORMOSINHO, Júlia O.; KISHIMOTO, Tizuko M.; PINAZZA, Mônica A. (Orgs). Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

necessita ir além de discursos, é preciso que haja vivência, como um momento curricular importante em que o educador é o mediador com condições críticas entre os alunos e os conteúdos do ensino.

Um mediador facilitador que estimula o desenvolvimento dos educandos em suas percepções críticas em torno da realidade e problemas; sempre valorizando na concepção de Pontual (2016) a ELV “representa uma educação popular que pode atuar junto a questões de cidadania, e promover uma democracia com mais participação e inclusão”. O autor coloca que isso pode ocorrer de forma institucionalizada, ou pode ser desenvolvido em caráter de política pública e coloca: “A educação popular é igualmente capaz de contribuir com uma política de ELV ao desenvolver uma pedagogia da interculturalidade”.

Na visão de Silva (2016), a ELV e a educação popular são colaborativas entre si. De acordo com Silva, “a educação popular hoje, envolve novas demandas da sociedade, com novos sujeitos, porém as necessidades antigas necessidades.” Segundo Mantoan (2015, p. 66) nas redes pública e privada que adotaram na organização da escola uma educação *inclusiva* que pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea a autora resume o conceito de escolas de qualidade:

São espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensina-se os alunos a valorizar a diferença, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões, competição de forma solidariedade participativa. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

Partindo do princípio de que a escola, organizada como um espaço em que se realizam relações sociais entre indivíduos dos mais diversos segmentos, as discussões sobre as interações internas, bem como aquelas estabelecidas com a comunidade tornam-se significativas.

1.3.2. A equipe gestora e as relações de desigualdade na escola

A escola é uma constituição dinâmica e em constante transformação e construção. Portanto, pede que seja pensada como um espaço plural e com muita diversidade presente. Não há mais espaço para se pensar uma escola que não preze pelo diálogo e principalmente conte com a participação da comunidade escolar e não fique vinculada unicamente ao diretor.

Hoje pede-se uma gestão democrática com liderança e tarefas coletivas com autonomia, transparência e impessoalidade que permita promover o crescimento do aluno como cidadão de uma sociedade democrática. Do ponto de vista específico de gestão escolar, tem-se que ela visa promover a organização e estabelecer as condições materiais e humanas, de forma a garantir a eficácia no processo ensino aprendizagem, tornando os alunos aptos a enfrentarem de forma adequada os desafios da sociedade.

Vivemos uma época em que se apregoa a prática da igualdade, se repudia a intolerância de gênero, religiosa, racial, porém ainda se discutem modelos e eficácias da escola inclusiva sem se dar conta de que essa inclusão é mais do que uma obrigação, é um direito de todos, independentemente de suas origens e características. Além de que, é papel da escola trabalhar a questão do preconceito de forma que muitas delas realizam apenas a matrícula compulsória.

Atualmente, um dos principais desafios, dentre os muitos que envolvem a área da educação, consiste em evitar o desinteresse das crianças e adolescentes pelo estudo e se afastarem da escola e concluírem os níveis de ensino em idade adequada. Na gestão escolar todas as ações devem ser pensadas com foco na qualidade de ensino e empreender todos os esforços nas possibilidades de um bom aproveitamento dos recursos existentes, bem como em uma organização que promova o convívio entre as pessoas, dirimindo as possibilidades de preconceitos e exclusões. Além de que o respeito, a alegria, a amizade são elementos que contribuem para a socialização e a convivência, desenvolvendo e fortalecendo a noção de cidadania e de igualdade entre todos.

O mundo contemporâneo apresenta diversos desafios, que se questiona, se ainda há necessidade da atuação vertical e hierárquica de algumas entidades educacionais. Acredita-se, que medidas horizontais possibilitem um trabalho em equipe, com maior riqueza de informações, com uma justa divisão de responsabilidades e uma democrática tomada de decisões, envolvendo a participação de diferentes setores da sociedade.

A questão democratização na educação surge em consequência das lutas de educadores e dos movimentos sociais, os quais se organizavam em defesa de um projeto de educação pública democrática e de qualidade. No entanto isso só foi acontecer em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, em “seu artigo 206, inciso VI que estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles a gestão democrática, sendo mais tarde regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), art. 4º, inciso II”. (Brasil, 2017).

A partir dessas colocações percebe-se que a escola, nem sempre pode exercer essa prática, posto que é preciso ir além das indicações legislativas, na verdade é necessário que a comunidade escolar seja ativa e assume esse processo. As abordagens deste estudo passam por Gestão Educacional, Gestão Escolar, Gestão Escolar Democrática e Participativa e se estende para as funções dos gestores e/ou diretores de escola. Para este estudo, realizaram-se pesquisas na abordagem qualitativa, utilizando-se de fontes bibliográficas. O qual possibilitou observar-se que, houve um crescimento de pesquisas, abordando a gestão escolar nas últimas décadas e que os conceitos de gestão escolar se direcionam mais para os aspectos administrativos e só ultimamente vem sinalizando uma busca por conteúdo mais pedagógico.

No entanto, a instituição escolar, está aberta ao diálogo e a participação na busca por um modelo de gestão, pautado nas relações, tanto interpessoais, quanto pedagógicas e administrativas. O principal compromisso da escola hoje é com a formação do cidadão e sua visão crítica e capacidade de inovações. Quanto à gestão escolar, tem-se que ela visa promover a organização e estabelecer as condições materiais e humanas, de forma a garantir a eficácia no processo ensino aprendizagem, tornando os alunos aptos a enfrentarem de forma adequada os desafios da sociedade e suas complexidades.

As pesquisas desenvolvidas demonstram que as Leis importantíssimas, para proteger e defender o direito de uma escola de qualidade para todos, contudo, não garantem o resultado, mas fundamentam a legitimidade da cobrança, da exigência do cidadão e das lideranças que lutam por uma melhor igualdade dentro do ensino. As demandas da sociedade contemporânea tais como: inclusão digital, respeito às questões ambientais, combate à homofobia, à violência, deve ser cuidadosamente analisadas e contempladas pela escola, é preciso que elas constem da pauta da educação.

Um ambiente escolar que favoreça um ensino e aprendizagem exige da gestão escolar um trabalho coletivo, participativo, colaborativo, que tenha por meta implementar estratégias e metodologias adequadas aos alunos, independentemente de suas

particularidades e de suas necessidades. Nesta linha de raciocínio Silva (2015, p.) afirma que “o gestor tem que estar atento a essas questões e trazê-las para debate com os professores durante a elaboração do “Projeto Político Pedagógico (PPP)”, de forma a questionar as práticas educacionais que promovam a inclusão das diversidades que envolvem a sala de aula”. Uma escola que se pretenda inclusiva, precisa ser também democrata e pautar suas decisões em diálogos com toda a comunidade escolar.

Ressalve-se, que se entende por "Gestão Democrática", mais do que um envolvimento, mas sim o comprometimento por parte dos pais, dos alunos, dos professores da equipe pedagógica, da direção escolar, bem como, de todas as instâncias colegiadas, em participarem coletivamente das tomadas de decisões e contribuir na promoção de um ensino de melhor qualidade e mais equidade. As mudanças políticas ocorridas na década de oitenta com forte mobilização dos movimentos sociais, foi o estopim para a sociedade brasileira que buscava a democracia. Em decorrência dessas movimentações, deu-se início a abertura nas escolas, para que houvesse uma maior participação da comunidade na vida escolar, com vistas em uma escola para todos com a mesma equidade.

Com este cenário, a gestão escolar se caracteriza de forma descentralizada de poder, adquire autonomia para se repaginar e gradativamente foi se constituindo em uma Gestão Democrática. Ainda que é preciso que gestor escolar tenha liderança além da competência, pois assim será admirado. Quando o gestor escolar é competente, as pessoas o respeitam, mas quando este possui também a liderança, as pessoas o admiram. O mundo moderno exige um gestor que esteja conectado ao novo tempo. Ele tem que estar atento a todas as necessidades da escola, além de estar sempre em dia com as mudanças comportamentais da sociedade, posto que elas incidem tanto sobre os alunos, como sobre os professores e a escola como um todo. Desta forma, terá condições de atualizar as práticas pedagógicas.

Esse contexto justifica a necessidade de uma gestão democrática que permita a participação da comunidade escolar, e dá o tom para a construção do Projeto Político Pedagógico, que traga em seu bojo todas as intenções, os objetivos, no qual fica implícito e explícito a intencionalidade, os objetivos que precisa alcançar. Na escola, cada sujeito tem seu papel definido e, portanto, responsabilidade de contribuir com sua participação nos processos pedagógicos da instituição de ensino. Dessa forma, a efetivação da Gestão Democrática passa pelas condições tangíveis ou intangíveis que vão promover e assegurar sua efetivação. As leis determinam as condições, mas não as realiza.

Quando se coloca como decisões democraticamente discutidas em conjunto por todo o efetivo da escola, entende-se que o processo é participativo, tendo na figura do gestor escolar, o exercício do princípio da autonomia com a função de estar mais próximo de toda a comunidade educativa, e todos os órgãos ligados à escola. Araújo (2020, p.) já previa elementos relevantes, tais como: “participação, autonomia, transparência e pluralidade, os quais em conjunto articulam e promovem uma educação democrática que contempla a comunidade escolar”.

O fato de se garantir a matrícula em uma escola pública não representa uma inclusão social, é preciso que haja a permanência dos alunos, que se evite ao máximo a evasão dos mesmos, para que se possa garantir-lhes um ensino de qualidade, dando-lhes condições a exercerem uma participação consciente na transformação da sociedade. Se entendermos que a gestão democrática significa a comunidade escolar assumindo o papel de dirigente e não apenas de fiscalizadores, ou pior ainda, como receptores de serviços educacionais, então, pais, alunos, professores e funcionários devem assumir sua parcela de responsabilidade sobre o Projeto Político Pedagógico.

Para uma participação efetiva da comunidade nos assuntos escolares, tem que haver o deslocamento do poder único do diretor e partilhá-lo com o conjunto da escola, com seus profissionais, alunos e pais. Conseqüentemente, todos esses envolvidos se motivam a assumir sua responsabilidade no processo educativo, na medida em que percebem que os aspectos discutidos e as direções estabelecidas vão ao encontro as suas necessidades.

Fica nítido então que a gestão democrática não pode se limitar a questões administrativas, envolve questões políticas tais como: estabelecer os critérios de seleção; matrícula; a organização das turmas; a distribuição dos professores por turma e turno; a distribuição do número de aulas para os professores; a seleção de conteúdos; os horários de aulas; o atendimento aos pais e a relação da escola com a família, entre outras. A gestão democrática prevê a descentralização do poder em prol da instância da unidade escolar, com isso as instâncias de poder intermediário são devidamente eliminadas.

Uma das grandes vantagens da descentralização e a autonomia da gestão escolar é permitir uma liderança mais criativa, uma inserção no contexto sociocultural mais harmoniosa, além de reduzir os controles burocráticos desnecessários que geram uma perda de tempo. É por intermédio da autonomia, que se estabelecem novas relações sociais, as quais se opõem às relações autoritárias pré-existentes.

MARCO METODOLÓGICO**2. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO**

Esta parte tem como objetivo descrever a trajetória percorrida no processo de investigação e discutir seus conceitos inerentes. As técnicas e métodos aplicáveis a este estudo serão apresentados em detalhes. Portanto, um estudo inclui uma elaboração concisa, mas completa. As razões teóricas e práticas que tornam importante o desempenho no trabalho. Portanto, irá explicar a construção metodológica da tese, que tem como base de pesquisa científica “Discriminação racial e social; seus reflexos no processo de aprendizagem dos alunos do 6º ano do ensino fundamental.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, via Plataforma Brasil sob nº 63302122.5.0000.9147, através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE), atendendo todos os requisitos e exigências que fidelizam não apenas o processo de aquisição dos dados, como também a integridade do resultado, além de contribuir com o conhecimento das normativas legais que garantem direitos a igualdades de todos os cidadãos, da criminalização racial, e ações da equipe pedagógica no combate a discriminação racial e social no âmbito escolar. Objetivando ainda que tanto a escola (alunos, professores, equipe pedagógica e família) como toda a sociedade passem a ter uma visão diferenciada com relação ao tema proposto.

Esta investigação é de caráter qualitativo com o método fenomenológico. A base teórica da pesquisa está embasada no pensamento de Marconi e Lakatos (2017), Lüdke & André (2017), Bardin (2016), Sampieri, Collado e Lúcio (2006), Gil (2018), Perovano (2016), Severino (2017), Kauark Manhães e Medeiros (2010), Alvarenga (2019) entre outros, que definem o processo metodológico como um procedimento reflexivo pautado, monitorado e crítico, permitindo que novos fatos no campo da investigação sejam descobertos. Portanto, a metodologia será apropriada e propícia para o sucesso dos resultados, utilizando de métodos e técnicas que ampliam o valor da sua construção.

Nesse contexto, Ponte (2013, p.2) afirma que uma investigação:

[...] não significa necessariamente lidar com problemas na fronteira do conhecimento, nem de questões que nos interessam e que apresentam inicialmente confusas, mas que conseguimos esclarecer como problemas de grandes dificuldades. Significa, apenas, trabalhar a partir de questões que nos interessam e que conseguimos estudar e classificar de modo organizado.

Nesse sentido, para observar, é preciso fazer uma elaboração completa e descobrir os motivos que tornam a pesquisa necessária.

2.1. Fundamentação metodológica

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho se classifica como investigativa qualitativa, por buscar conhecer a perspectiva que o sujeito foco da pesquisa possui sobre a sua realidade, pautada na busca pela verdade sem versões interpretativas dos fatos investigados.

De acordo com Prodanov & Freitas (2013, p.52) na pesquisa qualitativa “o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles, visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Sendo assim, a pesquisa qualitativa busca observar, analisar e compreender da melhor possível a realidade do contexto educacional contribuindo positivamente para a solução dos problemas inerentes à temática discutida.

A investigação elegeu o paradigma fenomenológico que segundo Alvarenga (2019, p.51) “as investigações fenomenológicas estudam maneira como as pessoas experimentam seu mundo, sua vivência, que significados têm para elas e como compreendê-los, de onde o investigador extrai a essência do fenômeno para descrevê-lo”. Assim, ao definir os objetivos de um estudo e apresentar de forma clara o que se pretende alcançar com os resultados, torna-se de suma relevância o desenvolvimento destes para se alcançar os resultados esperados. A finalidade da pesquisa qualitativa tem como meta responder ao objetivo geral.

Dessa forma, esse paradigma descreve e explica como o fenômeno acontece no tempo e no espaço, buscando entender características e experiências no qual se efetivou o acontecimento, apontando assim, subsídios para criar e elaborar algumas generalizações, que ajudará muito no desenrolar da pesquisa. Para detalhar ainda mais a pesquisa qualitativa, é interessante conceituar o método científico, que segundo Lakatos & Marconi (2017, p.83), “[...] é organizando as atividades que se alcança os verdadeiros objetivos e identifica os erros e auxiliando nos pareceres dos cientistas”.

A metodologia para Prodanov e Freitas (2013, p.14), “é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da

sociedade”. Portanto, pode-se afirmar que os métodos científicos são as formas mais seguras para compreender os fatos, os fenômenos e o movimento das coisas.

Dessa forma, o método científico desta investigação, constitui-se nos instrumentos básicos e fundamentais que ordenam o pensamento da (pesquisadora) na relação com o objeto, de forma sistemática, os quais possam planejar, de maneira ordenada, o modo como ela deverá proceder para alcançar os objetivos pré-estabelecidos, para a construção do conhecimento da pesquisa em questão.

2.2. Problema da investigação

O espaço escolar é considerado um ambiente propício ao convívio das diferenças, pois há pessoas de todos os lugares, cada um com sua maneira de interagir, seus valores e especificidades. No entanto, o diferente muitas vezes é tratado de forma constrangedora, causando segregação e exclusão, além de refletir a desvalorização racial de forma preconceituosa. Ao revés do que assegura a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que aduz em seu texto no artigo 5º a igualdade de todos perante a lei, sem qualquer distinção de credo, cor, raça ou etnia.

Sabe-se que o Brasil é um país cujo preconceito se encontra enraizado na cultura, fazendo com que o racismo se torne cada vez mais aparente nos dias atuais. Conforme Almeida (2018), os fundamentos históricos da raça lidam com racismo institucionalizado (ou estrutural), expresso por meio de padrões de instituições sociais (por exemplo, organizações governamentais, escolas, bancos, crianças vivenciam os resultados do racismo estrutural por meio do lugar (onde vivem), educação (onde aprendem), meios econômicos (o que têm) e meios legais (como seus direitos são executados).

Muitos professores não sabem como trabalhar a questão racial em sala de aula, pois na sua formação os mesmos não tiveram capacitação específica para lidar e enfrentar algumas situações preconceituosas que ocorrem no ambiente escolar tanto de forma direta quanto indiretamente. O papel do educador é imprescindível em sala de aula, sobretudo para orientar os alunos e conduzi-los a um comportamento de empatia frente às diversidades e assim, aprenderem a lidar e conviver com as diferenças étnico-raciais.

Em análise a estas questões inerentes a discriminação e preconceito que se exteriorizam com a utilização de certas expressões pejorativas, ofensas verbais com o objetivo de ferir, surgem algumas indagações como: Os docentes e gestores estão preparados para lidar com a discriminação racial e social na escola? A discriminação

poderá repercutir futuramente na vida acadêmica desses alunos? Os docentes estão preparados para a integração entre os alunos independente de condições sociais e raciais?

As diferenças sociais e a discriminação racial tornam-se um problema no processo de aprendizagem de crianças no 6º (sexto) ano do ensino fundamental? Diante das questões norteadoras surge a necessidade de resposta da problemática central: De que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner no 6º (sexto) ano do Ensino Fundamental?

2.3. Objetivos da pesquisa

O objetivo da pesquisa tem a intenção de esclarecer e atingir uma meta de pesquisa, como exemplifica Alvarenga (2019, p.51), o objetivo da pesquisa qualitativa é “aproximara as pessoas, com o intuito de compreender a situação problemática e ajudar aos envolvidos na solução da mesma”. Assim, ao definir os objetivos de um estudo e apresentar de forma clara o que se pretende alcançar com os resultados, torna-se de suma relevância o desenvolvimento destes para se alcançar os resultados esperados.

A finalidade da pesquisa qualitativa tem como meta responder ao problema exposto. O aprofundamento da pesquisa ocorreu com o desenvolvimento do objetivo geral e específicos que se apresentam abaixo relacionados:

2.3.1. Objetivo geral

- Analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental.

2.3.2. Objetivos específicos

- Descrever a discriminação racial e social no âmbito escolar;
- Dissertar sobre a eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação racial e social;
- Relatar as atividades realizadas pela escola Albino Buttner no combate as ações discriminatórias e preconceituosas.

2.4. Cronograma da pesquisa

Desenvolve-se o cronograma devido a finalidade de demonstrar de modo detalhado quando e como as atividades serão realizadas, quanto tempo será destinado a realização de cada fase do desenvolvimento desta pesquisa. Conforme o que diz Prodanov e Freitas (2013, p.139), “determinadas partes podem ser executadas simultaneamente, mas existem outras que dependem das anteriores”. Desta forma, se tratando de análise e interpretação de informações o desenvolvimento e conclusão do trabalho é dependente da coleta, codificação e sistematização dos dados coletados, o que somente será possível após a coleta das informações necessárias.

Nesta pesquisa, inicia-se com a escrita da revisão literária, onde após a seleção de textos, títulos e outras obras a fim possibilitou-se a escrita da revisão teórica. A inclusão de obras cujo ano de publicação se fazem anterior ao ano de 2013 se justifica em decorrência da relevância do conteúdo para a composição desta dissertação. Na segunda etapa, realiza-se a observação seguida da entrevista aberta com os participantes com o intuito de coletar os dados necessários para posteriormente, processar as informações para se obter os resultados.

Na terceira e última etapa, equivale à análise dos dados, discussão e a elaboração dos resultados; sequencialmente, realiza-se a transformação de todos os dados coletados em redação de forma que se torne possível apresentar os resultados e a discussão desses resultados o que possibilitará a elaboração de propostas contributivas à temática e no fechamento apresentar a conclusão de toda essa pesquisa.

Tabela N° 1: Programação das Ações

Fase	Atividade	Tempo	Meses
Primeira etapa	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão Teórica - Desenho da Investigação - Elaboração dos Instrumentos - Validação dos Instrumentos - Elaboração Final dos Instrumentos 	8 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Julho 2021 - Agosto 2021 - Setembro 2021 - Outubro 2021 - Novembro 2021 - Dezembro 2021 - Fevereiro 2022 - Março 2022
Segunda etapa	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação dos Instrumentos - Coleta de dados - Processamento das informações 	4 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Março 2023 - Abril 2023 - Maio 2023 - Junho 2023

Terceira etapa	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos dados, discussão e elaboração dos resultados - Elaboração de propostas - Redação do informe final 	4 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Julho 2023 - Agosto 2023 - Setembro 2023 - Outubro 2023

2.5. Contexto Espacial e Socioeconômico da Pesquisa

Esta pesquisa será desenvolvida no distrito de Triunfo, da cidade de Candeias do Jamari, estado de Rondônia, região norte do Brasil. Em Triunfo, está localizada a escola Albino Buttner, onde é possível observar a diversidade cultural e social no corpo discente. A escolha da turma do 6º (sexto) ano se deu por ser a turma do ensino fundamental com maior incidência de diversidade que interessa para essa pesquisa.

Esta pesquisa será desenvolvida no município de Candeias do Jamari, estado de Rondônia, região norte do Brasil. Em Triunfo existe 01 (uma) escola de Ensino fundamental e médio com alunos entre 12 a 17 anos no ensino regular, e os maiores de 18 anos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), matriculados, tornando esta escola apta para participar da pesquisa. A Escola Albino Buttner situa-se na Rua Lumiar, 1058, Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari, Rondônia.

Esta instituição ao longo de sua trajetória tem contribuído com a educação rondoniense, através de práticas educativas comprometidas com a formação dos seus alunos, atendendo à diversidade, buscando uma efetiva educação democrática. Esta pesquisa será desenvolvida no município de Candeias do Jamari, estado de Rondônia, Região Norte do Brasil.

A Escola Estadual Albino Buttner é um dos principais espaços de eventos artísticos, científicos, políticos e culturais do distrito de Triunfo, tornando-se assim, um espaço integrado, voltado às necessidades sociais, culturais e esportivas não só da comunidade triunfense, como também do Município. Por ser uma escola aberta a eventos, o caracteriza como tendo uma postura onde são respeitadas as diversidades de cada indivíduo, demonstrando que todos os alunos, independente de religião, etnias, gênero, tem direito à dignidade enquanto cidadão.

A Escola Estadual Albino Buttner está localizada no Brasil, país localizado na América do Sul e faz fronteira com todos os países dessa porção do continente americano, exceto Equador e Chile. O território brasileiro está localizado em praticamente todo o

Hemisfério Sul (93%), restando apenas 7% no Hemisfério Norte (Francisco, 2019). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), as estimativas da população residente nos 5.568 municípios brasileiros, consideram a situação atualizada da Divisão Político-Administrativa Brasileira (DPA). No Brasil, foi calculado uma área de 8.510.820,623 km², conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU) nº 53 de 19/03/2019 e Resolução nº 01, de 18 de março de 2019.

Figura Nº 4: Mapa Político do Brasil



Fonte: IBGE, 2019

O IBGE atualizou em 25 de março de 2019 os mapas de 261 municípios que tiveram mudanças de área e de limites entre maio de 2017 e abril de 2018. As referidas alterações causam impacto na quantidade de habitantes desses locais, pois essas mudanças conseqüentemente passam a integrar moradores dos municípios vizinhos (IBGE, 2019). Essas atualizações são calculadas todos os anos pelo IBGE, objetivando que as pesquisas demográficas influenciem nos serviços e na população de uma forma geral, bem como, auxiliar para atender às novas leis estaduais (IBGE, 2019).

Conforme *site* IBGE (2019), “estima-se que o Brasil tenha 208,5 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento populacional de 0,82% entre 2017 e 2018, de acordo com a Projeção da População (Revisão 2018)”. Complementa-se que São Paulo o município com maior população do país (12,2 milhões de habitantes). Analisando sob a ótica educacional, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) (2018), estima-

se que o percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído, atinja 95% até 2014. Indicadores mostram uma trajetória de crescimento, alcançando 76% em 2017. No entanto, cabe destacar que houve redução no ritmo de crescimento do indicador conforme medições pela Pnad-c a partir de 2012, com indicação de retomada em 2017, conforme alcançado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2018).

Para que a meta alcance a projeção para 2024, será necessário que este indicador cresça em média 2,7 p.p. ao ano. Cabe destacar que na década entre 2004 e 2015, a variação foi de 1,9 p.p. ao ano e, no período 2012-2017, foi em média de 1,5 p.p. ao ano, demonstrando que tais projeções dificilmente serão alcançadas no prazo previsto (INEP, 2018). Agora voltando-se ao estado do público-alvo desta pesquisa, o Rondônia, segundo dados do IBGE (2020), estima-se uma população de 1,79 milhões de pessoas. Sua capital é Porto Velho. Possui no total 51 municípios. A densidade demográfica, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 é de 6,58 hab/km².

A colonização em Rondônia foi um processo iniciado no século XVII, no qual colonizadores portugueses e espanhóis percorreram a região pelo rio Madeira e Rio Guaporé. Expedições seguintes de Raposo Tavares em 1647 e Francisco Melo Palheta 1722 ajudaram a consolidar o até então território português. Com uma economia baseada na exploração de borracha e de castanha-do-pará, pela Lei de 17 de fevereiro de 1956 passou a se denominar território Federal de Rondônia, em ao sertanejo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Sendo elevado à categoria de Estados em 22/12/1981, mesmo período que vivia um intenso crescimento.

Figura Nº 5: Localização Geográfica do Estado do Rondônia



Fonte: IBGE, 2017.

Ao pesquisar o âmbito educacional, verificou-se que a nível nacional, em 2020 foram registradas 26,7 milhões de matrículas no ensino fundamental. No ensino médio, em 2020, foram registradas 7,6 milhões de matrículas (INEP, 2020). Em Rondônia, segundo dados no ensino fundamental em 2020 girou em torno de 118.621 matrículas; no ensino médio 62.664, EJA 32.240 matrículas. Verificou-se em torno de 410 escolas estaduais no ano de 2019 (NCEE, 2019). Na tabela 4, especifica-se mais precisamente a rede estadual de Rondônia.

Tabela Nº 2: Números da Rede Estadual no Estado em Rondônia 2019

NREs	15
Escolas Estaduais	410
Matrículas da Rede Estadual	213.525

Fonte: Paraná, 2019.

Para abordar a cidade da Escola Estadual de Rondônia (instituição base desta pesquisa), cita-se Candeias do Jamari, município de Rondônia, com população aproximada de 26,693 habitantes, conforme dados do IBGE (2019). Localiza-se a 22 km a Sul-Leste de Porto Velho, a Capital do Estado, e cidade mais populosa do Estado, banhada pelo rio Jamari. É uma cidade privilegiada em modalidades de transporte, sendo cortada pela rodovia federal, BR-364, a mais importante rodovia.

Surgiu como povoação no cruzamento da BR-29 (hoje BR-364) com o Rio Candeias, afluente do Rio Jamari, e ficou conhecida como Vila Candeias em homenagem ao rio que banha a cidade. O município foi criado com o nome de Candeias do Jamari pela Lei nº 363, de 13 fevereiro de 1992, com área desmembrada do Município de Porto Velho. Possui um distrito, denominado Triunfo, localizado a 120 km da sede do município, com cerca de 4 mil habitantes.

Figura Nº 6: Localização Geográfica de Candeias do Jamari



Fonte: Guia mapas.com Candeias do Jamari, 2019.

De acordo com o guia geográfico de Candeias do Jamari Dados referentes aos resultados preliminares do Censo 2010 do IBGE apontam que em uma década, a taxa de crescimento da população do município foi de 50,92%, saindo de 13.107 habitantes, em 2000, para um contingente populacional de 19.400 pessoas, em 2010. No ano de 2020, atingindo 27.388 mil habitantes, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010, foi de 0,649.

Voltando-se a questão educacional, em Candeias do Jamari estão cadastradas 12 escolas de ensino fundamental e 03 de ensino médio. 160 docentes para atender essa população para atender o ensino fundamental e 38 para o ensino médio, no ensino fundamental totalizam 4.206 e, no ensino médio, 563 matriculados. Totalizando 4.769 o número de matrículas, no ensino fundamental e médio em 2018, (IBGE, 2018).

Na tabela 5, estão apresentados os dados específicos para rede municipais de Candeias do Jamari, visto o tema desta investigação, refere-se às escolas estaduais de Curitiba. Conforme dados da Secretaria da Educação, em 2019 a rede estadual de Curitiba apresenta os seguintes números:

Tabela Nº 3: Números da Rede Municipais de Candeias do Jamari, em 2018

Turmas da Rede Municipal	15
Matrículas da Rede Estadual	4.769

Fonte: Candeias do Jamari, 2018.

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade perfaz 95,7%, demonstrando que a educação nesta capital vem tendo apoio governamental (IBGE, 2018). Ainda conforme IBGE (2019), “Em 2017, o IDEB. Para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental foi 4,4 e para os alunos dos anos finais do ensino fundamental, essa nota foi de 4.1.” A taxa de analfabetismo 1.159 14,4 % da população.

2.5.1. Delimitação da pesquisa

Esta pesquisa será realizada no Brasil, no estado de Rondônia, no município de Candeias do Jamari- Distrito de Triunfo, na instituição intitulada “Escola estadual de Ensino Fundamental e Médio Albino Buttner”. Esta escola foi escolhida por ser a única na modalidade ensino fundamental 6º ano, mantida pelo Governo do Estado de Rondônia.

Escola estadual de Ensino Fundamental e Médio Albino Buttner, localiza-se na rua Limiar nº 1058, bairro Centro, CEP: 76860890, Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari, Rondônia. O endereço eletrônico é albinobuttner@educ.ro.gov.br, telefone 69 3233-1368.

A Escola está localizada no Distrito de Triunfo no Município de Candeias do Jamari, faz parte da Rede Estadual de Ensino, atende uma clientela diversificada, oriunda das zonas rural e urbana e é formada de diferentes condições econômicas, religiosas, sociais e familiares. No turno matutino, a escola mantém seus alunos da zona urbana; no turno vespertino, a escola dá prioridade aos alunos da zona rural, horário que os ônibus escolares os buscam, e no turno noturno, a escola mantém alunos da zona urbana, principalmente aqueles que trabalham durante o dia. Respeitando, portanto, em seu processo educativo, a diversidade e a pluralidade, à luz dos documentos e orientações normativas e do Regimento Interno da Escola, manifestando abertura diante das diferenças e enriquecendo seu trabalho educativo por meio de outras crenças que também privilegiam valores como a fraternidade, a solidariedade, a verdade, o sentido e o valor transcendente da vida humana.

Diante do exposto, a Escola conta com um quadro funcional que tem como desafio não apenas em sala de aula, no sentido de buscar cada vez mais uma prática pedagógica que leve a melhorar a qualidade do ensino aprendizagem, mas também o manejo das relações humanas, dentro da escola, de forma a difundir valores morais como: respeito, solidariedade, igualdade, cidadania e criatividade, buscando fortalecer a participação da família e da comunidade na escola.

Figura Nº 7: Localização Geográfica da Escola Albino Buttner Rondônia



Fonte: Google, 2021

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Albino Buttner nasceu da necessidade do atendimento das crianças, dos adolescentes e adultos residentes no Distrito de Triunfo e adjacências. Sua clientela é composta por alunos oriundos de famílias de classes urbanas e rurais. A Escola Albino Buttner foi inaugurada em maio de 2004, sob o Decreto de criação nº 10.558/2003 e recebeu este nome pelo voto popular, sendo que o senhor homenageado foi um dos primeiros moradores da linha Triunfo, por ter crianças em idade escolar e por fazer parte da associação de moradores desta localidade.

Figura Nº 8: Fachada da Escola Estadual Albino Buttner Rondônia



Fonte: Google, 2020.

Ao longo de sua trajetória, A Escola Estadual Albino Buttner tem contribuído com a educação, não somente em Triunfo, mas em Rondônia. As práticas educativas sempre estão focadas e comprometidas com a formação dos alunos, atendendo à diversidade cultural na busca de uma efetiva educação democrática. Esta escola foi escolhida para a pesquisa de campo deste estudo, por ser a única instituição de ensino que possui ensino fundamental do 6º ano. Em 2020, a Escola Albino Buttner possui 23 turmas, totalizando 539 alunos matriculados. Na tabela abaixo, verifica-se a quantidade de turmas e matrículas realizadas neste ano.

Tabela Nº 4: Turmas e Matrículas da Estadual escola Albino Buttner de Rondônia

Ensino Médio	Turmas	11
	Matrículas	226
Ensino Fundamental	Turmas	12
	Matrículas	313
	Matrículas	539

Fonte: Escola Estadual Albino Buttner Rondônia, 2020.

A Escola Estadual Albino Buttner tem por finalidade, ministrar o Ensino Fundamental, Médio Regular, Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os horários de funcionamento Escola Estadual Albino Buttner, ofertam três turnos de aulas regulares: Matutino, das 07h30min às 11h45min; vespertino, das 13h00 às 17h15 min; Noturno, das 19h15min às 22h15min.

Por ser uma questão relevante nesta investigação, foi observado o número de desistentes e reprovados desta escola. A estatística foi extraída do Projeto Político Pedagógico de 2019, onde observou-se que o número de desistentes é de aproximadamente 11,1%, sendo a maior concentração no ensino fundamental, sendo observado um índice de 35% de reprovação e 11,1% de abandono nos 6º anos no referido ano letivo 2019.

A Escola Estadual Albino Buttner é um dos principais espaços de eventos artísticos, científicos, políticos e culturais na capital do Estado, tornando-se assim, um espaço integrado, voltado às necessidades sociais, culturais e esportivas não só da comunidade triunfense, como também do Município. Por ser uma Escola aberta a eventos, o caracteriza como tendo uma postura onde são respeitadas as diversidades de cada indivíduo, demonstrando que os alunos (cidadãos) independentemente de suas diferenças, tem direito à dignidade enquanto cidadão.

2.6. Participantes da pesquisa

A pesquisa será realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, Albino Buttner, no Distrito de Triunfo, localizada na Cidade de Candeias do Jamari-RO. Esta instituição funciona sob a manutenção do Governo Estadual, tendo sido escolhida pelo pesquisador por ser a única escola de Ensino Fundamental e Médio da localidade.

No ano de 2022 a escola atende a 529 estudantes devidamente matriculados, do 6º ano à 3ª série do ensino médio. Funcionando nos turnos matutinos das 7h30m às 11h45 m, vespertino das 13h00 h as 17h15m e, por fim, noturno das 19h15m as 22h15m.

Os participantes da pesquisa compreenderão de 10 (dez) alunos do 6º ano do ensino fundamental; 02 (dois) professores e pai/responsável pelos alunos. Para realização desta investigação, foi escolhida a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, Albino Buttner, no Distrito de Triunfo, localizada na Cidade de Candeias do Jamari-Rondônia Brasil, pois conforme levantamento é a única escola com modalidade de ensino fundamental de 6º anos. Estando desta forma a escola apta para participarem da pesquisa.

Os participantes da pesquisa compreenderão 10 (dez) alunos dos 6º anos; 10 (dez) pai/responsável pelo aluno e; 02 (duas) professores. Em vista da presente investigação ser uma pesquisa qualitativa, utilizando o método fenomenológico - pois dá ênfase à experiência humana - por isso, delimitou-se como participantes desta pesquisa indivíduos preocupados com o tema em questão.

Portanto, alunos dos 6º anos, os pais/responsáveis dos alunos e, os professores (participantes desta pesquisa), deverão colaborar para que a pesquisadora consiga atingir os objetivos da pesquisa. Com a intenção de responder aos objetivos propostos desta investigação, segue-se os participantes da pesquisa:

2.6.1. Alunos dos 6º anos

A seleção dos 10 (dez) alunos dos 6º anos se deu a partir do levantamento realizado na escola estadual Albino Buttner, demonstrando que estes se tornam “em termos estatísticos, uma população pode ser definida como o conjunto de alunos matriculados” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p.60).

Estes participantes têm o objetivo de auxiliar o pesquisador na construção da análise dos resultados, visto que o entendimento de como esses alunos se portam frente ao preconceito e discriminação sofridos diariamente no contexto escolar é de suma relevância para analisar a efetividade das normatizações envolvendo a discriminação racial e social nas escolas estaduais de Rondônia.

O objetivo de delimitar esses participantes é buscar o entendimento de como é feito a inclusão social desses alunos nas escolas estaduais em especial a do Município de Candeias do Jamari-Rondônia, visto que com a participação ativa destes, torna-se mais

efetiva a busca da solução para resolução da problemática. Nesse sentido, Alvarenga (2019, p.58) afirma que as informações coletadas servirão de base para a tomada de decisões [...] necessárias para a comunidade, a fim de melhorar as condições de vida das mesmas”. Por isso, é importante que esses alunos do 6º ano tenham consciência de sua realidade, pois eles são os conhecedores dos problemas que os cercam.

2.6.2. Alunos dos 6º anos

Para delinear a amostragem dos alunos do 6º ano do ensino fundamental, utilizou-se o método aleatório simples por sorteio. Fonseca (2011, p. 181) explica que esse tipo de amostragem é a mais utilizada, atribuindo-se “a cada elemento da população um número distinto [...]. Efetuam-se sucessivos sorteios até completar-se o tamanho da amostra”.

No caso em questão, o sorteio ocorreu em duas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental (35 alunos cada) da Escola Estadual de Rondônia. Para o sorteio, foi posto em um recipiente fechado o número da chamada dos colegas de turma como meio de identificação, sendo retirado posteriormente os 05 (cinco) números relativos aos alunos de cada turma, formando uma amostragem de 10 (dez) alunos.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.65), os participantes da pesquisa “estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. E complementa Alvarenga (2019, p. 57) que os participantes, por ser um grupo pequeno e, por se tratar de um tema específico poderão contribuir de maneira natural e com interesse, para se chegar aos resultados almejados da investigação, visto que a resolução da problemática envolve cada um dos participantes.

Esta amostragem probabilística indica que todos os participantes têm perspectiva conhecida, a mesma probabilidade de serem escolhidos, o que, por si, garante a representatividade igualitária da amostra com relação aos participantes. De acordo com Fonseca (2011, p.181), a amostragem probabilística “garante cientificamente a aplicação das técnicas de inferências”. A partir dos participantes pode-se então, atestar a forma de convívio e o comportamento dos alunos que usam o nome social, bem como as mudanças experimentadas no âmbito escolar a partir deste advento.

2.6.3. Pais e responsáveis pelos menores

Para investigação foram selecionados 10 (dez) pais/responsáveis pelos alunos dos 6º anos menores de idade para serem entrevistados com o intuito de investigar no cotidiano desses alunos, se há discriminação racial e social, e se os mesmos sofrem no âmbito escolar. Com essas informações, será possível responder a parte dos objetivos propostos.

De acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 29), “os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”, ficando o pai/responsável nesse contexto, ciente de sua importância na participação desta investigação.

Portanto, espera-se que este participante colabore abertamente no decorrer da entrevista, visto que poderá opinar de forma mais ampla sobre a real efetivação discriminatória no âmbito escolar. Sua opinião é de suma relevância “no campo de interesse da pesquisa” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p. 60).

É através do pai/responsável que será analisado como a escola vem se portando frente a esta problemática envolvendo a discriminação, com relação etnias e condições socioeconômicas dos alunos da instituição de ensino, ou se a escola está ignorando tal tema por não saber como tratar o assunto. Cabe ainda, através desse participante, analisar seu envolvimento com o tema e, se consegue dar suporte ao filho nas escolas estaduais de Candeias do Jamari-Triunfo.

2.6.4. Professores

Das duas turmas que os alunos dos 6º anos menores de idade estudam, todos os professores - num total de 11 (onze) - foram convidados para participar da entrevista, com o intuito de obter informações de todas as disciplinas, ou seja, cada área de conhecimento tem uma percepção sobre a temática. Por isso, a importância das entrevistas com todos os professores. Porém dos 11 (onze) convidados, somente 02 (dois), professores de língua portuguesa, participaram da pesquisa, os demais contribuíram da melhor forma possível.

Para Marconi e Lakatos (2017, p. 102), “a observação utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos”. Espera-se nesse sentido, uma entrevista aberta e tranquila, onde estes participantes possam expor suas opiniões sobre esta temática, demonstrando, de forma

clara e coerente as iniciativas que vem tomando para erradicar o ato de discriminação e em alguns casos a evasão dos alunos dos 6º anos na escola estadual de Candeias do Jamari-Triunfo.

A entrevista com os 10 (dez) é um ponto muito importante para atingir os objetivos desta pesquisa, principalmente o que visa averiguar a eficácia das normatizações para combater a discriminação com relação a etnia e a situação socioeconômica destes alunos. Assim sendo, por estarem totalmente ligados aos objetivos específicos, a contribuição destes participantes neste estudo torna-se relevante. A questão de maior ênfase a ser abordada é a preparação destes no decorrer de sua prática pedagógica para trabalhar a diversidade socioeconômica e cultural nas escolas estaduais, dentre outras.

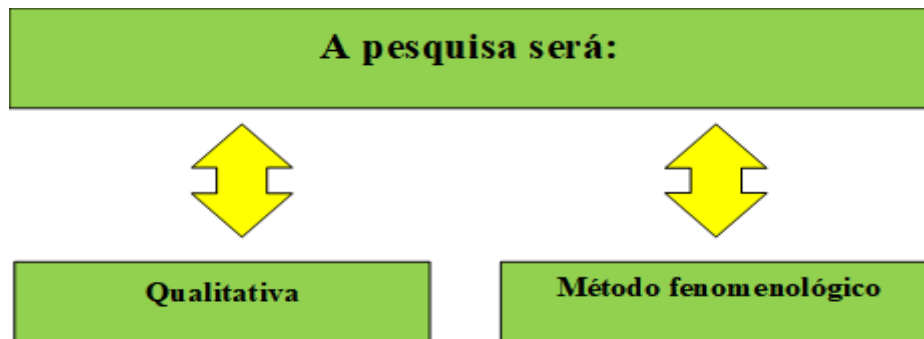
Por isso, os participantes selecionados se justificam, pois auxiliarão na busca de soluções “a problemas estabelecidos de maneira conjunta no contexto natural onde se gera o problema” (Alvarenga, 2019, p. 58), ou seja, na própria escola. Tem-se, a partir de tais entendimentos, a seleção dos participantes em estudo com a finalidade de melhor atingir os objetivos iniciais.

Tabela N° 5: Participantes da Pesquisa

PARTICIPANTES DA PESQUISA	
Alunos dos 6º anos	10
Pai/Responsável	10
Professores	02

Por isso, pretende-se obter dados a partir da pesquisa destinada a Escola Estadual de Rondônia, através da observação estruturada/sistemática, da entrevista aberta e a análise documental ser realizada com 10 alunos dos 6º anos, 10 pai/responsável pelos alunos e 02 professores, visto serem estes, os participantes delimitados para este estudo. A coleta de dados será efetivada entre os anos de 2022 e 2023, compreendendo os meses entre março de 2023 a maio de 2023, finalizando os últimos ajustes entre maio e junho de 2023, tempo que se estima o suficiente para o fechamento desta investigação.

2.7. Desenho da investigação

Figura Nº 9: Esquema do Desenho e Enfoque da Pesquisa

Para conduzir qualquer investigação, é preciso idealizar, por meio de um desenho ou modelo, como conduzir a investigação, que, segundo Leão (2016, p.105), “é um conjunto de atividades que tem como finalidades descobrir novos conhecimentos” “e para conseguir alcançar o conhecimento desejado perpassa por várias fases”.

Nessa perspectiva, para contribuir com a geração de trabalhos científicos, é importante que o pesquisador utilize um método que seja válido para seus achados. Portanto, é necessário obter métodos e tecnologias que facilitem sua produção. Por isso, a opção metodológica torna-se uma ferramenta fundamental na investigação, pois a partir das discussões advindas do cotidiano dos participantes é que virá a contribuição da investigação. Logo, é fundamental a preparação de uma metodologia efetiva para se obter qualidade e eficácia nos resultados da pesquisa.

De acordo com Perovano (2016, p.150), “[...] toda pesquisa parte dos objetivos de investigação científica, ou seja, da ideia da pesquisa. A elaboração do desenho da pesquisa. A produção textual tem por finalidade a operacionalização de todas as variáveis previstas na pesquisa com base nos objetivos”. Portanto, é dever do investigador ir à busca de informações para que novos conhecimentos sejam produzidos. Em vista disto, a pesquisa deve ser elaborada de forma ordenada e rigorosa para então contribuir na efetivação dos resultados. Para tanto, é necessário que se percorra o caminho traçado nos objetivos para concretizar o proposto.

O desenho da investigação foi construído a partir do tema deste estudo. A pesquisadora nos longos anos de atuação na área da educação, sempre se preocupou com a dificuldade dos alunos ditos “diferentes” se manterem no ambiente escolar, devido

principalmente, ao preconceito e discriminação dos colegas. Tal problemática foi o impulsionou a pesquisadora para o desenvolvimento desta investigação. Assim pensado, o desenho metodológico desta pesquisa visa atingir os objetivos propostos na figura abaixo, seguindo o entendimento de que esta é uma pesquisa qualitativa, utilizando o método fenomenológico.

A Escola Estadual de Rondônia foi selecionada por estar localizada em Triunfo, Candeias do Jamari e, por ser a única escola que oferece a modalidade de ensino do 6º ano do ensino fundamental, público alvo desta pesquisa. Primeiramente, foi abordado a fundamentação teórica com temas relevantes sobre a inclusão no ambiente escolar devido a questão da diversidade de étnica e cultural, pois o intuito é educar para a diferença, para a alteridade, objetivando eliminar a discriminação e o preconceito no ambiente escolar.

As normatizações que envolvem os direitos a igualdade também foram abordadas para conseguir fazer a análise da efetividade das mesmas e, sua contribuição no processo de erradicação da discriminação racial e social em qual quer ambiente, incluindo o ambiente escolar. A investigação busca neste enredo, discorrer sobre a contribuição às ações pedagógicas no processo informativo nos parâmetros discriminatório, garantido assim um processo de inclusão das diferenças na escola estadual de Triunfo, atentando com isso, averiguar a eficácia das normatizações para dirimir o preconceito com relação aos as discriminações, para tanto, observando o cotidiano dos alunos dos 6º anos. O objetivo é verificar, no contexto atual, se há efetividade nas práticas pedagógicas da Escola Estadual de Triunfo.

Seguindo tais parâmetros e considerando os objetivos da investigação, optou-se pela pesquisa qualitativa com paradigma fenomenológico, por dar “ênfase à experiência humana e seu significado” (Alvarenga, 2019, p.51). A pesquisa qualitativa visa entender um fenômeno específico em profundidade, pois “é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico etc.” (Prodanov & Freitas, 2013, p.34).

Alvarenga (2019, p.51) explica que na pesquisa qualitativa “realizam-se descrições detalhadas das manifestações de conduta das pessoas, das interações entre as mesmas, das situações, do ambiente, é dizer, do contexto que rodeia os sujeitos estudados”. A investigação será realizada a partir da concepção dos próprios alunos, analisando seus sentimentos e suas explicações quanto a problemática que envolve este tema e, da mesma forma será avaliado os pais/responsáveis desses alunos e os professores, para se chegar aos resultados esperados com a pesquisa. Vale lembrar que a coleta de

dados não será quantitativa, portanto, não terá medição numérica ou estatística, isto é, será embasada com dados obtidos através das entrevistas abertas e relatos dos participantes.

A pesquisa adotou o método fenomenológico, pois “estuda a maneira como as pessoas experimentam seu mundo, sua vivência, que significados têm para elas e como compreendê-los” (Alvarenga, 2019, p.51). Logo, este molde analisa as crenças, pensamentos, ideias e costumes dos participantes, fazendo com que a pesquisadora consiga explorar o assunto em questão até chegar à luz da interpretação desejada.

Todo este processo definiu a interpretação e análise do objeto investigado, que neste caso, refere-se “investigação na escola estadual de Candeias do Jamari- Triunfo, como forma de inclusão”. Dentre as técnicas mais utilizadas nas pesquisas qualitativas, cita-se a observação estruturada/sistemática, o guia de entrevistas, as entrevistas com questões abertas e a análise documental. Para Alvarenga (2019, p.55), essas técnicas tornam-se “instrumentos de medida, onde todos os dados são filtrados pelo critério do investigador”.

As técnicas apontadas por Alvarenga (2019), sugerem que a pesquisadora faça um exame rigoroso com reflexão sobre o assunto abordado nas entrevistas, demonstrando sua contribuição para que os alunos possam conviver de forma harmônica, conforme seus direitos no âmbito escolar. Tornam-se, portanto, apropriadas para essa investigação, pois a entrevista aberta e o guia de entrevista, serão utilizadas no processo de investigação para que os objetivos sejam alcançados de forma efetiva. Tais informações são de suma relevância para os resultados da pesquisa, pois “descrevem o local, os sujeitos, o objeto de estudo, os métodos e técnicas” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p.54).

Neste momento, o pesquisador deve estar em constante retomada nas observações feitas, à literatura e até mesmo à coleta de dados, visando aprofundar os conhecimentos adquiridos com o tema proposto. Seguindo estas premissas, esta investigação pretende relatar de forma qualitativa se o processo de aprendizagem dos alunos dos 6º anos sofre reflexos com o ato de discriminação raciais e sociais nas escolas estaduais de Candeias do Jamari, Triunfo.

Para tanto, pretende-se apresentar as normativas existentes, buscando o entendimento se realmente está sendo efetivas tais normatizações para dirimir a discriminação no contexto escolar. Escolheu-se a pesquisa qualitativa com paradigma fenomenológico por dar ênfase à experiência humana e por se apresentar muito útil no âmbito escolar, pois permite ao pesquisador realizar a coleta de dados, com uma posterior

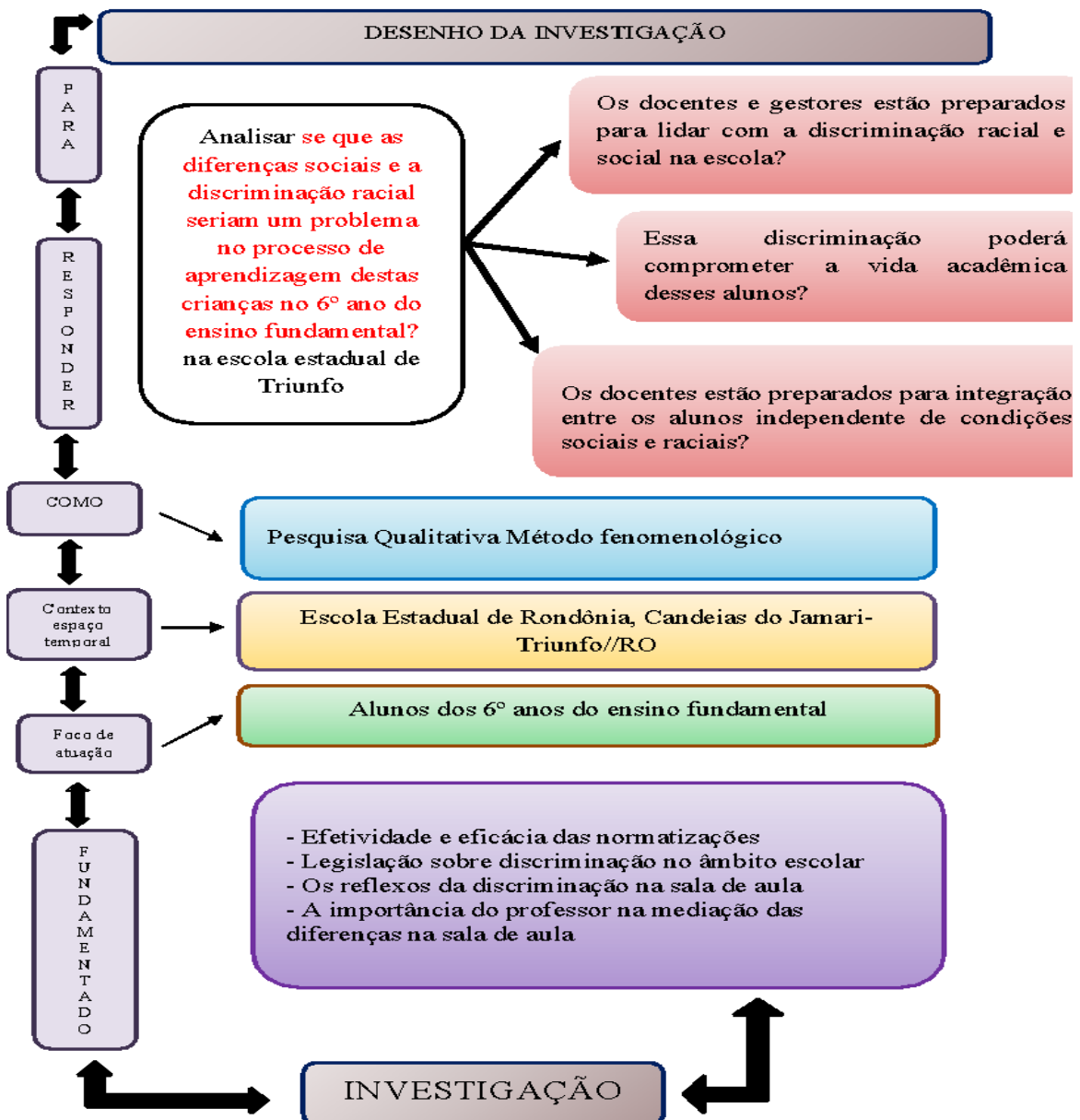
análise e interpretação. Neste modelo, os estudos são “intensivos e em pequenas escalas. Baseia-se na pesquisa intensiva de poucos casos” (Alvarenga, 2019, p.55).

A finalidade desta pesquisa é examinar no contexto atual, se há realmente a efetividade de discriminação racial e social na escola estadual de Triunfo, Candeias do Jamari. Para atingir esta meta, os dados serão coletados e analisados entre os meses de abril de 2023 e julho de 2023 para finalizar ajustes pertinentes. No decorrer desse período será averiguado eficácia das normatizações para dirimir o contexto de preconceito quanto a etnia, posição socioeconômica dos alunos, se sentem inseridos no contexto social da escola. O propósito principal é examinar se tais iniciativas vêm contribuindo para inclusão efetiva destes alunos no âmbito escolar.

Conforme exposto nos itens acima, esta é uma pesquisa qualitativa, a qual, de acordo com Gil (2018, p.50), tem o “propósito de ampliar e aprofundar o entendimento e a corroboração dos resultados”, busca-se dessa forma, confrontar com o excesso de formalização, demonstrando que a intensidade é mais relevante nesse aspecto que a formalidade. Deixa-se claro que esse tipo de investigação é uma realidade objetiva, onde o conhecimento é construído socialmente, através das pessoas que fazem parte do estudo.

A pesquisa tem a finalidade de responder a pergunta feita a partir dos objetivos da pesquisa, imbuindo assim, o pesquisador de elaborar os passos da investigação, de acordo com os ensinamentos doutrinários, pois esses passos permitirão chegar à resposta pretendida, com a confiabilidade desejada. Segue abaixo, o desenho da investigação a ser pesquisado. O esquema metodológico da investigação abaixo proporciona uma visualização geral dos passos a serem realizados nesta pesquisa e elencados detalhadamente acima. Por isso, ao traçar o desenho da pesquisa, o pesquisador deve observar os critérios com coerência, consistência, originalidade e objetivação. Isso permitirá alcançar os objetivos com maior facilidade.

Figura Nº 10: Desenho Metodológico da Investigação



Ao final desta fase, destacou-se que este estudo teve como objetivo investigar se há disparidades sociais e discriminação racial no processo de aprendizagem dos alunos do 6º ano da Escola Pública Albino Buttner de Ensino Fundamental em Rondônia. Os dados qualitativos foram coletados por meio de entrevistas não estruturadas realizadas por pesquisadores com alunos do 6º ano, seus pais/responsáveis e professores.

Nesta investigação, o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação em estudo é valorizado como um método adequado.

2.8. Técnicas e instrumentos da coleta de dados

A coleta de dados é fundamental para o sucesso de uma investigação, pois permite a análise em campo, bem como facilita a reflexão sobre se a teoria se encaixa na realidade. Dito isso, a escolha da tecnologia adequada é fundamental, pois é desta forma que as informações esperadas nesta pesquisa podem ser obtidas.

Nesta investigação, o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação em estudo é valorizado como um método adequado para essa pesquisa.

Nesta investigação, valoriza-se o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada, tornando-se assim, um método apropriado para esta pesquisa, uma vez que se pretende, dentro deste estabelecimento de ensino obter dados por meio de entrevistas, para posterior organização e interpretação desses mesmos dados.

Na referida investigação busca-se identificar que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner no 6º ano do ano do Ensino Fundamental na escola estadual de Candeias do Jamari Triunfo, pretende-se utilizar como técnica para coleta de dados, entrevista com alunos dos 6º anos, professores e pais/responsáveis, utilizando-se para tanto, perguntas abertas. Na sequência, apresenta-se as técnicas e os instrumentos utilizados para a análise desta pesquisa.

2.8.1. Entrevista aberta

O guia de entrevista é um roteiro de perguntas anteriormente pensadas com fim de absorver do sujeito entrevistado o maior número de informações possíveis sobre o objeto investigado. Segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2014) "às perguntas abertas viabilizam um esclarecimento mais aberto e global". (p. 239). Cabe ressaltar que essa entrevista deve permitir que o entrevistado se coloque como sujeito principal e sinta-se livre para expor sua ideia e seu pensar acerca do tema em questão.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa serão utilizados procedimentos compatíveis para a prática da coleta de dados, seus objetivos e seja realizada com êxito, assim, é necessária que seja realizada uma escolha coerente no que se refere às técnicas de coleta de dados. Nesse sentido Severino (2017, p. 92) "as técnicas são procedimentos operacionais que servem de mediação prática para realização das pesquisas, como tais

podem ser utilizadas em pesquisas qualitativas conduzidas mediante diferentes metodologias”.

As técnicas de coleta de dados permitem realizar análises e conclusões efetivas acerca do tema pesquisado. Por se tratar de uma investigação no âmbito educacional, serão utilizadas como técnicas para a coleta de dados: a entrevista aberta, a observação sistemática/estruturada e a análise documental.

A entrevista aberta é uma conversa entre duas ou mais pessoas, onde serão feitas perguntas com objetivo de obter informações necessárias para o andamento e conclusão desta pesquisa. Segundo Severino (2017, p.63) por meio da entrevista aberta “colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre”. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, de uma interação entre pesquisador e pesquisado”. Portanto permite que os entrevistados falem sobre ele livremente, esse tipo de entrevista atende a um caráter investigativo exploratório, e é muito útil no detalhamento de informações e na formulação de conceitos relacionados ao objeto investigado.

Nas entrevistas abertas, colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre. “O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente” (Severino, 2017, p.92), sendo, portanto, sempre realizada frente a frente com o participante.

O diálogo entre pesquisador e participantes durante a entrevista deve ser ameno para favorecer a comunicação, dentre eles, cita-se a atitude compreensiva, a aceitação, a sinceridade, o respeito e a responsabilidade.

A atitude condescendente e a aceitação fazem parte desse contexto, visto que o pesquisador deve estar sempre atento às possíveis dúvidas dos participantes, pois, por tratar-se de uma entrevista aberta, o diálogo também será aberto para ambos. Assim entendido, aceitar não quer dizer que o pesquisador precisa concordar com tudo o que o participante sugerir, mas saber ouvir é ponto crucial nessas ocasiões.

A sinceridade do pesquisador no momento da coleta de dados transmite autenticidade na conduta da entrevista, “de preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações” (Severino, 2017, p. 92).

O respeito é saber reconhecer o espaço do outro, ou seja, deve-se procurar “encorajar o entrevistado durante as respostas, evitando que ele se sinta falando sozinho” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p. 65). E, para fechar esses parâmetros, ressalta-se

que a responsabilidade vem das ações do pesquisador, pois ele deve assumir as consequências de suas decisões.

Foi escolhido este tipo de entrevista por oferecer maior flexibilidade e também, por poder compreender e conhecer a realidade dos participantes. A experiência e domínio do assunto certamente contribuirá para o sucesso desta etapa da pesquisa.

Os participantes desta investigação serão entrevistados individualmente, através do guia de entrevista, construído com questões abertas específicas, sobre o tema envolvendo a discriminação racial e social e seus reflexos no processo de aprendizagem o uso do nome social no contexto escolar, elaborado e revisado de acordo com cada objetivo, realizado separadamente, buscando com isso, não ter interferências externas, podendo ser realizada a coleta dos dados sem perder o foco da pesquisa.

2.8.2. Observação sistemática/estruturada

A observação sistemática objetiva observar as questões elencadas, permitindo que o observador delimite o seu objeto de estudo, o foco da observação, para então, associá-los aos objetivos propostos para a validação da pesquisa. Porém, deve se ter um cuidado para que a presença do pesquisador não possa provocar alterações no comportamento dos observados, destruindo a espontaneidade dos mesmos e produzindo resultados pouco confiáveis.

Para Marconi e Lakatos (2017, p. 102), a observação “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos”. A técnica da observação sistemática é uma importante ferramenta para a coleta de dados, pois possibilita ao pesquisador se aproximar do fenômeno estudado e obter as informações necessárias para a realização da sua pesquisa. O processo de observação supracitado ocorrerá em momentos distintos que se estabelecerão antes e depois da inserção didática com materiais concretos.

A observação tende a estabelecer uma comunicação intencionada entre o observador e o fenômeno observado de forma planejada, observando as questões arroladas, possibilitando que o observador delineie o seu objeto de estudo, o cerne da observação, para então, vinculá-los aos objetivos colocados para a validação da pesquisa, momento em que o roteiro de observação sistemática/estruturada é construído ponto a

ponto com os objetivos que se pretende atingir, aliado e complementando os demais instrumentos de coleta de dados.

2.8.3. Análise documental

A análise documental é uma técnica qualitativa que irá fornecer informações relevantes no que se refere a coleta de dados por meio da verificação de documentos. Assim, serão abordados documentos escolares oficiais, tais como: Rendimento bimestrais, Regime internos escolares, Projeto Político Pedagógico-(PPP) e planos anuais por disciplina, estudos bibliográficos da instituição a ser pesquisada. Nesta etapa, os dados poderão ser analisados, porém não sofrem quaisquer alterações, pois normalmente fazem parte de leis, normas e projetos internos da escola.

A análise documental é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (Bardin, 2016, p.51), entre outros. Segundo Severino (2017, p.51) a análise documental “vai coletar elementos relevantes para o estudo em geral ou para realização de um trabalho particular, sempre dentro de uma determinada área de interesse”.

Portanto, vale ressaltar que esses documentos precisam ter uma confiabilidade de fato, pois a desorganização de algumas escolas no sentido administrativo e pedagógico pode interferir nesse processo, e a interpretação dos resultados pode não ser satisfatória para o pesquisador. A vantagem de usar essa técnica em uma pesquisa qualitativa é por se tratar de uma técnica não intrusa e os dados têm forma permanente. Porém, para que isso seja de fato relevante para um estudo científico, deve-se levar em consideração a credibilidade do documento analisado.

2.8.3.1. Projeto Político Pedagógico

A construção do Projeto Político Pedagógico, possibilita que a escola se planeje e busquem uma educação de melhor qualidade, e pode permitir que os envolvidos tenham consciência de seu caminhar, sua importância na construção do PPP, interfiram nos limites, aproveitem as potencialidades e resolvam as dificuldades detectadas com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança.

Nos artigos 12,13,14 da Lei Nº 9394 /96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incumbe os estabelecimentos de ensino de elaborar e executar sua proposta pedagógica ao mesmo tempo em que, e também incumbe os docentes de, de participarem da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino onde estejam desempenhando suas funções, elaborar seus planos de trabalho em consonância com a proposta pedagógica da Escola. E ainda antecipa que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, tendo como um de seus princípios a participação dos profissionais da educação na elaboração e desenvolvimento do projeto pedagógico da escola.

A Lei 3.018 de 17/04/13 que dispõe sobre a gestão democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia afirma que “o Projeto Político Pedagógico – PPP é o instrumento que propicia a organização e a participação da comunidade escolar de forma coletiva e democrática, assim como a discussão dos problemas da escola e suas possíveis soluções”, o qual deverá ser formulado tendo como referência as normas legais e as diretrizes curriculares do sistema de ensino, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais dos estudantes.

Nesse sentido, entendemos que a legislação educacional coloca a elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP sob a responsabilidade das escolas, sob a coordenação de seus gestores, os quais deverão observar as orientações e normas de elaboração, implementação e avaliação emanadas do Sistema Estadual de Ensino. Portanto, o Projeto Político Pedagógico da Escola Albino Buttner, elaborado de forma coletiva e sistematizado pela equipe técnico-pedagógica da Escola, se configura em instrumento da gestão democrática, onde consta:

O diagnóstico do contexto escolar com histórico da Escola, contexto sócio-político-cultural dos estudantes, docentes e funcionários;

A organização administrativa e financeira, onde apresenta: a caracterização da estrutura física e patrimonial; o modelo de gestão e as formas de avaliação institucional e os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa através de órgãos colegiados e de representação estudantil;

A organização didático-pedagógica que explicita a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar; as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico; a definição de qualidade das aprendizagens; as ações de formação continuada dos

profissionais da educação; as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa e os projetos desenvolvidos pela Escola;

A análise dos indicadores educacionais e dados estatísticos produzidos pela Escola, com diagnóstico das necessidades e definição das prioridades;

A forma de avaliação e monitoramento das ações previstas no PPP.

2.8.3.2. Resoluções do MEC e da CEPPIR/RO

Em se tratando do tema envolvendo a discriminação racial o art. 12º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018), a busca pela análise documental foi específica à esta ordem.

Lei 10.639/003, em março de 2003, em 2003 foi sancionada a Lei 10639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". E no ano seguinte do Parecer 003/004. Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

A Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, estabelece no Art. 26 que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Criado pela Lei Complementar nº 3.137, de 3 de julho de 2013, com a missão de propor políticas públicas que promovam a igualdade no que refere aos segmentos étnicos minoritários do Estado de Rondônia, com ênfase a populações negra e quilombolas, povos indígenas e da floresta, comunidades de terreiros e demais entidades que militam no movimento negro, o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR)

2.9. Aspectos éticos: caminho percorrido para aprovação na Plataforma Brasil

Para se fazer pesquisa com seres humanos no Brasil, é imprescindível ser submetido ao Sistema do Comitê de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP) por meio da Plataforma Brasil, pois é através desse processo que são acompanhadas as pesquisas desde a submissão até a aprovação final. É um sistema digital que oportuniza o acesso aos dados de todas as pesquisas aprovadas.

Para isso, deve-se seguir os estágios que compreendem: a fase de projeto, a fase de campo e os relatórios de pesquisas já concluídas. O controle dessas informações e o acompanhamento da execução das pesquisas é uma dentre tantas finalidades da Plataforma Brasil. Fica evidente que somente serão analisadas as pesquisas que apresentarem toda a documentação solicitada através da Plataforma Brasil. É importante especificar que será analisada as pesquisas que apresentarem toda a documentação solicitada via Plataforma Brasil, a complexidade e preocupação de preservar os aspectos complexidade e preocupação em preservar aspectos étnicos.

2.9.1. Aspectos éticos da pesquisa

Nesta investigação, os aspectos éticos dos participantes são levados em consideração, enfatizando os riscos e benefícios que podem aumentar o alcance social do estudo, garantindo que os interesses de todos os participantes sejam respeitados sem perder o senso de funcionamento social e humano.

O pesquisador também se compromete diretamente a começar a coletar dados somente após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Plataforma Brasil, processo esse que se deu a partir da tramitação no CAAE 63302122.5.0000.9147/Plataforma Brasil.

Através do Parecer Consubstanciado do UNIJIP/Rondônia nº 5.920.078, ocorreu a primeira versão da avaliação do projeto, o qual foi devolvido com algumas sugestões a serem consideradas. Após ajustes, encaminhou-se a documentação pertinente ao campo, que compreende a carta destinada ao gestor da Escola Albino Buttner; Termo de Compromisso da Pesquisa Científica, conforme a Termo de Confidencialidade, onde compromete-se a manter a identidade dos participantes protegidas; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE 5) e Termo de Assentimento Informado Livre e Esclarecido (TACLE) (APÊNDICE 6) aos pais dos alunos menores; dentre outras declarações onde a pesquisadora se compromete em utilizar os dados coletados para uso específico para o desenvolvimento desta pesquisa, seguindo a Resolução CNS nº 466/2012, responsabilizando-se pelo andamento, realização e conclusão da investigação.

A pesquisadora recebeu autorização do Comitê de Ética pela Plataforma Brasil, mediante Parecer Consubstanciado nº 5.920.078 no dia 01 de Março de 2023 (APÊNDICE 4) para aplicar a coleta de dados da investigação.

Assim, as investigações que envolvem seres humanos devem atentar à Resolução nº 510/16, pois esta atende aos fundamentos éticos e científicos em qualquer área de conhecimento envolvendo seres humanos, identificando ainda, os riscos/benefícios que poderão ocorrer na aplicação da coleta dos dados.

2.9.2. Riscos

Os riscos que um estudo pode apresentar aos participantes estão relacionados aos aspectos físicos, psicológicos, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais do ser

humano e em qualquer situação dele decorrente. Os participantes perceberão que os riscos que podem surgir no processo de participação na pesquisa não afetarão diretamente as dimensões acima citadas, e podem sentir um pequeno desconforto durante o tempo necessário para responder à entrevista. Além disso, devido à presença de observadores e ao conteúdo do problema durante o processo de candidatura, podem ocorrer restrições ou restrições simples.

Independentemente de o risco ser mínimo ou não, devido à utilização de entrevistas presenciais, essas questões são preparadas com antecedência de forma a não causar tal desconforto, constrangimento, ou mesmo físico, mental ou psicológico, moral, intelectual, danos sociais, culturais ou espirituais aos humanos. Os riscos para uma pesquisa existem, porém são mínimas. De acordo com Bardin (2016, p. 145), os riscos em se utilizar a análise qualitativa é devido se lidar:

[...] com elementos isolados ou com frequências fracas [...] pode funcionar sobre *corpus* reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, por não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequências suficientemente elevadas para que os cálculos se tornem possíveis.

Se porventura o participante ficar desconfortável em responder alguma pergunta, porém, sua resposta seria importante para que sejam propostas alternativas na busca de soluções para resolver a situação na discriminação racial e social no ambiente escolar, caracteriza-se riscos que podem comprometer o fundamento de educar para a igualdade, diferença e sociedade.

Esses riscos estão relacionados a índices que podem trazer alterações nos resultados, até mesmo por não serem, por vezes, considerados importantes para o estudo e acabam sendo “deixados de lado, ou serem tidos em conta elementos não significativos” (Bardin, 2016, p.145). Sendo assim, a relevância do pesquisador conhecer a fundo o tema e sua problemática, pois só então não deixará de lado nenhuma informação, embora ache desnecessária.

Durante o processo de coleta de dados, os participantes também serão informados sobre o risco de contaminação com o novo coronavírus que causa a COVID-19. Para garantir a segurança de todos os participantes durante o estudo, este CEP aconselha a todos estarem atentos aos riscos inerentes a uma pandemia. Portanto, de acordo com as recomendações da OMS/OPAS de 8 de abril de 2020 e atualizadas em 9 de junho de 2020,

todos os indivíduos na luta contra a transmissão e proteção da doença (Covid-19) receberão equipamentos de proteção e orientações. 2020

Para evitar o risco de contaminação durante as entrevistas com pais, professores, alunos e gestão pedagógica, a pesquisadora orientará e fornecerá aos participantes o uso de máscaras, álcool gel 70% para higienização das mãos, canetas higienizadas e desinfetantes e higienização de móveis e ambiente. O conforto e a segurança dos entrevistados foram garantidos entre um conjunto e outro, essenciais neste momento de pandemia. Como esta é uma entrevista aberta, a pesquisadora usou máscaras, higienização de seus telefones para gravação de áudio, utilização de luvas descartáveis na coleta de dados e manterá uma distância física de pelo menos 1 metro dos entrevistados para criar um ambiente mais seguro contra a contaminação por coronavírus.

Mesmo com esses cuidados, os participantes poderão desistir do estudo a qualquer momento. Em caso de necessidade de cuidados especiais, ou eventual recusa e/ou desistência de um participante voluntário do estudo, o pesquisador responsável estará presente e/ou disponível durante o preenchimento do instrumento de coleta de dados para minimizar tal transtorno e será informado uma vez conhecido direito desde o início para não responder a tais instrumentos.

2.9.3. Benefícios

Os benefícios são atribuídos à adequação do tema por ser considerado relevante “quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido” (Bardin, 2016, p. 150).

Nesta pesquisa, os benefícios definitivamente superam os riscos, pois as contribuições dos participantes fornecerão informações úteis para a política pública inclusiva da escola para atender às necessidades de alunos dos 6º anos do ensino fundamental, para erradicar as discriminações no âmbito escolar. Ressalta-se que nem sempre os participantes se beneficiam diretamente dos resultados das pesquisas, entretanto, sua postura pode contribuir para o progresso científico.

A Análise qualitativa, por meio de um processo rigoroso e lógico dos dados coletados, para determinar os benefícios pela autenticidade e confiabilidade das informações. Para Bardin (2016, p. 145), “é válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e

não em inferências gerais”. Portanto, nesta etapa, procura-se aperfeiçoar melhor a pesquisa para atingir os objetivos iniciais deste estudo.

2.9.4. Critérios de inclusão e exclusão

Estabelecer os critérios de inclusão e exclusão dos participantes é relevante para maximizar a influência da investigação. Assim, “incluir participantes com alto risco para o desfecho contribui para a diminuição do número de sujeitos necessários” (Gil, 2018, p. 80), no entanto, limitar a participação também pode resultar em desvantagens, pois no caso de desistência, impedirá que os resultados sejam efetivos. No estudo que se trata, o critério de inclusão delimitou-se aos alunos dos 6º anos do ensino fundamental que estudam na Escola Estadual de Rondônia.

Quanto aos critérios de exclusão, Gil (2018, p. 80) leciona que são vários os motivos que podem excluir um participante, dentre eles: “susceptibilidade de indivíduos a efeitos adversos; [...] baixa probabilidade de aderir à intervenção; [...] problemas de ordem prática para participação”. Neste caso, como critério de exclusão delimitou-se alunos dos 6º anos que não estudam na Escola Estadual de Rondônia e que não moram em Candeias do Jamari- Distrito de Triunfo, sendo que o objetivo desta investigação é analisar se a discriminação racial e social contribui no processo de aprendizagem dos alunos do 6º ano do ensino fundamental da escola estadual de Candeias do Jamari- Distrito de Triunfo e, professores que se recusaram a participar da pesquisa, por motivos não informados.

2.9.5. Desfecho primário e secundário

Os resultados podem nem sempre ser apresentados da maneira que os pesquisadores desejam, nem são os mais relevantes “é o mais fácil de medir. Por essa razão, os pesquisadores precisam decidir se não é mais conveniente preferir desfechos medidos por marcadores biológicos substitutos para o risco do desfecho” (Gil, 2018, p. 83).

Como desfecho primário, espera-se confirmar que a inclusão escolar dos alunos dos 6º anos e, que a lei que garante tais direitos adquiridos, não apenas integre esses alunos no ambiente escolar, mas sim, no âmbito social como um todo. Quanto a família

e os professores, almeja-se que os mesmos testemunhem as mudanças no comportamento dos alunos dos 6º anos a partir da no âmbito escolar, se houve melhora no rendimento escolar a partir da proposta pedagogia de erradicar a discriminação racial no âmbito escolar. E assim, garantido a inclusão respeitando as diferenças.

E, como desfecho secundário, as atitudes positivas ou não que forem identificadas nas entrevistas tornar-se-ão objeto de propostas destinadas ao poder público, onde serão sugeridas correções e adequações das políticas públicas de inclusão, o que será explorado na continuação dos estudos para Doutorado.

2.9.6. Critérios para suspender ou encerrar a pesquisa

Caso o participante se sinta incomodado, ele poderá não responder ou interromper a entrevista a qualquer momento, podendo ainda retirar seu consentimento, mesmo após o início da entrevista, não havendo prejuízo. No entanto, o pesquisador deve primeiro criar um ambiente confiável e acolhedor para que os participantes da pesquisa, “primeiro demonstrar interesse pelas situações problemáticas gerais e, aos poucos, ir focando o interesse real da investigação” (Alvarenga, 2019, p. 57).

Se mesmo assim o participante preferir desistir da entrevista, fica o pesquisador responsável por devolver o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado ao desistente. O participante tem certeza de que não haverá cobrança de taxas, nem compensação financeira pela participação na pesquisa, portanto, é voluntária. No entanto, é importante que você reconheça o quanto é importante sua participação na obtenção dos resultados esperados, mas se preferir encerrar a pesquisa, poderá fazê-lo de forma clara e segura.

Fica claro ao participante que o mesmo não terá nenhuma despesa e também não haverá nenhuma compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa, sendo, portanto, voluntária. Entretanto, é importante que reconheça a relevância de sua participação para obtenção dos resultados almejados, mas caso prefira encerrar a pesquisa, poderá fazê-lo de forma clara e segura.

2.9.7. Sigilo, privacidade e confiabilidade dos dados

Alguns desses requisitos devem ser considerados para que a pesquisa forneça à pesquisadora e os participantes uma boa perspectiva: o sigilo, a privacidade e a confiabilidade dos dados. Os resultados obtidos serão para fins acadêmicos e de publicação e os trabalhos de pesquisa serão mantidos em arquivo após sua conclusão. Trata-se esse sentido, de uma “preparação material e, eventualmente, de uma preparação formal” (Bardin, 2016, p. 130).

2.9.7.1. Elaboração e validação dos instrumentos

A preparação meticulosa do instrumento e sua validação proporciona ao pesquisador a possibilidade de coletar os dados necessários para alcançar os resultados desejados. A validação da investigação às vezes encontra dificuldades de interpretação, mas segundo, Alvarenga (2019, p. 61) explica que para resolver esse problema, “o ideal é que ao terminar de coletar os dados já se revise os mesmos, para controlar se estão completos, de maneira que no mesmo momento se possa detectar se há erros ou falências para que possam ser corrigidas a tempo”. Portanto, as técnicas utilizadas devem ser respeitadas, por se tratar de um processo contínuo com diversos procedimentos para que se possa verificar se os dados coletados na entrevista são de fato confiáveis.

Para garantir a confiabilidade e credibilidade das informações, o pesquisador deve preparar o roteiro de entrevista de forma formal. “que pode ir desde o alinhamento dos enunciados [...], proposição por proposição [...] para padronização” (Bardin, 2016, p. 131). Sendo assim, indispensável a aprovação dos doutores da área disciplinar, com o intuito de analisar a relevância das perguntas para só então, validar os instrumentos da pesquisa a ser aplicada.

No sentido, da validação dos instrumentos de coleta de dados, construiu-se entrevistas para os alunos do 6º ano, para os pais/responsáveis destes alunos e para as professoras, sendo encaminhado posteriormente aos doutores da área disciplinar para análise e ajustamento de dados que não estejam de acordo com o proposto nos objetivos desta investigação.

2.10. Procedimentos para a coleta de dados

Os instrumentos para coleta de dados perfazem uma etapa de grande relevância para responder aos objetivos propostos. Gil (2018, p.99) esclarece que:

Nos levantamentos que se valem da entrevista como técnica de coleta de dados, [...] Mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias.

Primeiramente buscou-se fazer um filtro na escola Estadual em Triunfo, como total de alunos matriculados no 6º ano do ensino fundamental. Observou-se que o total de alunos no Distrito de Triunfo já possibilitaria a pesquisa, sendo possível obter os resultados que a pesquisadora desejaria apresentar neste estudo. Assim, sendo a única escola de nível fundamental Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Albino Buttner pois nesta escola, estão matriculados os alunos dos 6º anos.

Entre agosto e setembro de 2021, foram construídos os instrumentos de entrevistas aos participantes e, em seguida, enviadas para análise dos professores doutores especialistas na área da educação, com o intuito de viabilizar e validar o instrumento elaborado. Após validação favorável do instrumento, será iniciada a coleta de dados, realizando juntamente, uma observação da escola escolhida para a pesquisa de campo deste estudo, com o intuito de analisar no contexto atual desta escola a efetividade da discriminação racial e social dos alunos que ali estudam.

Portanto, o procedimento de coleta de dados deve atender aos objetivos traçados no estudo. Os dados obtidos por meio de roteiros de entrevista e entrevista aberta, destinam-se a esclarecer dúvidas relacionadas a problemática que envolve a temática do estudo. Todas as perguntas do roteiro de entrevista serão aplicadas aos participantes (alunos dos 6º anos, pais / responsáveis e professores), e certifique-se que foram elaboradas pela pesquisadora e, posteriormente, encaminhadas aos doutores da área da educação, para fins de obtenção da aprovação dos autores relevantes e posterior aplicabilidade.

É importante notar que para que tais procedimentos sejam realmente eficazes nas investigações, os pesquisadores devem compreender as tecnologias, métodos e métodos existentes na literatura para alcançar os resultados desejados. Obviamente, a coleta de dados é um processo básico, pois, segundo Prodanov e Freitas (2013, p.54), através da coleta de dados “se considerada o ambiente e as formas de controle das variáveis

envolvidas. [...] o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”.

Espera-se com esta delimitação nos procedimentos para coleta de dados, que as informações a serem coletadas através das entrevistas sejam o suficiente para responder aos objetivos geral e específicos da pesquisa, a qual tem enfoque o reflexo da discriminação racial no processo de aprendizagem dos alunos do 6º ano escola estadual de Triunfo., Candeias do Jamari.

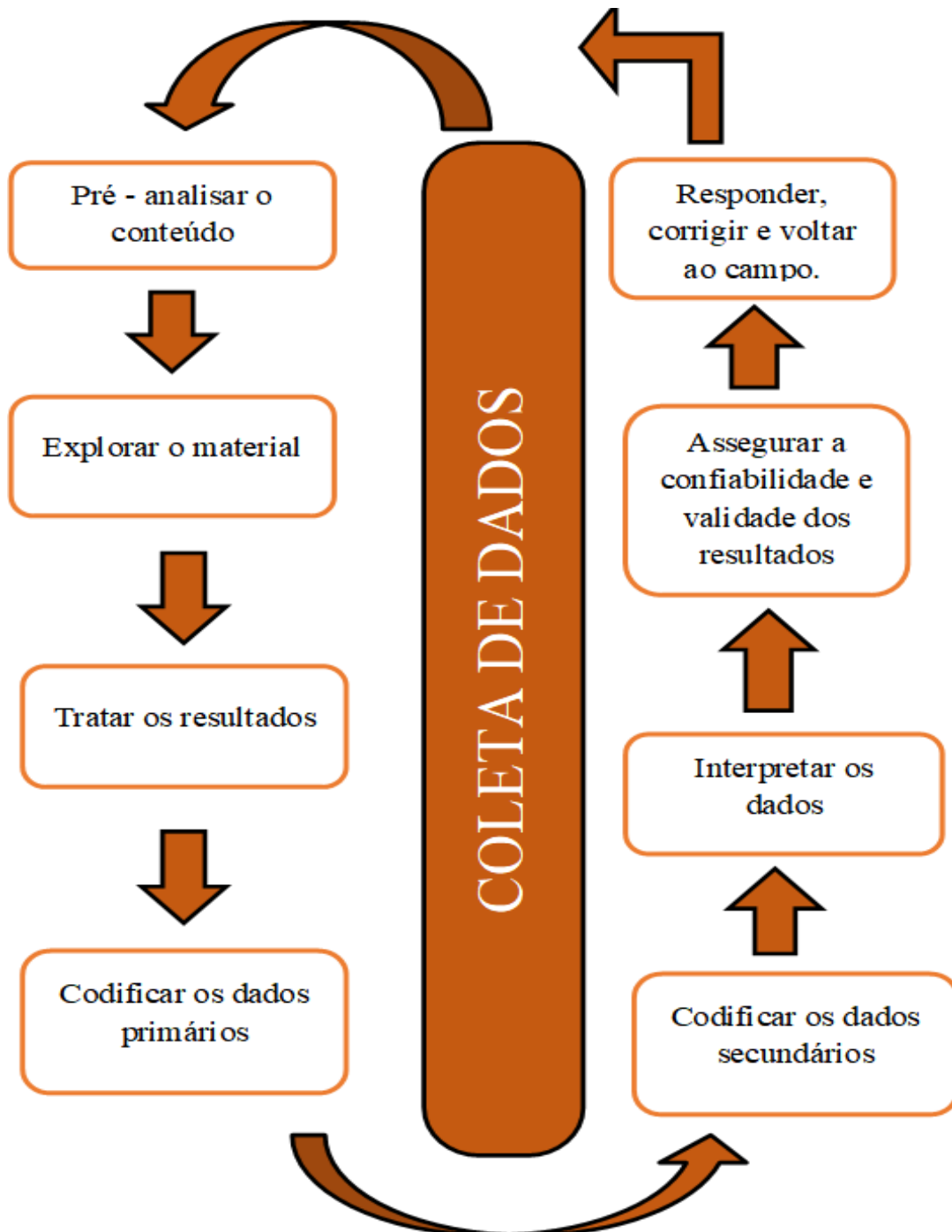
2.11. Técnicas de análise e interpretação dos dados

O procedimento de análise e interpretação desta investigação visa coletar materiais detalhadamente para solucionar possíveis dúvidas e erros, mostrar o verdadeiro significado, e sempre atender ao tema e propósito. Uma vez que os dados são coletados, tudo coletado durante a pesquisa será organizado, utilizando-se do referencial metodológico de Bardin (2016) para analisar o material coletado, constando de quatro fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e, codificação.

A análise e interpretação dos dados permitem o acesso a informações contextuais para fins de organização e análise de dados. Conforme Bardin (2016, p. 131), “a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas”, com o objetivo de organizar os dados, respondendo às respostas do problema proposto na investigação. Assim, o pesquisador “tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos” (Bardin, 2016, p.131). Dessa forma, a análise e a interpretação de dados objetivam demonstrar o real sentido do material coletado.

Na pesquisa qualitativa, a análise consiste num conjunto de técnicas sistemáticas interpretativas do conteúdo oculto nos textos, ou seja, “permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou diversas variáveis do locutor” (Bardin, 2016, p.145). Porém, como qualquer tipo de investigação, existem os riscos e benefícios a serem analisados, conforme segue-se.

Figura Nº 11: Esquema da Análise e Interpretação dos Dados



Nesta pesquisa, ferramentas como roteiros de entrevista, entrevistas e análise de documentos serão utilizadas para analisar e interpretar os dados obtidos por meio de técnicas de observação estruturada / sistemática. O objetivo desse processo é verificar se existe relação entre os dados coletados e o referencial teórico em questão, tendo relação entre eles, compreenda o resultado afirmativo do outro que se espera que seja

comprovado. Segundo os teóricos Lakatos & Marconi (2017, p.186), “a análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas e, como processo, envolvem duas operações”, ou seja, na coleta de dados é importante interpretar e analisar todos os fatos, para que as técnicas e os procedimentos se adaptam aos objetivos da pesquisa. Ou seja, as técnicas de análise de dados, aplicadas aos alunos dos 6º anos do ensino fundamental e seus responsáveis, aos professores, na Escola Estadual de Rondônia.

Nesse caso, a interpretação terá a função de identificar os dados coletados nas entrevistas e na análise documental com base em fontes normativas e teóricas relacionadas ao tema. A análise começará então pela tabulação dos dados coletados por meio das entrevistas com os participantes para que os dados possam ser interpretados posteriormente. Portanto, siga os passos de análise e interpretação para comprovar o que foi exposto nas fases anteriores.

2.11.1. Pré-análise do conteúdo

A pré-análise do conteúdo conforme ensinamentos de Bardin é o período da organização propriamente dita, que tem por objetivo “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (Bardin, 2016, p.125).

A organização do material é um processo de realinhamento no qual se torna segura a continuidade da relação entre a pesquisa e os dados coletados. Portanto, os pesquisadores devem revisar os dados coletados para garantir que o material possa ser utilizado na análise dos resultados. A escolha dos documentos a serem submetidos à análise depende dos objetivos construídos desde o início da investigação, por isso, “convém escolher o universo de documentos suscetíveis de fornecer informações sobre o problema levantado” (Bardin, 2016, p.126).

Nesta etapa deve-se levar em consideração a leitura, por estabelecer contato com os documentos a serem analisados, “tornando a leitura mais precisa” (Bardin, 2016, p. 126); a escolha e separação dos documentos a serem submetidos aos procedimentos minuciosos da análise; a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, pois desde a pré-análise “devem ser determinadas operações de recorte do texto em unidades

comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados” (Bardin, 2016, p. 130); e, a preparação do material.

2.11.2. Exploração do material

A exploração do material está diretamente relacionada à pré-análise, caso a atividade seja feita em uma etapa anterior, esta será apenas a aplicação dos dados previamente processados, pois segue a sequência de atividades produzidas durante a análise do estudo.

No caso das entrevistas gravadas, fazer a transcrição na íntegra; e questões abertas, devem ser anotadas em fichas para posterior análise. Para Bardin (2016, p. 131), esta fase é “longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. Por isso, nessa fase, deve-se incluir a correção e a verificação de todos os dados da coleta.

Portanto, é importante estabelecer um plano de trabalho inicial para que a pesquisa prossiga em uma sequência lógica de fatos e fenômenos delineados durante o processo de proposta.

Para tanto, buscou-se primeiramente verificar se todos os dados coletados nas entrevistas atendiam aos objetivos propostos e, quando necessário, revisamos as informações por meio de vídeos de entrevistas gravadas para manter a consistência dos dados utilizados para interpretação e análise dos dados.

2.11.3. Tratamento dos resultados

Após análise do material adquirido através do realizado com alunos do 6º ano, pais de alunos, professores, será realizado o processamento dos resultados, analisando o conteúdo coletado, descrevendo entrevistas gravadas em vídeo para uso em resultados de pesquisa.

Bardin (2016, p. 127), lembra que “nem todo material de análise é suscetível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo se este for demasiado importante” Assim, todas as informações derivadas da coleta de dados são importantes, porém, o pesquisador deverá selecionar, priorizando o que foi proposto nos objetivos da investigação.

2.11.4. Codificar dados primários

Codificar os dados nada mais é do que tratar o material. É uma fase importante e necessária, porque deve-se “saber a razão por que se analisa, e explicitá-la de modo que se possa saber como analisar” (Bardin, 2016, p.133). Portanto, é o momento onde o pesquisador obtém os dados coletados através das técnicas de pesquisa delimitadas para coletar as informações que deseja analisar. Acrescentando que “a codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, transformação esta que [...], permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (Bardin, 2016, p.133).

Os dados principais são projetados para codificar os resultados de acordo com cada categoria de análise neste estudo. Portanto, é necessário primeiro classificar os dados para determinar a categoria da pesquisa, porque esses dados precisam ser precisos para melhorar a confiabilidade.

Conforme Bardin (2016, p.136), pode-se “tomar como unidade de registro a resposta (a uma questão aberta) ou a entrevista, na condição de que a ideia dominante ou principal seja suficiente para o objetivo procurado”. Após registrados, os dados são organizados e classificados de maneira sistemática, de acordo com a categoria de cada participante delimitado anteriormente na pesquisa.

2.11.5. Codificar dados secundários

Considera-se por dados secundários, aqueles já coletados a partir das entrevistas realizadas, devendo ser interpretados e relacionados de acordo com a categoria de cada participante, ou seja, alunos dos 6º anos, pais desses alunos e professores. Para Bardin (2016, p.137), “em muitos casos, torna-se necessário fazer referência ao contexto próximo ou longínquo da unidade a ser registrada [...] torna-se imprescindível um acordo prévio”.

Nestes termos, o pesquisador deverá agrupar os dados, organizando-os de forma lógica e consciente para atingir os objetivos propostos. Mesmo assim, “os resultados são suscetíveis de variar sensivelmente segundo as dimensões de uma unidade de contexto” (Bardin, 2016, p.137). Desta forma, a partir da codificação dos dados se processará a análise e posterior resultados da investigação.

Nesse caso, as respostas às entrevistas realizadas por alunos dos 6º anos, seus pais / responsáveis e professores foram organizadas e catalogadas. Em seguida, os dados são codificados de acordo com a função de cada participante, utilizando apenas a primeira letra de cada função, seguida de uma ordem numérica crescente para garantir e manter o anonimato dos participantes, de forma a poder interpretar os dados analisados.

Para garantir o sigilo e privacidade dos participantes da pesquisa, delimitou-se por chamá-los pelas letras, conforme segue: os alunos dos 6º anos “A” (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9); o pai ou responsável, representado pelas letras “PR” (PR1, PR2, PR3, PR4, PR5, PR6, PR7, PR8, PR9); os professores representados pela letra P (P1, P2,).

Alvarenga (2019, p.57) ressalta que a confiança é adquirida através da privacidade, logo, o pesquisador deverá “demonstrar interesse por eles e tentar manter boas relações, para ir ganhando a confiança dos mesmos”. Sendo assim, é de suma importância que o pesquisador esteja empenhado no desenvolvimento da pesquisa e com esses alunos, pois os mesmos são a base fundamental para que os resultados sejam efetivos.

2.11.6. Interpretar os dados

Depois de coletar os dados, é hora de organizar todos os materiais construídos durante o processo de pesquisa e, em seguida, descrevê-los. Portanto, a interpretação dos dados inclui a verificação dos materiais coletados e a observação de possíveis falhas, erros ou dúvidas para posteriormente revelar as lições aprendidas durante o processo de pesquisa. Interpretar os dados é importante para analisar se as informações coletadas vão atender aos objetivos da pesquisa. Conforme Bardin (2016, p. 131), é nessa etapa que “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos”.

Ou seja, a interpretação dos dados ocorre nas evidências observadas durante a entrevista, frente ao método aplicado. Portanto, o interesse do pesquisador em realizar uma revisão da literatura centra-se nos objetivos que pretende atingir ao final da investigação. Portanto, o pesquisador deve analisar se as questões respondidas na entrevista atendem às questões levantadas no objetivo, se atende aos aspectos sociais e à legitimidade dos documentos analisados na entrevista. Os alunos dos 6º anos, seus pais / responsáveis e professores atendem aos requisitos.

Nesse caso, foi estabelecido um roteiro para explicar de forma consistente os dados para cada resposta obtida nas entrevistas com os participantes, relatar

detalhadamente todas as informações coletadas nos registros das entrevistas, procurando sempre, ficar atento às prioridades definidas nos objetivos da investigação para alcançar os resultados almejados.

2.11.7. Assegurar a confiabilidade e validade dos resultados

Para que os dados coletados neste estudo sejam confiáveis e válidos, é importante que todos os participantes estejam comprometidos com os mesmos objetivos e metas. Esta pesquisa tem como objetivo analisar se os reflexos da discriminação racial e social no processo de aprendizagem dos alunos 6º anos da escola estadual de Triunfo- Candeias do Jamari.

É nesse período que se busca valorizar a singularidade individual para alcançar o social, ou seja, “preservar ‘a equação particular do indivíduo’, enquanto faz a síntese da totalidade dos dados provenientes da amostra das pessoas” (Bardin, 2016, p.94). Assim, o pesquisador não pode deixar dúvidas quanto às informações adquiridas a partir das entrevistas realizadas com os participantes.

Portanto, é necessário realizar uma revisão abrangente das estratégias e ferramentas utilizadas na coleta de dados e sua análise e interpretação para garantir a compatibilidade e confiabilidade na avaliação do fenômeno e fatos da investigação. Portanto, os pesquisadores devem corrigir possíveis erros de interpretação para garantir a credibilidade dos resultados apresentados.

2.11.8. Responder, corrigir e voltar ao campo

Esta é a última etapa, e visa melhorar os dados obtidos. Portanto, é importante resgatar o objetivo inicial proposto de análise e interpretação dos dados coletados. As deficiências devem ser corrigidas para responder a perguntas que possam surgir durante o processo.

Após conclusão da investigação, é crucial retornar à escola pesquisada para explicar como ocorreu, de que forma foram gerados os resultados da investigação, informar se as metas propostas atenderam aos resultados esperados, que neste caso, refere-se analisar se os reflexos da discriminação racial e social no processo de aprendizagem dos alunos dos 6º anos da escola estadual de Triunfo Candeias do Jamari.

Averiguando se realmente há de fato efetividade no combate à discriminação racial e social na escola de Triunfo.

O curso da eficácia dependerá da segurança expressa que o pesquisador expressará no curso da aplicação da pesquisa, pois “qualquer pessoa que faça entrevistas conhece a riqueza desta fala, a sua singularidade individual, mas também a aparência por vezes tortuosa, contraditória, ‘com buracos’, [...] saídas fugazes ou clarezas enganadoras” (Bardin, 2016, p.94).

Em caso de dúvidas, o pesquisador deverá analisar os objetivos para certificar-se de que não há erros e, quando necessário, corrigir as falhas que possam ter ocorrido no processo da pesquisa para só então, a validade da pesquisa estar de fato apta a qualificação.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta parte da investigação, são apresentados os resultados obtidos. Os dados foram coletados a partir dos instrumentos aos alunos do 6º ano, aos pais/responsáveis e professores. Os dados serão primeiramente analisados e interpretados para se chegar aos resultados propostos nos objetivos gerais e específicos do estudo realizado na Escola Estadual Albino Buttner em Rondônia, Triunfo, Candeias do Jamari.

Para a coleta de dados, a pesquisadora seguiu a abordagem de Bardin (2016), que serviu de base para chegar a essa etapa da investigação. Portanto, cada detalhe descrito no referencial metodológico precisa ser criteriosamente avaliado e revisto para ser aplicado à análise; só assim, o que foi definido desde o início do estudo pode ser alcançado.

No decorrer da análise, o procedimento seguiu as seguintes estratégias:

- a) A análise documental entre o que dizem os documentos oficiais no que se refere à discriminação racial e social na sociedade e âmbito escolar;
- b) A relação entre a teoria apresentada por autores que tratam do tema discriminação racial e o direito à igualdade inclusão no âmbito escolar.
- c) As informações contidas no relatório da observação estruturada/sistemática que foram realizadas na Escola Estadual de Rondônia;
- d) Os dados contidos nas entrevistas realizadas com os participantes (alunos do 6º ano, pais/responsáveis e professores que fazem parte da pesquisa).

Desta forma, os dados coletados nesta investigação serão analisados, compreendendo a seguinte organização:

- Análise das respostas do 1º objetivo, segundo os participantes;
- Análise das respostas do 2º objetivo, segundo os participantes;
- Análise das respostas do 3º objetivo, segundo os participantes.

3.1. Descrever sobre o processo de discriminação racial e social âmbito escolar e seus reflexos nos alunos do 6º ano do ensino fundamental.

O Brasil é um país marcado por ser o último a abolir a escravidão e até os dias atuais, a população negra luta por uma democracia que, verdadeiramente, produza a

igualdade. Nesta luta, é fundamental que se reflita sobre valores, crenças e comportamentos para que seja possível entender o racismo, a discriminação e o preconceito racial tão inseridos na sociedade. Ainda que seja evidente a evolução, com as transformações que vêm acontecendo no decorrer de cada ano, na atualidade ainda existe a discriminação racial, que, ao invés de reduzir, cresce.

Dessa forma, a discussão sobre a discriminação no espaço escolar não pode ser compreendida como uma reclamação ou lamentação, mas sim como uma maneira de dar visibilidade a discriminação que crianças e adolescentes negros enfrentam diariamente (Cavalleiro, 2001, p. 99). A escola corresponde a um ambiente propício para a convivência humana, uma vez que nela há uma variedade cultural, étnica e socioeconômica; contudo, a maneira como este ambiente é estruturado inviabiliza que as diferenças presentes no cotidiano escolar sejam respeitadas e valorizadas enquanto diversidades.

Ainda que a escola possua a função de proporcionar a tolerância, a igualdade e o respeito às diferenças, Eliane Cavalleiro (2001, p.102) aponta que não se encontra no espaço de convivência escolar, cartazes, fotos ou livros infantis que apresentem crianças negras. O que faz com que o ambiente escolar repita o modelo de beleza branco/europeu predominante dos meios de comunicação e na vida social. Para a autora, quando este fato ocorre nas escolas, é como se confirmasse para os alunos uma suposta superioridade do modelo branco. São esses fatos que podem ser considerados um detalhe do cotidiano escolar, contudo são reveladores de uma conduta que pode afetar drasticamente o processo de convívio e socialização de alunos negros, imputando-lhes marcas permanentes.

A ocorrência de práticas escolares discriminatórias favorece de forma prejudicial na construção do imaginário social dos alunos negros a respeito de si mesmos. Ao não estarem representados, estes começam a sentir-se excluídos da vida social e param de se identificar com seu grupo de origem. De maneira inversa, como os alunos brancos se veem frequentemente retratados, nas redes sociais, nos recursos pedagógicos da escola, estes sentem-se aceitos e reconhecidos, identificando-se com o meio social ao que estão inseridos (Guimarães e De Rezende Pinto, 2016, p. 512).

Sendo assim, será exposto no próximo tópico a concepção dos alunos quanto ao processo de discriminação racial e social no âmbito escolar.

Pergunta 1- Você acha que na escola há racismo?

“Sim, sempre tem brincadeiras.” (A1, A2, A5, A6, A8)

“Sim, porque somos negros.” (A3, A4)

“Sim, existe muito racismo, ficam chamando os outros de macacos, e ninguém gosta disso.” (A7, A9)

3.1.1. Concepção dos alunos quanto ao processo de discriminação racial e social no âmbito escolar

A primeira pergunta relacionada ao primeiro objetivo específico, assim através das respostas dadas pelos alunos quanto a existência do racismo no ambiente escolar, foi possível observar que dos 9 (nove) alunos entrevistados, a maioria afirma que há situações de racismo no espaço escolar, bem como 3 (três) alunos responderam que acreditam que ocorram situações racistas na escola. Nota-se que nenhum aluno respondeu à pergunta negativamente, afirmando a inexistência de racismo escolar.

Uma série de fatores reproduz o racismo, presente em todas as esferas sociais, no cotidiano escolar. Sendo que todos entrevistados foram categóricos em afirmar sua ocorrência.

Segundo a análise das respostas acima, é importante ressaltar que o racismo é a discriminação de base racial, isto é, aquela vinculada a um fator físico externo e genético, que é ressignificada em característica cultura interna determinadora de condutas comportamentais, psicológicas e morais, desenvolvendo a crença na inferioridade natural dos sujeitos ou grupos que tem esses fatores em comparação daqueles que não os possuem (Lima, 2003, p. 283).

Este comportamento tende a confirmar o posicionamento de Lima (2014, p.1), no sentido de que a pessoa que comete ações racistas, normalmente, o realiza por querer valorizar a si mesmo e reduzir os outros, ainda que com brincadeiras, sendo que muitas vezes essas ações expõem a insegurança do ofensor, assim como sua dificuldade em conviver com os outros e admitir as diferenças naturais entre os indivíduos.

Destaca-se que os elementos como a cor da pele, cor e formato dos olhos, estilo de cabelo são exemplos de fatores físicos genéticos ocasionadores de racismo. Assim, a escola é um espaço repleto de visões distorcidas e extremamente fixadas sobre o negro, visões essas que interferem no olhar para o indivíduo como pessoa.

No que se refere a esse olhar distorcido, Guimarães (2010, p. 51) aponta que:

O preconceito se caracteriza, portanto, enquanto concepções prévias e constituídas pelo imaginário social enquanto verdades que se materializam por de práticas discriminatórias ao se excluir ou menosprezar um determinado grupo social em função de um pertencimento racial. O racismo é, portanto no contexto da discriminação racial, uma ideologia que considera haver distinções entre a espécie humana. A ideia da existência de diferenças raciais entre os grupos humanos advém das chamadas teorias racistas... (...) As práticas racistas a parti destas concepções podem ser consideradas enquanto uma das piores formas de discriminação, uma vez que ferem as origens e a identidade de cada discriminado baseando-se em informações científicas tendenciosas que afirmavam haver “raças puras e impuras”.

Infelizmente, pode-se assim afirmar que a ocorrência do racismo no contexto escolar é estarrecedora, sendo que notório que ainda no século XXI, a sociedade ainda detenha um estereótipo de que ser branco é a regra, fazendo com que os sujeitos sejam incapazes de aceitar o negro. Quanto a ocorrência de racismo no ambiente escolar, Ramos et al. (2015, p. 7) afirmam que:

Mesmo sendo um espaço de formação, de construção da cidadania a escola se depara com conflitos ocasionados pela não aceitação do “outro”, onde os alunos negros são discriminados por sua condição étnico-racial, hostilizados de forma estereotipada.

Dessa forma, observa-se que ainda é pertinente a visão de Cavalleiro (2001, 66) de que o racismo pode acontecer, no interior da escola, através dos relacionamentos interpessoais entre os alunos.

Para Guimarães (2010, p. 84) a escola apresenta seu lado mais duro quando se refere às diferenças raciais. Os traços fenotípicos são razão para xingamentos e humilhação, especialmente quanto às meninas, vista que elas, no decorrer do ensino fundamental, estão na fase da pré-adolescência e como todas as meninas apreciam grandemente sua aparência. Os lábios e nariz são motivos de piadas, os cabelos crespos são considerados como “bagunçados”, razão para que os alunos negros sejam expostos a distintas maneiras de humilhações como: cabelo de Bombril, assolam, bucha de canhão, são alguns dos termos pejorativos comuns já percebidos no ambiente escolar.

Nota-se que as práticas discriminatórias se apresentam no espaço escolar, de forma semelhante ao do meio social. Elas impactam na dinâmica escolar ao se realizarem tratamentos distintos para alunos de acordo com sua origem racial.

Deve-se destacar ainda, que nas entrevistas realizadas com os pais, observa-se que todos os entrevistados acreditam que há situações de racismo na escola. A mesma situação é observada nas entrevistas com as professoras da Escola.

Ademais, se as próprias instâncias governamentais se preocupam, na atualidade, em tratar, nos seus currículos, temas direcionados para a superação da discriminação e da exclusão social étnico-raciais, deve-se julgar que estas mesmas instâncias identificam a ocorrência da discriminação. Assim, a resposta para a problemática das relações raciais no interior escolar poderia ser procurada, principalmente, no interior mesmo das escolas.

Pergunta 2- Você já sofreu algum tipo de discriminação racial, em razão da sua cor na escola?

“Nunca, acho que não.” (A2, A3, A5, A6, A7)

“Sim, só por causa do cabelo, o menino chamou ela de cabelo arrepiado.”
(A1, A4, A8)

“Sim, já sofreu. Estava brincando com uma colega, ai uma menina falou: olha a preta de novo.” (A9)

3.1.2. O que dizem os alunos sobre se já sofreu algum tipo de discriminação racial, em razão da sua cor na escola

Constatou-se que as maiores partes dos entrevistados alegaram que nunca sofreram discriminação no contexto escolar. Contudo, entre os que responderam afirmativamente observa-se que as ações de discriminação estão relacionadas ao tipo de cabelo e a cor da pele do entrevistado. Como se observa na resposta dos alunos A1, A4, A8, disseram “Sim, só por causa do cabelo, o menino chamou de cabelo arrepiado”. Já a A9, afirma que tal acontecimento se deu quando estava brincando com uma colega, e uma menina disse: “Olha a preta aí de novo”.

Através destas respostas, nota-se que a democracia racial brasileira, defendida por alguns estudiosos, é simplesmente um mito estruturante do país, cabendo a cada um atuar no sentido de elaborar novas relações raciais e sociais estruturas no princípio da igualdade de acordo com o que determina a Constituição Federal.

Um dos espaços de manifestação de racismo, preconceito e discriminação racial é a escola. Segundo Walter (2017, p. 5) afirma que:

A escola é considerada via de acesso ao conhecimento, como possibilidade de ascensão social para uma grande maioria que deseja ingressar no mercado de trabalho e sair da condição de pobreza. As expectativas dos pais com relação à escola levam-nos a crerem que esta terá uma ação transformadora na vida dos filhos garantindo-lhes o exercício pleno da cidadania, bem como o aperfeiçoamento de suas aptidões pessoais, o que garantir-lhes-á o acesso à vida em sociedade. No entanto, essas expectativas, não raro, são frustradas, sobretudo quando se trata de crianças negras. O que se observa é que, em geral, a escola desconsidera a pluralidade cultural presente na sala de aula e acaba direcionando sua metodologia para satisfazer as necessidades do grupo dominante, o que via de regra leva a inculcação dos valores da classe dominante. Sendo assim, o que deveria ser espaço de promoção da equidade pode converter-se em espaço de exclusão, inclusive refletindo-se em outros espaços sociais.

Percebe-se que a rotina escolar apresenta evidências da rejeição do negro na escola. Isto que, é através do olhar do outro se que os indivíduos se constituem como sujeitos, assim, a autoestima da criança negra está necessariamente vinculada a imagem que os outros tem dela.

Pergunta 3- Em caso afirmativo, esta discriminação partiu de quem?

“Do colega da escola.” (A1, A2, A3, A8, A6)

“Um colega de sala.” (A4, A5, A7)

“Não lembro o nome mais foi uma menina e isso foi na escola.” (A9)

3.1.3 A concepção dos alunos sobre a discriminação partiu de quem

Quanto aos ofensores, Lima (2014, p.1) aponta que os preconceituosos e racistas possuem dificuldades em admitir e conviver com a diferença e, as vezes, suas ações chegam ao limite, sendo eles medrosos e inseguros, refletem sobre os outros que são inferiores a eles e que não podem possuir os mesmos direitos, agindo assim, os racistas e preconceituosos, estão tratando quem eles acreditam como inferiores a eles de forma discriminatória. Ou seja, a discriminação é consiste em tratar os outros com inferioridades, julgando-se superior.

O espaço escolar tem sido local de opressão para aqueles que estão historicamente marcados como inferiores e vivem à margem da sociedade. O racismo habitualmente é considerado como um tabu que se foge a todo custo, uma vez que essa história apesar de estar relacionada aos povos ancestrais está cada vez mais presente no cotidiano escolar (Silva, 2018, p.8).

Pergunta 4- Você já conversou com seus pais sobre a discriminação racial e social na escola?

“Nunca.” (A2, A7, A8)

“Sim, conversa.” (A1, A3, A6, A9)

“Não, não conversei com os pais sobre isso.” (A4, A5)

3.1.4. O que dizem os alunos sobre se já conversou com seus pais sobre a discriminação racial e social na escola

Através das respostas obtidas percebe-se que os alunos que são vítimas de discriminação racial no espaço escolar, possuem dificuldades em conversar com os pais sobre tais situações.

Deve-se destacar que de acordo com o Ministério da Educação (2015, p.1), crianças que possuem um perfil mais tímido costumam ser as maiores vítimas dessas agressões, normalmente esses casos começam muito mais silenciosos e, por essa razão, são mais graves. Uma vez que quem sofre a agressão não fala para sua família nem na escola, mas muda o seu comportamento. Essa mudança de comportamento pode ser observada na diminuição do rendimento escolar, nas faltas escolares e mudanças comportamentais, que são os indicativos mais frequentes apresentados em quem sofre esse tipo de violência.

Tal conduta é confirmada na análise da pergunta 4, que indaga se os alunos conversam com os pais sobre a discriminação racial e social na escola, onde quase a metade dos entrevistados afirmam que nunca conversaram com os pais sobre esse assunto.

Pergunta1- Você acredita que existe racismo na escola?

“Sim, acredito.” (PR1, PR2, PR3, PR4, PR5, PR7)

“Sim, meus filhos me contam sobre casos de racismo na escola.” (PR6)

“Sim, acredito que sim.” (PR8, PR9)

3.1.3. Concepção dos Pais quanto ao Processo de Discriminação Racial e Social no âmbito Escolar

Novamente é possível observar a unanimidade nas respostas relacionadas a existência de racismo no espaço escolar, dessa vez na concepção dos pais. Nesse contexto é válido destacar a posição de Walter (2017, p.6) que alega que as expectativas dos pais, não raras vezes, são frustradas, visto que estes costumam acreditar que a relação dos filhos com a escola assegurara o exercício pleno da cidadania, assim como o aperfeiçoamento de suas competências pessoais, o que garantirá o acesso à vida em sociedade.

Deve-se destacar que a escola se apresenta como uma instituição essencial, independente dos outros espaços de socialização, da mesma maneira que a família, visto que são duas agências socializadoras essenciais nas quais os alunos ficam a maior parte do tempo. Dessa forma, é fundamental ressaltar ainda que a criança afrodescendente sofre, desde sua entrada na escola, discriminação em razão de suas características físicas (Parmeggiani, 2016, 47).

Neste sentido, Algarve (2004, p.01) afirma que:

Ao iniciar o processo de escolarização a criança negra se depara com o preconceito por não se enquadrar no modelo de branquitude legitimado pela sociedade. A criança negra começa a ser preterida devido a sua aparência, o fenótipo, a cor da pele, cabelo, a participação em religiões de matrizes africanas, posição social, entre outros. Esse preconceito está tão naturalizado que a própria criança negra incorpora uma mentalidade branca, rejeitando sua aparência e a cultura do seu povo.

Dessa forma, é perceptível que a centralidade dos mecanismos discursivos, presentes na instituição escolar, na formação de identidades, são marcadas pela ausência de reconhecimento das singularidades.

A pergunta 2- Você já ficou sabendo que seu filho sofreu discriminação racial, na escola devido a sua cor?

“Não, nunca ficou sabendo.” (PR1, PR4, PR5)

“Eles dizem que nunca.” (PR6, PR7)

“Sim, às vezes comentam essas coisas.” (PR2, PR3, PR8, PR9)

3.1.4. Concepção dos Pais se acreditam que existe racismo na escola

Observa-se que o perguntar aos pais se já ficaram sabendo que o filho sofreu discriminação racial no ambiente escolar, apenas 4 (quatro) responderam que sim, às vezes comentam essas coisas. No que se refere aos pais que afirmaram ter conhecimento dos casos de discriminação sofridos por seus filhos verifica-se que os ambos tomaram a mesma atitude de conversar somente com o filho sobre o assunto, isto é, não em nenhum momento procuraram a equipe pedagógica da escola para que essa tomasse as medidas necessárias quanto à situação.

Pergunta 3- Em caso afirmativo, que atitudes tomou?

“Só conversei com meu filho, e ele não se importou, levou na brincadeira.”
(PR1, PR2, PR5, PR7)

“Conversei com a minha filha.” (PR3, PR4, PR6)

“Procurar a orientação.” (PR8, PR9)

3.1.5. Concepção dos Pais sobre as atitudes que tomaram quando souberam que seu filho sofreu discriminação

Ao analisar as respostas dos pais que ficaram sabendo que os filhos estavam sofrendo discriminação racial, observa-se que PR1, PR2, PR5, PR7 tiveram a mesma postura, que consistiu em conversar com os filhos, sendo necessário ressaltar que o PR8 e PR9, alegaram que procuram a orientação.

É pertinente citar Silva (2014, p.7) que ao tratar das atitudes que os pais devem tomar quando os filhos expõem que estão sendo alvo de discriminação racial, alega que:

Os pais ficam indecisos sobre qual atitude tomar quando os filhos percebem a discriminação racial na escola. Estes reagem de diversas formas como: ouvir sem reação, duvidar da existência da discriminação racial na escola, não dar importância ao fato, ensinar a criança a revidar, ou reclamar na escola, não acreditando na obtenção de resultados. O fato dos pais muitas vezes não acreditarem na existência do racismo no Brasil, dificulta reações de protesto nas situações de discriminação sofridas pelos filhos. Também, por saberem que tal protesto não é levado em conta por ninguém, e que não se obtém nenhum resultado positivo através deles.

Deve-se destacar que apesar de todas as dificuldades, a postura dos pais diante das situações de discriminação racial nas escolas é fundamental para as crianças negras, uma vez que quando recebem auxílio familiar enfrentam com menos dificuldade os efeitos negativos das agressões raciais, buscando superá-los.

Outro ponto a ser destacado, nas respostas da pergunta 3, é a resposta dada pelos PR1, PR2, PR5, PR7, ao afirmarem que o filho levou a situação na brincadeira, para Abramovay (2002, p.40):

Muitos alunos afirmam que não existem preconceitos, mas, sim, brincadeiras. Pais e membros do corpo técnico-pedagógico também observaram, em grupos focais, que essas “brincadeiras” podem ser exercícios de legitimidade aos preconceitos raciais, que, por sinal, não ocorrem apenas contra o negro, mas também contra pessoas de origem indígena, japonesa e mesmo contra brancos. Ainda assim, o racismo tende a ser encarado como uma manifestação natural do ambiente escolar.

Tal afirmação é confirmada por Brandão (2006, p,33), de que o preconceito racial, ainda que muitas vezes tido como inexistente, quando ocorre ele torna-se grande e toma forma, realizando um grande estrago na sociedade e dentro de cada um, resistindo ao tempo e se apresentando forte nas brincadeiras, nos ensinamentos, nas relações pessoais e até escondido no silêncio.

Pergunta 4- Você conversa com seu filho sobre a discriminação racial e social na escola?

“Sim, sempre que posso converso.” (PR1)

“Sim, converso.” (PR1, PR2, PR6, PR7, PR8, PR9)

“Sim, existe essa conversa.” (PR4, PR5)

3.1.6. Concepção dos Pais sobre se conversa com seu filho sobre a discriminação racial e social na escola

Observa-se que todos os PRs afirmam que conversam com os filhos sobre a discriminação racial e social na escola, tal conduta é essencial, uma vez que é na família que começa a formação da criança, conforme afirma Silva (2018, p.12):

Tomando como base de que a educação fortalece a cidadania, onde se busca o conhecimento que é uma forma de alcançar os objetivos e melhorar a forma em que se vive no mundo, o processo de educação começa com a família, quando os pais ensinam a seus filhos o que julgam ser certo, como devem se comportar, a respeitar as outras pessoas. Ou seja, é na família que se dá o início da formação da criança, onde se processa gradativamente um preparo para que ela viva de maneira harmoniosa individualmente e em sociedade.

Assim, cabe à escola dar continuidade ao processo que a família começou educando a criança e ao adolescente também para a vida, por meio da disciplina, das responsabilidades, do incentivo ao exercício da cidadania, visto que a educação consiste em um processo contínuo que abrange o desenvolvimento pleno de todas as faculdades humanas.

Pergunta 1- Você acredita que existe racismo na escola?

P1: “Sim.”

P2: “Sim, constantemente em todos os níveis da escola.”

3.1.7. Concepção das Professoras quanto ao Processo de Discriminação Racial e Social no âmbito Escolar

Esse resultado demonstra que a existência do racismo na instituição escolar é nítida e observada por todos os sujeitos do contexto escolar que vai dos alunos, pais e responsáveis, até o corpo docente, uma vez que os três grupos entrevistados responderam unanimemente que há racismo na escola.

Para da Silva Gonçalves (2020, p.54) atualmente, é perceptível no cotidiano escolar, que há um aumento das ações racistas e discriminatórias entre os diversos grupos da comunidade escolar. Sendo que essas situações se tornam desafiadores, não apenas para as crianças e suas famílias como também para os profissionais da educação.

Pergunta 2 - Você já presenciou situações racistas na escola?

“Sim. E isso é mais frequente entre alunos dos 6º, 7º anos, na idade da adolescência.” (P1)

“Sim, em sala de aula, no pátio durante o intervalo, nas atividades em geral da escola, e fora da escola.” (P2)

3.1.8. O que dizem as Professoras se presenciou situações racistas na escola

Sendo assim, os docentes devem estar preparados para enfrentarem esses problemas e transformá-los em discussões que permitam reflexões capazes de modificar as condutas preconceituosas em respeito às diversidades. Para Bastos (2022, p.23) é comum que os docentes e alunos presenciem ações racistas dentro do espaço escola, mas o silêncio também é comum, e por vezes frequente, nas relações raciais.

Pergunta 3- Em caso afirmativo, que atitudes tomou?

“Converso com os alunos, explico que é necessário a aceitação do outro, independente de cor, religião, em fim respeitar.” (P1)

“Em sala de aula tive uma conversa com os envolvidos sobre as atitudes dos mesmos, sempre mostrando o quanto é triste ver as ações de racismo entre eles, em alguns casos encaminhei para a orientação escolar.” (P2)

3.1.9. O que dizem as Professoras quais foram às atitudes que tomaram

A postura adotada pelas docentes é coerente, visto que em casos em que ocorre o silenciamento por parte dos professores face as condutas de discriminação racial, a criança além de sofrer com a conduta, nem mesmo é acolhida.

A ausência de atitude por parte dos professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores/as. Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A conivência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial (Cavalleiro citado por Stano, 2018, p. 31).

Destaca-se que a escola, enquanto instituição social responsável pela formação e por assegurar o direito à educação a todos os cidadãos, deverá se apresentar contra toda e qualquer maneira de discriminação. A luta que se enfrenta para superação do racismo e da discriminação racial constitui uma tarefa árdua e necessita a participação de todos os educadores, independente de qual grupo étnico participe.

Pergunta 4- Você costuma discutir sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula?

“Às vezes, mas geralmente quando ocorre algumas situações de discriminação entre os alunos e em datas que remetem ao dia 20 de novembro.” (P1)

“Sim, costumo utilizar textos do livro didático, notícias e reportagens. Ou mesmo alguma situação que aconteceu na escola, e fazemos um levantamento das informações, logo depois começo a indagar questões pertinentes para estimular a fala dos alunos, e fico ouvindo o ponto de vista deles, e se em algum momento um ofende o outro eu interrompo e mostro a situação para que eles entendam que o racismo ele acontece de várias formas.” (P2)

3.1.10. O que dizem as Professoras se costumam discutir sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula

No que se referem às respostas apresentadas pelas professoras, deve-se destacar a importância de temas como racismo e discriminação serem abordados constantemente no espaço escolar, especialmente, naqueles em que a ocorrência de tal fato é rotineira. Dessa forma, as discussões sobre racismo não devem ser realizadas apenas em datas alusivas ou em ocasiões especiais.

Segundo Stano (2018, p.33) ao tratar da educação antirracista para a sala de aula:

É interessante pensar na criação de projetos interdisciplinares que conte com a participação de toda a instituição (professores e alunos), este projeto deve ter como enfoque trabalhar com o preconceito por meio de atividades em classe e extraclasse que envolva pesquisas, registros, debates, palestras, exposições e apresentações para a escola e também para a comunidade. O uso de filmes e desenhos, as histórias infantis, as músicas, as danças, visitas a museus, etc., tudo pode virar instrumento para realização de um trabalho inclusivo, rico e diverso. A promoção de feiras e saraus culturais também são momentos ricos para pesquisa, difusão de conhecimento e valores, estreitar laços de convivência e trabalhar a relações interpessoais. Dessa forma os estereótipos podem ser desconstruídos de forma lúdica e reflexiva e coerente com a proposta educacional

Deve-se destacar ainda, muitos professores não trabalham propriamente com as diversas culturas africanas por não terem grande número de crianças negras em suas salas de aula e findam por trabalhar somente em datas especiais e comemorativas. Tal conduta é tida como errônea e favorece a expansão do preconceito e do racismo. Quanto a esses educadores, Romão citado Stano (2018, p.29) afirma que precisam:

[...] empenhar-se para que a incorporação desses conhecimentos sobre os afro-brasileiros na escola ultrapasse os tópicos especiais e/ou comemorativos. Falar sobre o índio no dia 19 de abril e sobre os afro-brasileiros no dia 13 de maio pouco contribui para que as crianças se compreendam como originárias de povos que estão além da discriminação e da escravização. A visibilidade sobre estes segmentos na sala de aula tem de fazer parte de todas as rotinas escolares.

O racismo é conduta presente e estruturada no país, por essa razão é fundamental que essa pauta seja discutida vastamente e de forma frequente, com o objetivo de erradicar tal conduta no Brasil. É necessário que seja realizado um trabalho pontual e contínuo quanto a esta temática, que produza uma sincronia e naturalidade para os alunos, que os levem a entender o quão errado é a imposição de identidades estereotipadas que a sociedade produz; identidades essas, por diversas vezes, incompreendidas, ainda que sejam incorporadas (Abramovay; Castro, 2006, p.71).

A falta de debates e estudos sobre a diversidade étnica dentro da escola, tanto por parte dos docentes como também da direção escolar e ainda, nas pautas das reuniões pedagógicas, demonstram o despreparo e ausência de cuidado da educação com a temática.

3.2. Dissertar sobre a eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação racial e social.

As perguntas vinculadas ao segundo objetivo específico desta análise que corresponde a dissertar sobre a eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação racial e social, são as perguntas 5 e 6, que terão suas respostas analisadas a seguir.

A pergunta 5 que está relacionada a este objetivo específico questiona se o entrevistado sabe que a discriminação racial é crime e se conhece alguma Lei sobre o tema. Sendo que a pergunta 6, questiona se o entrevistado já presenciou alguma cena na qual a cor negra foi utilizada para agressão verbal e qual seria a opinião do entrevistado sobre tal conduta. Dessa forma, será exposto a concepção dos três grupos de entrevistados quanto as questões 5 e 6, nos próximos tópicos.

Pergunta 5 - Você sabe que discriminação racial é crime? Conhece alguma Lei sobre discriminação racial?

“Sim, já ouviu falar, mas não conhece.” (A1, A9)

“Sim, sabe que é crime, mas não conhece nenhuma lei.” (A2, A4)

“Não conheço, mas sei que é crime.” (A3, A5, A6, A7, A8)

3.2.1. Concepção dos Alunos sobre a Eficácia das Normatizações Voltadas a Contenção e Redução do Preconceito e Discriminação Racial e Social

Observa-se que apesar de todos os alunos saberem que a discriminação racial e social serem crimes, nenhum dos entrevistados soube responder qual seria a lei relacionada à temática.

De acordo com da Silva Gonçalves (2022, p. 161) a discriminação racial, desqualifica e inferioriza alguém ou um grupo em detrimento do outro, havendo leis que reprimem a negação da igualdade e ensinam a sua promoção, como por exemplo, o texto da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Deve-se destacar que a Constituição Federal de 1988, especialmente em seu art. 5^a, XLII, considera a prática do racismo um crime grave e seu dispositivo reconheceu as heranças culturais das populações negra e indígena na construção do país, de acordo com o art. 216, da Constituição.

Assim, é evidente que a norma constitucional é intolerante quanto ao racismo, visto que, após um ano da promulgação da CF/88, a Lei 7.716/89 estabeleceu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor foi publicada. No entanto, observa-se que isto não impediu que o racismo estivesse fora da sociedade brasileira.

Pergunta 6- Você já presenciou alguma cena na qual a cor negra foi usada para agressão verbal? Qual sua opinião em relação a isso?

“Sim, uma vez foi chamado de macaco e ficou quieto, com medo de virar contra ele.” (A1, A8)

“Não, nunca presenciei.” (A2, A3, A4, A6)

“Sim, muito feio, fiquei triste.” (A5, A7, A9)

3.2.2. Concepção dos Alunos se já presenciou alguma cena na qual a cor negra foi usada para agressão verbal e qual sua opinião em relação a isso

Observa-se pelas respostas fornecidas que o infrator não parece se intimidar ao realizar tais ações na presença de terceiros, uma vez que os alunos, em sua maioria, presenciaram a ocorrência de situações racistas com terceiros, que normalmente são seus

amigos. Assim, é nítido que o infrator não tem medo das consequências que seu ato pode gerar, nem vergonha da atitude errada que está tendo.

Ademais, na conduta narrada pelos A1 e A8 a injúria que ocorre quando os indivíduos são chamados de macacos é discriminação racial que possui uma violência simbólica, uma vez que a esses indivíduos são negados a sua humanidade, conforme expõe Munanga citado por Gonçalves (2018, 17).

Neste mesmo sentido, Silva Jr citado por Gonçalves (2018, p. 21) afirma que a discriminação racial é o racismo e o preconceito materializados em ações que desqualificam e menosprezam um grupo em diminuição de outro. No Brasil, como já dito, há leis que vedam a discriminação racial, isto é, a ação de discriminar o outro em razão de suas características étnico-raciais.

Deve-se destacar ainda que muitas vezes os alunos são vítimas de racismo e discriminação e não sabem nem mesmo que tais ofensas são crimes ou condutas erradas, bem como os pais por vezes acreditam que a conduta que deve ser modificada é a do filho que foi vítima e não do ofensor.

Pelo exposto, observa-se que a concepção dos alunos quanto à eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação não surtem os efeitos desejados, visto que constantemente são expostos ou observam a exposição de seus amigos, a situações discriminatórias e racistas.

Pergunta 5- Você conhece alguma lei sobre discriminação racial?

“Sim, art, 1º e 20º da Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, passando a vigorar com a seguinte redação: art. 1º Serão punidos, na forma da Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião procedência nacional.” (PR2)

“Não conheço.” (PR3)

“Sim, a gente tem direito de processar.” (PR1, PR4, PR5, PR6 PR7, PR8, PR9)

3.2.3. Concepção dos Pais sobre a Eficácia das Normatizações Voltadas a Contenção e Redução do Preconceito e Discriminação Racial e Social

Ao analisar as entrevistas realizadas com os pais e responsáveis verifica-se que de 10 entrevistados somente um afirma não conhecer nenhuma legislação sobre o tema.

No que se refere a Lei nº 7.716/89, a mesma estabelece os crimes decorrentes do preconceito de raça, de cor e que ficou conhecida como a Lei Caó, que é o apelido do ex-deputado Carlos Alberto Oliveira dos Santos, jornalista e advogado baiano que identificou sua prática política por meio da luta contra o racismo, sendo um dos principais responsáveis pela consideração do racismo como crime inafiançável e imprescritível, onde o Estado sempre possuirá o direito de vir a julgar e punir.

No entanto, para Guimarães citado por Parmeggiani (2016, p.48):

O racismo brasileiro operou quase sempre, depois da escravidão, por meio de mecanismos de empobrecimento, ou seja, de destituição cultural e econômica dos negros, e de mecanismos de abuso verbal, utilizando-se, sobretudo, dos carismas de classe e cor. Em geral, o racismo brasileiro, quando publicamente expresso, aparece em discursos sobre a inferioridade cultural dos povos africanos e do baixo nível cultural das suas tradições de seus descendentes. Grosso modo, esse racismo atravessou duas grandes fases: a discriminação racial aberta, mas informal e secundada pela discriminação de classe e sexo, que gerava segregação, de fato, em espaços públicos e privados (praças e ruas, clubes sociais, bares e restaurantes, etc.); e a fase atual, em que, com a discriminação e a segregação raciais sob mira, apenas os mecanismos restritos do mercado (discriminação do indivíduo e não de grupos) ou psicológicos, de inferiorização de características individuais (autodiscriminação), permitem a reprodução das desigualdades raciais. Assim, o grande problema para combater ao racismo, consiste na iminência de sua invisibilidade, posto que é reiteradamente negado e confundido com formas de discriminação de classe.

É necessário destacar ainda, que no ano de 2001, quando foi publicado o Plano de Educação Nacional, o Brasil participou da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, sob a responsabilidade da Organização das Nações Unidas, onde o Brasil, com base nos

compromissos assumidos na referida Conferência passou a expressar uma posição de caráter internacional contra o racismo, condenando qualquer situação de inequívoca de sua realização.

Pergunta 6- Seu filho já relatou ter sofrido alguma agressão verbal, em decorrência de sua cor? Qual sua atitude em relação ao ocorrido?

“Ele teve só brincadeiras de colegas, que ele mesmo não se importou.”
(PR2)

“Não, não tenho relatos deles sobre isso.” (PR4, PR5, PR6)

“Meu filho não comentou nada, se ele tivesse sofrido eu ia procurar saber e tomava as devidas providências.” (PR1, PR7)

“Sim, conversei com ele.” (PR3, PR8, PR9)

3.2.4. Concepção dos Pais sobre Seu filho já relatou ter sofrido alguma agressão verbal, em decorrência de sua cor

Nota-se que somente 3 (três) dos entrevistados informaram que ficaram sabendo da ocorrência de agressão verbal em decorrência da cor, sofrida por seus filhos. Quanto a esta pergunta é importante destacar as três respostas abaixo: “Ele teve só brincadeiras de colegas, que ele mesmo não se importou.” (PR2), Já os PR3, PR8 e PR9 relataram que “Sim, conversei com ele.”.

Através das respostas acima, é confirmado, mais uma vez, que os pais e responsáveis não costumam a procurar a equipe pedagógico para solucionar os conflitos raciais existentes na escola, que envolvem seus filhos. Ademais, deve-se destacar a resposta da PR2, que afirma que ocorrem apenas “brincadeiras” de colegas, uma vez que quando se trata de termos ou condutas racistas, não há brincadeiras, mas sim crime, e tal conduta não deve ser tida como irrelevante, pois se não for corrigida, tornará cada vez mais distante a extinção de atitudes racistas em contexto nacional.

Além disso, essas práticas devem ser repudiadas e combatidas diariamente, para que o infrator tenha consciência das ações que tem realizado e da possibilidade de responder pelos seus atos. Combater essas práticas é essencial para que o aluno não se desenvolva acreditando que suas condutas racistas são corretas ou irrelevantes.

Essas respostas reafirmam a posição de Silva (2014, p. 465), de que os pais não sabem qual ação devem tomar quando os filhos sofrem discriminação racial nas escolas, então eles reagem de diversas maneiras como: escutar sem reação, não acreditar que de fato ocorreu, não dar importância ao fato, instruem a criança a revidar, ou reclamam da escola.

Para Parmeggiani (2016, p.51) essas atitudes dos pais refletem revelam seu conformismo com a ideia de que as ações racistas nunca vão acabar ou que sempre irão acontecer, uma vez que não acreditam numa modificação de quadro que esteja hodiernamente configurado e por isto, até sentem pena do que seus filhos, possivelmente, terão que suportar no futuro.

Assim, os pais tendem a falar para os filhos revidarem, não se intimidarem, raramente os responsáveis aconselham os filhos a levar tais informações aos responsáveis na escola, ou até mesmo vão a equipe pedagógica levar tal informação. O que impossibilita a equipe escolar de tentar resolver tal problema.

Dessa maneira, verifica-se a importância de conscientização dos pais quanto as atitudes que devem tomar em situações em que seus filhos relatam situações de discriminação, visto que o auxílio é fundamental para que estes consigam lidar e aprendam a se defender de tais situações, valendo-se da garantia de seus direitos.

Conclui-se assim que a concepção dos pais quanto a eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação racial e social é direcionada ao fato das legislações e políticas públicas aplicáveis não surtirem o efeito necessário, visto que seus filhos são submetidos a situações de discriminação e racismo no espaço, que em regra, deveria ser o local onde seriam aceitos e respeitados, em sua integralidade.

Pergunta 5- Você conhece alguma Lei sobre discriminação racial?

“Sim a Lei 7.716, que trata sobre a discriminação/preconceito/ racial foi criada em 1989. E quem pratica, não pode pagar a fiança, pois é inafiançável.” (P1)

“Sim, mas nunca gravei o número e nem tenho domínio.” (P2)

3.2.5. Concepção das Professoras sobre a Eficácia das Normatizações Voltadas a Contenção e Redução do Preconceito e Discriminação Racial e Social

É possível observar através das respostas obtidas que mesmo sendo de extrema importância a Lei relacionada aos crimes raciais, grande parte dos interessados não a conhecem, nem sabem qual legislação seria essa. Sendo fundamental, a modificação desse cenário para que as vítimas dessa conduta possam cobrar providências e tomar medidas que auxiliem na erradicação desse crime.

Deve-se destacar que a previsão constitucional do crime de racismo e a Lei n. 7.716/1989, correspondem a uma conquista significativa para combater o racismo no Brasil, uma vez que o país é o que possui maior população afrodescendente fora da África, e ainda assim, o negro continua sendo o maior alvo da violência, desigualdade e invisibilidade.

Ressalta-se que a desinformação e a falta de preparo dos docentes para tratar com a tema da discriminação racial, bem como com a legislação é um dos fatores prejudiciais para a erradicação do racismo (Parmeggiani, 2016, p.65).

Pergunta 6- Já presenciou alguma cena na qual a cor negra de um aluno foi usada para agressão verbal? Qual sua ação em relação a isso?

“Sim. Quando iniciei na educação isso era mais frequente. Existiam mais apelidos ofensivos em relação a cor negra. Mas atualmente, com tantas orientações, vejo que é menos: eu falo que as pessoas são diferentes e que o filho herda os traços, no caso da cor e dos pais, tios, avós e que o colega tem uma história, uma identidade religiosa deixada por eles.” (P1)

“Sim, conversei com os envolvidos, como a situação era de briga tive que encaminhar para a orientação da escola, quando os mesmos retornaram para a sala, conversei com cada um em particular, e descobri que eles são queriam atenção e para receber um pouco de carinho, pois, já estavam sofrendo muito com várias questões em casa e na escola, e a atitude de maltratar o próximo foi uma forma de chamar atenção. Já presenciei funcionários sendo racistas com alunos, informei o chefe em atividade, onde ele tomou as devidas providências. Obs. Eu fiquei muito triste quando presenciei o funcionário com essa atitude, conversei depois com o

mesmo, descobri que aquela fala na visão dele é normal nada demais e que pra ele não tem problema nenhum fazer o que fez.” (P2)

3.2.6. Concepção das Professoras se já presenciou alguma cena na qual a cor negra de um aluno foi usada para agressão verbal e qual foi a ação em relação a isso?

Nesta análise observa-se que a P1 afirma que tal conduta era mais comum em anos passados, no entanto, tal informação vai de confronto com as respostas dada em outras perguntas pelos alunos, pais e até mesmo professoras, uma vez que há um consenso nos entrevistados de que ainda há muitas situações racistas no contexto escolar e social com os alunos negros. É evidente que atualmente há maior transmissão de informações quando aos crimes que envolvem a cor dos sujeitos, contudo, tais informações não parecem ser eficazes na extinção dessa conduta.

Quanto a resposta apresentada pela P2, verifica-se que situações racistas ocorrem por diversas situações, inclusive por estruturas familiares abaladas, que não priorizam os filhos ou que não conseguem distancia-los dos conflitos que existem no contexto familiar, tal conduta faz com que os alunos se tornem reativos e procurem aliviar seus sentimentos ofendendo aos colegas.

Deve-se ressaltar que os docentes jamais devem ser omissos diante de ações discriminatórias, minimizaram as ações, por acreditarem que se trata de um comportamento comum dentro da rede dos relacionamentos humanos, uma vez que a omissão impacta profundamente o desenvolvimento dos alunos negros, e indiretamente aos brancos, que percebem certa permissividade que fará com que reproduzam tais ações em outros ambientes (Walter, 2017, p.10).

Destaca-se ainda que as situações racistas no contexto escolar não se limitam a atitudes realizadas somente por alunos. A P2 é clara ao informar que já presenciou situações semelhantes com profissional da escola e que o mesmo não ver que sua atitude era racista. Assim, conclui-se que os crimes raciais não estão relacionados apenas a falta de conhecimento ou de informação, mas estão relacionados ao caráter e a visão distorcida do ofensor. Além disso, é inadmissível que profissionais da educação possuam tal conduta, uma vez que estes são tidos como exemplos para os alunos.

Ao tratar dos sujeitos por quem as crianças negras podem ser discriminadas, Araújo (2012, p.2) afirma que as crianças negras ao serem inseridas na escola encontram um agravante que impossibilita seu pleno desenvolvimento emocional e intelectual logo

que chegam à sala de aula, uma vez que muitas são perseguidas, humilhadas, separadas, excluídas e estigmatizadas por colegas de sala e até por professores.

Quanto a prática discriminatória por parte da equipe escolar, Guimarães e De Rezende Pinto (2016, p.519) afirmam que:

Essas práticas escolares discriminatórias contribuem de maneira prejudicial para a formação do imaginário social dos estudantes negros a respeito de si próprios. Ao não se verem representados, estes passam a sentir-se excluídos da vida social e deixam de se identificar com seu grupo de origem. De forma inversa, como o segmento branco vê-se constantemente representado, seja pela mídia, seja pelos recursos pedagógicos disponíveis na escola, estes sentem-se aceitos e reconhecidos, passando a identificar-se com o meio social no qual estão inseridos.

Nota-se que as práticas discriminatórias, na escola, ultrapassam, o campo pedagógico, diversas vezes nas entrelinhas das relações; contudo, estas práticas estão cheias de uma construção ideológico que distingue os sujeitos de acordo com sua origem étnica. Essa maneira de distinguir as pessoas faz referência a uma ideologia racial que valoriza ou inferioriza os sujeitos, como nos casos de moreninha e branquinha.

Por essa razão, até os dias atuais, ainda se tem uma grande preocupação com os educadores que não conseguiram passar pela academia na sua formação e não estão preparados com estudos e pesquisas para combater a discriminação racial no contexto escola, visto que toda criança tem direito a uma educação de qualidade, onde possa se capacitar para desenvolver suas potencialidades emocionais, intelectuais e sociais.

Destaca-se que compreender como as questões raciais são percebidas pelos agentes escolares é essencial para a encontrar caminhos com a intenção de que o racismo deixe de ser uma ação comum no contexto escolar.

3.3. Relatar as atividades realizadas pela escola Albino Buttner no combate as ações discriminatórias e preconceituosas.

Para verificar quais as atividades realizadas pela escola Albino Buttner no combate as ações discriminatórias e preconceituosas, foram realizadas seguintes perguntas aos alunos:

Pergunta 7: A escola costuma realizar algum tipo de palestra abordando, o tema discriminação racial, ou outros tipos de preconceitos?

Pergunta 8: Seus professores falam sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula?

Pergunta 9: Você acha que a discriminação racial, ou social na escola interfere no processo de aprendizagem do aluno?

Sendo que através das respostas obtidas será possível observar de que forma está sendo realizado o combate das ações discriminatórias e preconceituosas no contexto escolar, bem como se a prática dessas ações tem interferido no processo de aprendizado do aluno.

Para os pais e responsáveis realizou-se as seguintes questões a fim de elucidar este objetivo específico:

Pergunta 7: Você teve conhecimento que a escola iria promover uma palestra abordando o tema discriminação racial, ou outros tipos de preconceitos?

Pergunta 8: Seu filho comenta alguma coisa em relação as atitudes dos professores sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula?

Pergunta 9: Você acha que a discriminação racial ou social na escola interfere no processo de aprendizagem do seu filho?

Dessa forma, buscou-se compreender qual a concepção dos pais quanto a interferência das ações discriminatórias no processo de aprendizagem dos filhos, bem como se o mesmo possui conhecimento das ações que a escola promove para abordar a discriminação racial e outras formas de preconceitos.

Por fim, realizou-se as seguintes perguntas com as docentes da escola:

- Pergunta 7: Você considera importante que a escola promova palestras abordando, o tema discriminação racial ou outros tipos de preconceitos?
- Pergunta 8: Você considera que os professores estão preparados para lidar com esses fatos?

- Pergunta 9: Qual sua opinião em relação a discriminação racial e/ou social na escola? Acredita que estas manifestações interferem no processo de aprendizagem do aluno?

Dessa forma, será possível analisar o ponto de vista dos três grupos de entrevistados, bem como a concepção de cada um sobre a temática abordada, conforme será detalhado nos próximos tópicos separadamente para melhor elucidação de cada ponto de vista exposto. Ademais, a analisar por diversos aspectos proporcionará melhor compreensão de cada contexto e realidade exposta, o que por si só, tende a ser grandemente relevante para o contexto acadêmico.

Pergunta 7- A escola costuma realizar algum tipo de palestra abordando, o tema discriminação racial ou outros tipos de preconceitos?

Não, nunca teve. Mas acha importante para os colegas saberem que é crie.”

(A1)

“Não, nunca assistiu.” (A2, A3, A4, A6, A8)

“Sim.” (A5, A7, A9)

3.3.1. A Concepção dos Alunos no que se refere às Atividades Realizadas pela Escola Albino Buttner no Combate as Ações Discriminatórias e Preconceituosas

No que se refere a realização de palestras sobre esta temática, Tuono e Vaz (2017, p. 11) afirmam que:

Quando observado a presença do preconceito racial no contexto escolar, é essencial que se busque desenvolver projetos, palestras e dinâmicas referentes ao tema. Visto que na prática pedagógica do professor o caminho para o combate do racismo, já que, por meio de sua ação, é possível a reflexão favorecendo a relação democrática étnico-racial entre os alunos.

A importância da realização de palestras está relacionada ao fato de corresponderem a um conjunto de normas, que estabelecem saberes a ensinar e condutas a agregar, e um conjunto de práticas que possibilitam a transferência desses saberes e a agregação desses comportamentos, e que podem ser observados sem que se considere o corpo docente e discente.

Destaca-se que a falta de discussões sobre as diversidades enfraquece o processo de formação de identidade, especialmente dos alunos afrodescendentes, ocasionando-lhes o enfraquecimento do rendimento escolar e privando-lhe de conhecer a sua própria história.

Pergunta 8- Seus professores falam sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula?

“Às vezes, o professor manda ir para a orientação.” (A1)

“Não falam.” (A3, A4, A6, A7)

“Sim, eles falam que não podem.” (A2, A5, A8, A9)

3.3.2. O dizem os Alunos se os seus professores falam sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula

De acordo com a maioria dos alunos os professores não falam sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula, essas atitudes devem ser revistas, uma vez que os professores precisam solidarizar-se com os estudantes negros, valorizando suas reclamações, demonstrando para o aluno ofensor que não concorda com sua ação e fazendo com que compreenda que tal conduta é negativa. Walter (2017, p. 11) alega que existe uma tendência de a culpa dos casos de discriminação serem atribuídos as vítimas, por essa razão é fundamental que a necessidade dos docentes, estarem preparados para lidarem com as situações de racismo, preconceito e discriminação no contexto escolar, especialmente na repreensão de situações que acontecem em sua presença.

Para Peres et. al. (2018, p.8) diversas vezes o preconceito em sala de aula é escondido pelos próprios docentes que preferem se calar ao terem que debaterem a temática ou proporem alternativas para que ele seja extinto. Contudo, tal conduta, caracteriza-se em negação ou apatia dos educadores em buscar soluções para as situações preconceituosas entre os alunos, reforçando os estereótipos e preconceitos, o que finda por prejudica não somente a vítima, mas sim a todos os envolvidos.

Pergunta 9 - Você acha que a discriminação racial, ou social na escola interfere no processo de aprendizagem do aluno?

“Sim, um pouco, a pessoa fica triste.” (A1, A2, A4)

“Não, se acontecer vai avisar a diretora.” (A3, A5, A7)

“Interfere, porque a pessoa não vai se sentir bem.” (A8, A9)

3.3.3. O dizem os Alunos se a discriminação racial, ou social na escola interfere no processo de aprendizagem

Ao apresentar as respostas dos alunos, verifica-se que há um consenso de que estes acreditam que a discriminação interfere no processo de aprendizagem do aluno, segundo os entrevistados tais dificuldades devem surgir porque a vítima fica triste, com medo, não se sente bem ou fica pensando muito nessas situações e esquece das outras coisas. Somente um entrevistado acredita que tais situações não irão influenciar, porque em sua opinião a vítima irá procurar a diretora da escola e relatar o que está ocorrendo.

A concepção dos alunos não está equivocada visto que há pesquisas que apontam que a exposição a situações discriminatórias desenvolve sentimentos negativos e pensamentos de vingança, insegurança, dificuldades de aprendizagem, diminuição do rendimento escolar, dificuldade de se relacionar e outros problemas mais graves.

Sabe-se que a discriminação está em diversos âmbitos e que afeta os sujeitos tanto física quanto psicológica e emocionalmente. Dessa forma, desenvolvendo no sujeito o sentimento de inferioridade, baixa autoestima, tristeza, violência, desvios de conduta, formação debilitada de identidade, bem como dificuldade na aprendizagem, isto é, as causas desses comportamentos provocam impactos nas vítimas e atingem diversos aspectos, não apenas na parte física, mas também em seu psicológico, a sua consciência e formam na vítima uma imagem do seu “eu” de maneira distorcida (Leite, 2017, p. 15).

Sendo assim, é possível observar a discriminação racial tende a impactar negativamente o processo de aprendizagem dos alunos, pois provoca dificuldades de aprendizagem, bem como altera comportamentos, gera isolamento e distanciamento do contato com os colegas da sala e professores. A discriminação produz diversas consequências no desenvolvimento e no aprendizado dos alunos que sofrem com este tipo de agressão, visto que a instituição é a responsável pelo processo de socialização, sendo de suma relevância representar as relações dos alunos, demonstrando as diferenças de culturais, sociais e raciais.

Pergunta 7- Você teve conhecimento que a escola iria promover uma palestra abordando, o tema discriminação racial, ou outros tipos de preconceitos?

“Não, nunca fui informada, nem tenho conhecimento.” (PR1, PR2, PR3, PR4,)

“Nunca me falaram sobre isso.” (PR5, PR6, PR8, PR9)

“Não fiquei sabendo não, acho muito bom pra investir para evitar que venha acontecer coisa pior.” (PR7)

3.3.4. A Concepção dos Pais e Responsáveis no que se refere às Atividades Realizadas pela Escola Albino Buttner no Combate as Ações Discriminatórias e Preconceituosas

Pode-se observar que é unânime entre os pais e responsáveis a ausência da promoção de palestras que tenham como tema a discriminação racial e outras formas de preconceitos, assim como é possível observar que para PR7, a realização de palestras seria um fato positivo e que possivelmente evitaria que as situações racistas ou discriminatórias se agravassem e fossem evitadas.

Deve-se destacar que a realização de palestras possibilita o profundo conhecimento e a interação com a temática, além de procurar estabelecer a interdisciplinaridade na escola.

Para Jesus (2015, p. 19) o racismo precisa continuar sendo combatido, visto que sempre há discussões, isolamentos, discriminações raciais, xingamentos e até agressões físicas em razão da condição do aluno ser tida como distinta, conseqüentemente, a realização de discussões e palestras se tornam muito válidas, fazendo com que as situações se tornem mais toleráveis entre os indivíduos, para eles sabiam que são equânimes.

Além disso, a realização de palestras faz com que os participantes aumentam seus conhecimentos e reflexões quanto ao assunto tratado, uma vez que, gera discussões capazes de extinguir as discriminações por meio do profissional que estará intermediando a palestra.

Pergunta 8- Seu filho comenta alguma coisa em relação as atitudes dos professores sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula?

“Sim, ele comenta sobre as atitudes dos professores.” (PR1, PR6, PR7)

“Não.” (PR2, PR3, PR5, PR8, PR9)

“Nunca.” (PR4)

3.3.5. A Concepção dos Pais e Responsáveis no que se refere se o filho comenta alguma coisa em relação as atitudes dos professores sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula

A maior parte dos pais responderam negativamente, alegam que os filhos não comentam sobre as atitudes dos professores sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula, ou seja, o resultado é semelhante ao respondido pelos alunos nesta mesma pergunta. Tal conduta, ressalta a relevância dos professores tratarem sobre as ações discriminatórias que envolvem seus alunos.

Deve-se destacar que é fundamental que os professores repreendam os alunos, que pratiquem ações discriminatórias, promovendo ainda debates e reflexões que contribuam com o combate do racismo e apregoem os Direitos Humanos, a cidadania e a paz nas instituições escolares para que os estudantes se tornem combatentes das injustiças sociais no que se refere ao racismo (Jesus, 2015, p. 19).

No que se refere a atitude dos professores, Jesus (2015, p.21) afirma que o professor deve utilizar a escolar para construir o conhecimento e não somente divulgar conteúdos já prontos. Assim, não deve o professor, somente repreender os alunos quando forem vistos tendo atos preconceituosos ou ações discriminatórias, o professor deve ensinar sobre o preconceito e a discriminação racial, social e cultural. Neste sentido, Jesus (2015, p. 23) afirma que:

Um grande erro nas concepções dos educadores ao expor um conteúdo é que eles já partem do conceito e este é o último que deve ser formado pelo aluno, assim sendo, professor deve conversar com os discentes. Perguntar lhes se já ouviram falar sobre o assunto, se já leram ou sabem a respeito daquele conteúdo apresentado, senão, o docente será apenas um pulverizador de conhecimentos selecionados em gabinetes com ar condicionado e sem saber até mesmo a realidade da sala de aula e o aluno vai se sentir como um gravador, repetindo o que foi lido ou falado pelo professor, um simples memorizador de fórmula.

Tal conduta é fundamental, uma vez que se os professores e a equipe escolar só repreenderem os alunos, sem lhes mostrarem onde estão os seus erros, o porquê de tal conduta ser tida como errada, corre-se o risco de os alunos não pararem com os seus atos,

visto que não conseguem visualizar como tal conduta pode ser tão maléfica para aqueles que sofrem com suas ações.

Além disso, Clasto e Toniosso (2018, p. 5) apontam que quando há silêncio em situações que envolvem discriminação racial, preconceitos e racismo nas escolas, favorece a ideia de que os negros são inferiores aos brancos e que esta prática é correta e admitida no ambiente.

Pergunta 9- Você acha que a discriminação racial ou social na escola interfere no processo de aprendizagem do seu filho?

“Não, pois meu filho não se importa com comentários.” (PR2)

“Com certeza interfere.” (PR3, PR4, PR7, PR8, PR9)

“Acredito que sim, pois são crianças e ficam chateadas com essas situações.” (PR1, PR5, PR6)

3.3.6. O que os Pais e Responsáveis acham no que se refere a discriminação racial ou social na escola interfere no processo de aprendizagem do seu filho

Verifica-se que a maioria dos pais e responsáveis acreditam que a discriminação racial e social interfere no processo de aprendizagem dos alunos, uma vez que esses atos influenciam no comportamento da criança, as deixam chateadas, etc.

No entanto, chama atenção a resposta apresentada por PR2, ao afirmar que não interfere, pois, seu filho não se importa com os comentários feitos. Tal atenção se dar, visto que as respostas desta entrevistada quanto às ações discriminatórias, sempre apontam que o filho não as levou a sério ou não se importou, que não se tratam de ações discriminatórias, mas sim brincadeiras.

É preciso, cautela para se distinguir brincadeiras de atitudes discriminatórias, em razão das consequências que estas podem ocasionar aos que estão sendo tidos como chacotas, diminuídos e ao final, dizem que não passam de brincadeiras. Em todos os aspectos da vida existem limites que não devem ser ultrapassados. Brincadeiras de cunho racistas, discriminatórias, vexatórias, humilhantes, jamais devem ser admitidas em nenhum ambiente.

Quanto aos casos de preconceito disfarçados de brincadeiras, Clasto e Toniosso (2018, p.8) alegam que:

A reprodução do preconceito se manifesta incansavelmente na linguagem escolar, tanto dos alunos, como dos professores, gestores e todos os funcionários da educação. E muitas das vezes, as atitudes racistas que se dão no interior da sala de aula não são levadas a sério. São provocações, piadinhas e apelidos — geralmente “amenizados” por sorrisos — e que terminam sendo vistos como “brincadeiras” e não como afronta e desrespeito que precisam ser considerados.

Por vezes, o que se vê, não se trata de brincadeiras, mas de um preconceito naturalizado, quanto a isso Silva (2020, p. 10) aponta que:

As discussões sobre preconceito racial estão presentes em toda a sociedade, como em salas de aula e no trabalho, ainda nos dias atuais há quem defenda a inexistência deste, tornando-o velado. Levando muitas pessoas a afirmarem que não existe discriminação racial no Brasil e outras não se dão conta do seu preconceito naturalizado, e isso é muito pertinente de ser discutido em vários espaços sociais, principalmente no cotidiano escolar por influenciar negativamente no processo de ensino e aprendizagem e na vida do aluno.

Observa-se que Silva (2020, p. 11) também aponta que os casos de discriminação racial e preconceito influencia negativamente no processo de ensino e aprendizagem, bem como na vida do aluno.

Neste mesmo sentido Clasto e Toniosso (2018, p. 9) apontam que a discriminação racial presente nas escolas ocasiona nos estudantes uma variedade de dificuldades e repulsa, impactando no seu processo de ensino aprendizagem, no desenvolvimento e construção da sua personalidade. Os autores citam ainda Cavalleiro (2005, p. 99) que aponta entre os efeitos da discriminação racial no contexto escolar, a baixa autoestima com falta de reconhecimento de capacidade pessoal, dificuldades no processo de aprendizagem, falta de interesse de ir à escola, evasão escolar, dentre outras.

Pergunta 7- Você considera importante que a escola promova palestra abordando, o tema discriminação racial, ou outros tipos de preconceitos?

“Sim. Porque a escola possui papel importante no intuito de encontrar meios para orientar alunos, professores, pais de alunos e demais funcionários da escola, que todos compreendam melhor sobre esse

assunto, assim como as consequências geradas por quem sofre, e sobretudo, que encontrem um meio de combater a discriminação e preconceito.” (P1)

“Sim, de suma importância, pois, os alunos e os profissionais da escola aprendem bem mais quando se é trabalhado assuntos como a discriminação racial, principalmente quando o assunto é trabalhado de forma diferenciada como teatro e filmes.” (P2)

3.3.7. O que as Professoras consideram importantes que a escola promova palestra abordando, o tema discriminação racial, ou outros tipos de preconceitos

Observa-se que as docentes concordam que a realização de palestras é fundamental para conscientizar não apenas os alunos, como também professores, pais e demais funcionários da escola. Neste sentido, Leite (2017, p.9) defende que quando o gestor é consciente do preconceito racial existente na escola, é fundamental que, além dos projetos, procure-se algo positivo para a conscientização, e junto com a equipe pedagógica, possam realizar palestras, mesas-redondas e nelas terem representantes da comunidade afrodescendentes para demonstrar suas ideais e convicções.

É essencial que seja introduzido periodicamente discussões sobre as relações étnico-raciais, possuindo como enquadramento a história e cultura dos afrodescendentes, o que possivelmente impulsionará transformações relevantes no que se refere ao reconhecimento da diversidade.

Nesta seara, da Silva Gonçalves (2022, p.165) afirma que para isso:

Criar fóruns de discussão, rodas de conversas, palestras e debates sobre o tema, para sensibilização e valorização de todos. Logo, o intuito é contribuir com as famílias para uma maior compreensão da importância da luta contra o racismo em todos os espaços da sociedade.

Sendo assim, é nítido a relevância de se realizar palestras no âmbito escolar, para conscientização do racismo, discriminação racial e/ou social e demais preconceitos, sendo que tal conscientização não deve ser somente direcionada aos alunos, mas para os pais, docentes e todo o corpo pedagógico. Tal relevância é justificada diante dos casos de discriminações que ocorrem no contexto escolar, bem como pela necessidade de conscientizar e ensinar a vítima e o ofensor.

Pergunta 8- Você considera que os professores estão preparados para lidar com esses fatos?

“Nem todos. O professor possui um papel de grande importância para mediar vários assuntos na sala de aula, mais nem todos ampliam os conhecimentos para falar com segurança sobre preconceito, discriminação, entre outros.” (P1)

“Nem sempre, pois, vários dos próprios professores tem sofrido com racismo em sala e na sua vida cotidiana, e acaba algumas vezes sendo indiferente com a situação. Quase sempre temos a atitude de levar aos orientadores as questões ocorridas em sala de aula, pois, sabemos que eles têm mais habilidades de conversar e orientar os alunos.” (P2)

3.3.8. O que as Professoras acham se os professores estão preparados para lidar com esses fatos

Verifica-se que tanto P1 como P2 afirmam que nem todos os professores estão preparados para lidar com a discriminação racial e/ou social na escola. A resposta apresentada por P1, chama atenção no que se refere ao fato da docente afirmar que nem todos os docentes aperfeiçoam seus conhecimentos para tratar com segurança os temas.

Tal fato apresentado consiste em uma realidade, uma vez que na própria formação docente não se dá a atenção devida as questões relacionadas ao étnico-racial no espaço-escola, o que atrapalha o desempenho dos professores.

No que se refere a preparação dos docentes para lidar com essas condutas, Jesus (2015, p.29) afirma que: “a multiplicidade e a diversidade existem onde os sujeitos têm suas fragilidades perante o racismo e os profissionais da educação não são ainda formados para combater tal problema, falam apenas superficialmente.”

Para Jesus (2015, p. 30) é possível que a discriminação racial e social, no âmbito escolar, seja erradicada por meio da formação profissional do educador, uma vez que esta gera conhecimentos e reflexões, possibilita discussões políticas e a criação de uma sociedade democrática.

A desigualdade racial no âmbito escolar pode ser vista, em partes, como resultado do não-investimento em uma escola pública de qualidade, em formação de qualidade para seus professores, na qual esses professores, em razão de não possuírem uma formação tão

crítica e direcionada aos temas raciais, não estão preparados para enfrentar essas diversidades.

No que se refere a resposta apresentada pela P2, destaca-se que a mesma alega que os próprios professores são vítimas de ações discriminatórias, na sala de aula e em sua vida cotidiana, além disso, a professora afirma que comumente as questões de racismo e discriminação são encaminhadas a orientação, que possui mais habilidade para tratar o assunto.

De maneira geral, Stano (2018, p. 11) afirma que os cursos de formação docente ainda não tratam de forma satisfatória e inclusiva a diversidade étnico-racial, razão que aumenta o preconceito racial encontrado hoje no contexto escolar e em todas as esferas da sociedade.

Nota-se assim, que o racismo e a discriminação racial e social, não estão vinculados a pouca idade, ou baixo nível de instrução, uma vez que até os professores estão passíveis de sofrerem com tais ações.

O racismo e a discriminação racial são males enraizados na sociedade brasileira desde seus primórdios, e é necessário um grande trabalho de conscientização para mudar este cenário, uma vez que os males provocados por ele são os mais diversos possíveis.

Pergunta 9- Qual sua opinião em a discriminação racial e/ou social na escola? Acredita que estas manifestações interferem no processo de aprendizagem do aluno?

“A minha opinião é que a discriminação social/ racial existe no Brasil há séculos. E essa exclusão baseada na cor, raça, descendência étnica precisa ser abolida urgente, pois no Brasil, mesmo com a Lei Áurea, em 1888, ainda são notáveis a discriminação e o preconceito ligados, as vezes a cor.
(P1)

Se interfere na aprendizagem do aluno? Sim. É um dos impactos mais visíveis é a dificuldade para o aluno interagir com os colegas no dia a dia em sala de aula, mas brincadeiras fora de sala de aula e acredito que fora do ambiente escolar também. [...] As escolas precisam trabalhar mais sobre o assunto de maneira interdisciplinar, apresentar as consequências que a discriminação causa na vida de uma pessoa, divulgar mais livros com o assunto, mostrar o início de tudo desde 1501 com a exploração do Brasil

em relação aos negros trazidos da África, questionar o porquê e não virem pessoas brancas, enfim, encontrar meios que essas informações também cheguem até as famílias dos alunos.” (P1)

“Infelizmente interfere muito na aprendizagem dos alunos, pois, gera conflitos e travas emocionais, onde os alunos pode se torna oprimido e se sentir incapaz de realizar as atividades tanto em sala de aula quanto na sua vida, ou gerar ações de violência com todos em volta criando vários conflitos no cotidiano. Nos dois casos o aprendizado vai ser comprometido, pois, nem sempre os mesmos vão conseguir ter um bom rendimento escolar. (PR2)

Na sua opinião o que você pode fazer para diminuir o racismo no âmbito escolar? Deveria estudar mais sobre as leis para identificar toda vez que o racismo for realizado, para melhorar a convivência entre os alunos e os profissionais da escola, existem lados nessa questão, o lado que sofre racismo, que faz o racismo e o que sofre e faz o racismo, então ainda mi sinto despreparada para dar suporte para a sociedade escolar.” (PR2)

3.3.9. O que as Professoras acham sobre a discriminação racial e/ou social na escola e o que elas acreditam que estas manifestações interferem no processo de aprendizagem do aluno

Nessas respostas observa-se que ambas as professoras acreditam que a discriminação interfere negativamente na aprendizagem dos alunos, bem como em todos os aspectos da vida destes, visto que gera sentimentos negativos no aluno, como de se sentir incapaz até mesmo de realizar as atividades escolares.

Destaca-se que a P1, defende que a discriminação deve ser abolida do contexto social o quanto antes, em razão dos males que ela causa a sociedade, bem como alega já ter sofrido situações discriminatórias desde sua infância.

Já a P2, afirma que não se sentem preparada para lidar com as situações discriminatórias que ocorrem na escola e reconhece que deveria se preparar mais para tais ocasiões.

No que se refere a dificuldade apresentada pela docente, da Silva Gonçalves (2022, p.168-169) aponta que:

As dificuldades para tratar desses temas em sala de aula são reais. Para que a escola e a sociedade cumpram o papel na superação da discriminação e do racismo, não basta apenas falar sobre o assunto ou denunciar a sua prática, porém mesmo sendo difícil e complexo esse tema é um mobilizador de força, que impulsiona a reflexão sobre a necessidade da sua releitura no campo educacional. Ainda, a ausência de uma discussão antirracista, ou seja, o não falar sobre o preconceito e a discriminação racial, é mais fácil e cômoda, mas impede a promoção da igualdade entre os profissionais da educação, as crianças e suas famílias.

Nas pesquisas realizadas por Leite (2017, p.5) o resultado é semelhante, 83% (oitenta e três por cento) dos docentes entrevistados afirmaram que o preconceito e a discriminação racial afetam negativamente o aprendizado e comportamento dos alunos que são submetidos a tais ações.

No que se refere ao processo de aprendizado dos alunos que sofrem discriminação racial, Walter (2017, p.11) afirma que:

Minha trajetória como docente tem mostrado que os alunos afrodescendentes muitas vezes enfrentam uma série de dificuldades na sua trajetória escolar expressas em última instância pelo alto índice de repetência e evasão.

Para Leite (2017, p.5) a discriminação racial e/ou social compromete o processo de aprendizagem, uma vez que faz com que o rendimento escolar do aluno caía, em razão do grande abalo ao qual este é submetido.

Neste sentido, Marques et. al. (2014, p.18) afirma que:

Essas dificuldades permanecem em toda a trajetória escolar dos alunos negros e comprovada anualmente pelos institutos de pesquisas oficiais, e, também pelos pesquisadores da área. Dados do IBGE mostram que a distorção entre a idade série de estudantes negros e brancos ainda é grande. Enquanto apenas 4,5% dos estudantes brancos de 18 a 24 anos ainda tentam terminar o ensino fundamental e grande maioria (65,7%) já cursa o ensino superior, 11,8% dos jovens pretos e pardos frequentam o ensino fundamental. A maioria (45,2%) ainda está no ensino médio e 35,8% chegou à faculdade.

Sendo assim, é notória a relação entre o baixo rendimento escolar e a exposição a ações discriminatórias, havendo diversas discussões que apontam a relação entre o baixo

rendimento escolar e as ações discriminatórias as quais os alunos são expostos, sendo essencial que tais práticas sejam extintas do contexto social, com maior brevidade possível.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

A presente pesquisa foi realizada na Escola Albino Buttner, com os alunos dos 6º anos e retratou a realidade de muitos deles, no que diz respeito a exposição a situações discriminatórias raciais e/ou sociais, de acordo com o apontado nas perguntas e respostas fornecidas ao questionário apresentado.

Partindo da problemática central: De que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º (sexto) ano do Ensino Fundamental? A dissertação objetivou analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do Ensino Fundamental. Sendo tal propósito atingido por meio do estudo de caso, que utilizou as entrevistas realizadas com 9 (nove) alunos, 9 (nove) pais e/ou responsáveis e 2 docentes da referida Escola.

Os resultados apontaram que apesar de a discriminação racial ser um problema social que se perpetua até a atualidade, a temática mesmo sendo conhecida, é pouco abordada no contexto escolar. Além disso, é perceptível a falta de preparo dos profissionais da educação em lidar com os temas advindos do preconceito, racismo e discriminação racial e/ou social, o que finda por impactar na concepção dos alunos sobre o assunto.

Através das entrevistas realizadas, verificou-se que há uma presença constante de discriminação racial na escola, especialmente, no que se refere ao tom de pele, o que gera diversos tipos de ofensas entre os alunos, onde muitos acreditam que tais ações são brincadeiras, outras alegam que se incomodam com a situação, mas não ligam para o que eles escutam.

A falta de debates e exposições sobre a temática favorece o cenário atual da escola, em que muitas vítimas de discriminação racial e/ou social, inclusive, pais e professores, acreditem que as ações não passam de brincadeiras. No decorrer da pesquisa, observaram-se algumas visões de pais e alunos, sobre atitudes discriminatórias, que estes consideraram como brincadeiras, e por essa razão não levaram tais ofensas ao conhecimento da equipe pedagógica para que esta tomasse as providências devidas.

CONCLUSÕES

Observou-se assim, que ainda há muitas dúvidas sobre o assunto, bem como falta de informação do que seriam as ações discriminatórias, quais atitudes devem ser tomadas, de que forma deve-se acolher a vítima de tais ações, bem como de que maneira proceder com o infrator, sendo que tais dúvidas iniciam-se na equipe pedagógica, passam pelos alunos e vão até os pais.

É perceptível com as respostas apresentadas que a comunidade escolar, ainda não entende o que é o racismo, a discriminação racial e/ou social e preconceito, nem conseguem diferenciar ações racistas, discriminatórias e preconceituosas de brincadeiras.

Além disso, tanto os pais como os alunos não possuem conhecimento sobre nenhuma legislação que trate sobre esta temática, prejudicando assim o exercício de seus direitos, assim como, são poucos os que alegam que a Escola forneceu, seja em sala de aula, reuniões, ou palestras, informações sobre a temática.

Dessa forma, observa-se que a escola precisa realizar mais ações de combate ao preconceito, discriminação e racial, de forma que possibilite o entendimento dos alunos quanto a prática de seus atos, bem como de seus direitos, uma vez que o processo discriminatório somente é considerado no mês de novembro.

Assim, os alunos dos 6º anos, chegam das escolas anteriores, de 1º ao 5º, sem esse conhecimento, e tal situação se perpetua no decorrer do 6º ano, com os alunos sem compreenderem o que, de fato, é o racismo.

Por fim, destaca-se a importância de combater o racismo durante todo o ano letivo, haja vista, suas consequências para toda a comunidade escolar, especialmente, aos alunos que a ele são submetidos, posto que, como demonstrado às situações discriminatórias prejudicam o processo de aprendizagem do aluno e todo o seu contexto de vida, gerando consequências que irão lhe acompanhar por muitos anos.

PROPOSTAS

As propostas desta pesquisa estão direcionadas a todos os profissionais da escola estadual Albino Buttner, em especial a gestão da escolar e os docentes da instituição de ensino, para que as ações alcancem o objetivo a fim, extinguir com a discriminação racial e social dentro da escola, respeitando as diferenças de cada um, independente de raça ou posição social.

O que se pretende é elaborar um projeto de ações de combate à discriminação racial e social na escola bimestralmente ou sempre que necessário.

Assim, as primeiras medidas emergenciais são necessárias para conscientização de todos os servidores e professores da importância de estarmos todos atentos a qual quer manifestação de discriminação no ambiente escolar, dentro ou fora de sala e aula. Desenvolver de formação continuada, palestras, seminários, produção de material próprio, que poderão contribuir para que todos os alunos saibam se defender dos atos discriminatórios que possam sofrer.

Frente aos resultados da pesquisa, são necessárias algumas recomendações para combater a discriminação sofridas pelos alunos do 6º ano.

Assim sendo, recomenda-se:

- 1- Atividades pedagógicas esclarecedoras sobre as práticas de manifestações discriminatórias no âmbito escolar;
- 2- a criação na escola de grupos formados por alunos da própria escola para discussão permanentes na escola, entre equipe pedagógica, docentes e discentes; entre professores e alunos, entre alunos e professores.
- 3- estabelecer no Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno da escola projeto de combater a discriminação racial e social na escola Albino Buttner.

E, para a efetivação das recomendações, são necessárias ações para cada um dos objetos propostos:

- 1- discussões sempre que necessários em reuniões pedagógicas, com exposição de fatos ocorridos no âmbito escolar, exposição das ações tomadas no momento do ocorrido. - Uma vez estabelecido no PPP, os projetos devem ser desenvolvidos pela própria e um planejamento anual com metas e objetivos claros que visem o conhecimento da escola dentro dos parâmetros legais, assim, como a troca de experiências e o aprofundamento ativo no processo de discriminatórios.
- 2- discutir em sala de aula as práticas discriminatórias, as formas de manifestações, penalidades e suas consequências e na vida de cada um.
- 3- estabelecer um mês para a exposição de trabalhos, oficina, seminário que abra na escola reflexões, reclamações e sugestões de alternativas para a efetividade do combate a discriminação racial e social no âmbito escolar. - Previsto nos projetos interno da escola.

Além disso, pode-se observar por meio desta pesquisa que a maioria dos alunos entrevistados acham que a discriminação que sofreram é uma brincadeira, ou quando acham que é discriminação, não se importam. Pelos dados levantados durante a pesquisa, o papel fundamental da escola é ser pioneira no fim do preconceito e da discriminação, produzindo cidadãos que respeitam as pessoas independentes de cor, posição social, religião ou gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, M., Avancini, M., & Oliveira, H. (2002). *O bê-a-bá da intolerância e da discriminação*. Brasília, DF: Unicef. Disponível em: <
https://www.prattein.com.br/home/images/stories/230813/Educacao/Violncia_nas_escolas_-_Abramovay.pdf> Acesso em 11 mar. 2023.
- Abramovey, M; Castro, M. G. (2006). *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasil: UNESCO.
- Algarve, V. A. (2004). Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?
- Almeida, C.N. (2016). Racismo na escola e a Lei 10.639/2003: algumas reflexões. *Revista Paraibana de História*. Ano II, n. 2, 1º Semestre. Jan – Jul /pp. 26-48. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Jacobina – Bahia.
- Almeida, Silvio L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento.
- Alvarenga, E.M. de. (2019). *Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa*. Normas e técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Versão em português: Cesar Amarilha. (2ª ed). pp.51-53 Assunção, Paraguai.
- Antunes, C. (1998). *As inteligências múltiplas e seus estímulos*. 11. ed. p. 35. Campinas: Papirus.
- Araújo, I. A. D. (2012). Discriminação racial em sala de aula. *Educação para as relações étnico-raciais: outras perspectivas para o Brasil*.
- Araújo, A. B. (2020). Educação como prática democrática versus monitoramento da qualidade da educação em Minas Gerais. *Revista Educação e Políticas em Debate*.
- Batista, M.H. (2018). Ausência da construção da identidade racial da criança negra no contexto escolar. Mato Grosso: UFMT
- Bastos, L. G. F. (2022). *Discriminação racial no contexto escolar: uma pesquisa bibliográfica*. Disponível em: <
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/251963/001154097.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>> Acesso: 10 de mar. 2023.
- Beltrão, M.F.M; Souza, L.B. de. (2017). *Diversidade cultural no contexto escolar*. Faculdade de Estudos Sociais Aplicados de Viana (FESFAV). pp. 1-10. Viana-ES,
- Bitencourt, C.R. (2019). *Tratado de direito penal - parte geral*. 25. ed. p. 186. São Paulo: Saraiva.

- Boehm, C. (2017). *Não é “ideologia de gênero”, é educação e deve ser discutido nas escolas, diz pesquisadora*. Educação questão de gênero, Agência Brasil. Disponível em <https://www.geledes.org.br/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas-escolas-diz-pesquisadora/> acesso em 23 de jul de 2020.
- Brandão, C.R. (2016). *Identidade e Etnia*. S. Paulo, Ed. Brasiliense. p.24.
- Brandão, A. P: *Saberes e fazeres*, v.2: modos de sentir. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 76p: il. color. (A cor da cultura)
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Título II: Dos direitos e garantias fundamentais. Capítulo II: dos direitos sociais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23 maio 2020.
- _____. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Título VIII: Da Ordem Social Capítulo II Da Seguridade Social Seção I Disposições Gerais. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_194_.asp. Acesso em 29 maio 2020.
- _____. (1888). *Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888*: declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm). Acesso em 24 de maio 2020.
- _____. (1989). *Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em 16 de jul de 2020
- _____. (1997). *Lei n.º 9.459 de 13 de maio de 1997*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm. Acesso em 19 de jul de 2020.
- _____. (1940). *Decreto – Lei n.º2.484 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal brasileiro*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/lei/del2848compilado.htm Acesso em 19 de agosto de 2020
- _____. (1942). *Decreto –Lei n.º4.657 de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro*. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm. Acesso em 27 de setembro de 2020.
- _____. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Disponível: www.mec.gov.br. Acesso em: 25 de julho de 2020.
- _____. (1989). *Estatuto da igualdade Racial*; altera as Leis n. 7.716 de 5 de janeiro.
- _____. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SE
- _____. (2003). *Legislação Informatizada – Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro*. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

- _____. (2004). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília.
- _____. (2015). Lei 13185/15, Combate a intimidação Sistemática (*Bullying*). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm acesso em 20 de set de 2020.
- Campos, A.C. (2017). *População Brasileira é formada basicamente de pardos e brancos, mostra IBGE*. Agência Brasil. Publicado em 2017. p. 17. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em 20 de jul de 2020
- Camargo, E.P. (2019). *Saberes docentes para a inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de física* São Paulo: Editora UNESP.
- Camargo, E.P. de. (2017) *Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces*. Ciências e Educação. Vol. 23. Bauru-SP.
- Capez, F. (2020). *Curso de direito penal 1 - parte geral*. 24. ed. p. 254. São Paulo: Saraiva,
- Carmichael, S.; Hamilton, C. (1967). *Black power: the politics of liberation in America*. New York: Vintage.
- Cavalleiro, Eliane (2001). *Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus.
- Cavalleiro. E. (2014). *Do Silêncio do lar, ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.*, São Paulo: Contexto.
- Cerqueira, W. de. (2018). *IDH no Brasil*. *Revista Brasil Escola on line*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/o-idh-no-brasil.htm>. Acesso em 19 de jul de 2020
- Clasto, Daiana da Costa; Tonioso, José Pedro. (2018). Discriminação racial: reflexos no processo de ensino aprendizagem e na construção identitária do Alemo. *Cadernos de Educação Ensino e Sociedade*. Bebedouro, SP. pp. 129-149
- Colchesqui, Mariana Nassar Costa.(2015). [eko1py0vmKWvZxw_2015-12-10-15- 8-31.pdf \(revista.inf.br\)](#).
- Cunha, J.A. (2018). *Psicodiagnóstico-V*. 5 a ed. p. 24. Porto Alegre: Artmed.
- Cury, A. (2018). *Pais Brilhantes, Professores Fascinantes*. 1º ed. pp.35-39. Sextante. RJ da Silva Gonçalves, L. C. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO NAS ESCOLAS E NA SOCIEDADE. *evolucione*, 165.

- Fera, M.A. (2018). *O que é o racismo institucional?* (5 min 41 s). Youtube Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K177pV862FQ>. Acesso em 23 jul de 2020.
- Ferri, G.; Fernandes, P.H.C. (2016). *Diversidade cultural no contexto escolar do ensino fundamental*. Vol. I. ISBN978-85-8015-093-3. Cadernos PDE. Paraná.
- Filho, A. de S.S. (2018). *Estudo da Legislação Penal de Combate ao Racismo*. Disponível em <http://www.mpsp.mp.br>. p. 12. Acesso em 19 de jul de 2020
- Frayze, P.J.A. (2014). *A Tentação do Ambíguo*. São Paulo. p.23. Ed. Ática.
- Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.
- Brito, C. (2018). *TER-Rj diz que tirou cartazes de universidade pública porque 'não é permitida a propaganda eleitoral'; alunos protestam*. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/26/tre-rj-diz-que-tirou-cartazes-de-universidade-publica-porque-nao-e-permitida-a-propaganda-eleitoral-ou-partidaria-bens-de-uso-comum.ghtml>. Acesso 15 de agosto de 2020.
- Gentili, P. Alencar, C. (2015). *Educar na esperança em tempos em termos de desencanto*. Petrópolis: Vozes.
- Gonçalves, F.L. da C. (2018). *O papel da escola na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação: a fomentação profissional dos educadores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Presidente Castelo Branco*. Brasil Escola. p. 32. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/o-papel-escola-na-desconstrucao-racismo-preconceito.htm>. Acesso em 24 maio 2020.
- Goularte, R. dá S. Melo, K.R. (2013). *A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental*. Revista Científica do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. pp. 15-16. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16035#:~:text=A%20Lei%2011.645%2F2008%20altera,afro%2Dbrasileira%20e%20ind%C3%ADg%20ena%E2%80%9D>. Acesso em 25 de jul de 2020.
- Guimarães, A.S.A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 2. ed. pp. 15-16. São Paulo: Editora 34.
- Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Antirracismo no Brasil*.3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- Guimarães, A. C. (2010). *Vivências de discriminação racial na escola pública de um grupo de jovens negros* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-08112013-153732/publico/Adriana_Cristina_Guimaraes_Mestrado.pdf>. Acesso em 13 de mar. 2023.

- Guimarães, C. (2016). O ensino público no Brasil: ruim, desigual e estagnado. *Revista Época on-line*. Publicado em janeiro. p. 19. Disponível em <https://epoca.globo.com/> Acesso em 20 de jul de 2020.
- Guimarães, A. C., & de Rezende Pinto, J. M. (2016). Discriminação racial na escola: Vivências de jovens negros. *Revista Digital de Direito Administrativo*, 3(3), 512-524. Disponível em: <
<https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115745/116690>> Acesso em 09 de mar. 2023.
- Ibge. (2018). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico - Populações nos censos demográficos por situação do domicílio*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1288>. Acesso em jul. de 2020.
- Jesus, W. O. D. (2015). *Preconceito racial: estudo crítico-reflexivo da obra literária A Escrava Isaura de Bernardo Guimarães*. Disponível em: <
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14455/1/2015_WilsonOsmardeJesus_tcc.pdf>
Acesso em 09 mar. 2023.
- Leite, M.P. (2014). *Preconceito racial e racismo Institucional no Brasil*. Le Monde Diplomatique Brasil. p. 14. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/preconceito-racial-e-racismo-institucional-no-brasil/>. Acesso em: 16 maio 2020.
- Leite, M. J. D. S. (2017). *Discriminação racial, preconceito e racismo no processo de ensino e aprendizagem*.
- Libâneo, J.C. (2000). *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 4ª ed. p.33. São Paulo: Cortez.
- Lima, M. (2003). O legado de Oracy Nogueira ao estudo das relações raciais. *Tempo Social* v. 19, n. 1, p. 283-285.
- Lima, F. C. (2014) *Preconceito, racismo e discriminação no contexto escolar*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/preconceito-racismo-e-discriminacao-contexto-escolar/>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- Lima, F.S. (2020). Educação brasileira entre o período colonial e a era vargas. *Brasil Escola*. Disponível em: encurtador.com.br/ghixI.
- López, L.C. (2012). *O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde*. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, n. 40, p. 7. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf>. Acesso em 23 jul 2020.
- Ludke, M. & Aabdré, M.E.D. (2000). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Companhia das Letras: EPU.
- Maria, B. (2019). *Norte e nordeste são as regiões com o menor número de concluintes do ensino fundamental: dados da Pesquisa por Amostra de Domicílio (Pnad)*. *Revista Educacional E+B Educação*. p.52. Disponível em encurtador.com.br/krAE9. Acesso em 26 de jul de 2020.

- Madeira, T.F.L. (2016). *Educar para as relações étnico-raciais: mudanças no campo normativo e impacto no mercado editorial*. pp. 30-128. São Carlos.
- Masetto, M.T. (2000). *Mediação pedagógica e o uso da tecnologia*. In: behrens, M.A.; masetto, M.T.; Moran, J.M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. p. 133. Campinas: Papyrus
- Marconi, M. de A.; Lakatos, e. M. (2017). *Técnicas de pesquisa*. p. 102. São Paulo: Atlas. (7ªed).
- Mendonça, V.M.; Garcia, M.R.V.; Leite, K.C. (2015). *Discriminação e violência homofóbica segundo os participantes da 6ª Parada do Orgulho LGBT de Sorocaba-SP: subsídios para (re)pensar as práticas educativas*. pp.112 124.Cadernos de Pesquisa, v.22.
- Mendes, G.F.; Branco, P.G.G. (2019). *Curso de direito constitucional*. 14º ed. pp.1000-1009. Saraiva. São Paulo-SP.
- Mioranza, A.J.; Roech, I.C.C. (2010). *A Diversidade Cultural no Cotidiano da Sala de aula*. II Simpósio Nacional de Educação. p. 143. Cascavel – PR
- Mirabete, J.F. e Fabbrini, R.N. (2017). *Manual de Direito Penal – v. 1*, pp.385-501. São Paulo, Atlas.
- Moraes, F. (2013). *No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE*. Procuradoria Geral de Justiça. Recife. v. 1, n. 1. p. 001-180. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/dicas-de-leitura/dicas-de-leitura/leitura-do-mes-no-pais-do-racismo-institucional/livro-racismo-institucional-no-brasil.pdf>. Acesso em 23 maio 2020.
- Moreno, A.C. (2017). *Após dez anos do índice de qualidade da educação, 39% das escolas do 5 ano seguem distantes da meta nacional*. G1 Educação. Publicado em encurtador.com.br/djGL0. Acesso em 22 de jul de 2020.
- Mclaren, P. (2015). *Multiculturalismo crítico*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- Munanga. K. Teoria Social e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo. In: *Caderno PENESB – Especial ERER*, n 12, 2010.
- Parmeggiani, M. (2016). *Socialização e identidades raciais em Pelotas/RS: a participação dos pais na construção da identidade dos estudantes negros na contemporaneidade* (Master's thesis, Universidade Federal de Pelotas). Disponível em: http://www.guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/5294/1/MARCELO%20PARMEGGIANI_Dissertacao.pdf> Acesso em 05 mar. 2023.
- Parmeggiani, Marcelo. *Socialização e identidades raciais em Pelotas/RS: a participação dos pais na construção da identidade dos estudantes negros na contemporaneidade*. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

Prodanov, C.C. & Freitas, E.C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas a pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª. ed. p. 52. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul - Brasil: Feevale.

Pereira, O.B. (2014). *Para uma Escola sem Violência – Estudo de Prevenção das Práticas Agressivas em Crianças*. p. 20. Fundação Calouste Gulbenkian.

Peres, J. P., Costa, J. W., & Nunes, P. G. (2018). Relações étnico-raciais e escola: um estudo sobre metodologias de ensino para investigação do enfrentamento ao racismo no colégio olynto pereira de no município de rio verde-go. *Ciclo Revista (ISSN 2526-8082)*, 3(1).

Porfirio, F. (2017). *Racismo. Mundo da Educação*. ed. Disponível em: encurtador.com.br/qJOPW. Acesso em 22 maio 2020.

Prazeres, T.C. (2017). *O papel do professor diante da discriminação racial em sala de aula*. Diário da Manhã. p. 76. Disponível em <https://www.dm.jor.br/opiniaio/2017/12/o-papel-do-professor-diante-da-discriminacao-racial-em-sala-de-aula/>. Acesso em 17 de jul de 2020

Ramos, S., LICORI, E., & UTZIG, A. (2015). *A visão discriminatória e estereotipada sobre o negro no contexto escolar*. CONEDU, II, 1-12. Disponível em: < https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA14_ID7916_08092015173245.pdf>. Acesso em 14 de mar. 2023.

Reale, M. (2018). *Lições Preliminares de Direito*. 27º ed. 22ª Tiragem. p.112. Saraiva. São Paulo-SP.

Reis, K. (2015). Nível Socioeconômico é fator de desigualdade entre escolas públicas. *Revista EduBlog on line*. Publicado em agosto. p.25. Disponível em <https://blog.qedu.org.br/blog/2015/08/03/nivel-socioeconomico-e-fator-de-desigualdade-entre-escolas-publicas-diz-estudo/>. Acesso em 19 de jul de 2020

Ribeiro, M.V. et al. (2014) *A diversidade cultural no espaço Escolar: Superação, respeito às diferenças sociais, culturais e étnicas*. p.37. Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Ribeiro, D. (2018). *Definição e significado das palavras*. p. 125. Disponível em <https://www.dicio.com.br/antropologia/>. Acesso em 19 de jul de 2020.

Romão, J (2001). *O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro*.

Santos, O.I.R. et al. (2019). *Racismo institucional: desafio para o serviço social na saúde pública no Brasil*. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Vol. 16. nº. 1. Brasília/DF. Disponível em: encurtador.com.br/iyIOW. Acesso em 20 maio 2020.

Santos, T.P. dos; Reis, M.B.de F. (2015). *Educando na diversidade: O uso das tecnologias e a inclusão escolar*. PUC. Paraná. pp. 5313-5324.

- Silva Jr., H. *Direito de Igualdade Racial: aspectos constitucionais, civis e penais: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
- Silva, S. M. (2014). DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ALUNO NEGRO. Colóquio do Museu Pedagógico-ISSN 2175-5493, 7(1), 461-474. Disponível em: <<http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/3873/3592>> Acesso em 03 mar. 2023.
- Silva, M.A.B. (2017). *Racismo institucional: pontos para reflexão*. Laplage em Revista, v. 3, n.1, p. 127-136, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/dJOTV. Acesso em 18 maio 2020.
- Silva, A. M. D. (2018). *Discriminação racial no Ensino Fundamental em São Francisco do Conde: estudo de caso das escolas Arlete Magalhães e Rilza Valentim entre janeiro e setembro*. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1337/3/2018_proj_asilva.pdf> Acesso em 06 mar. 2023.
- Silva, G. D. C. (2020). *Discriminação racial no ambiente escolar: uma análise da representação social do negro no livro didático de história “buriti mais” na Unidade Escolar Comunitária Codó Novo (Codó-MA)*. Disponível em: <<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/4584/1/GLEICIANYSILVA.pdf>> Acesso em 13 mar. 2023.
- Silva, G. D. C. (2020). *Discriminação racial no ambiente escolar: uma análise da social do negro no livro didático de história “buriti mais” na Unidade Escolar Comunitária Codó Novo (Codó-MA)*. Disponível em: <<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/4584/1/GLEICIANYSILVA.pdf>> Acesso em 13 mar. 2023.
- Silveira, R.M.G.; Nader, Alexandre A.G. e Dias, A.A. (2017). *Subsidio para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos – Versão preliminar*. p. 36. João Pessoa: Editora universitária /UFPB.
- Silverio, V.R. (2002). *Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil*. Cadernos de pesquisa, n. 117, pp. 219-246. Disponível em: <https://bityli.com/S7KlnE>. Acesso em 18 maio 2020. técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Versão em português: Cesar Amarilha.
- Severino, A. J. (2017). *Metodologia do trabalho científico*. (2ª ed). São Paulo: Cortez. p. 92
- Saviani, D. (2011). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. São Paulo. Autores Associados.
- Stano, A. V. D. O. (2018). *A discriminação racial nos anos iniciais do ensino fundamental*.

- Shier, H. (2017). *Caminhos para a participação: aberturas, oportunidades e obrigações*. Children and Society.
- Teixeira, L.A. (2018). “*Bullying, Brincadeiras perigosas*” in *Revissta Woman*, pag. 4, Edição.
- Theodoro, M. (2014). *Relações Raciais, Racismo e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo. Revista de Estudos & Pesquisas da sobre as Américas*. v.08 n.01.
- Toschi, M.S. (2015). *Tecnologia e educação: contribuições para o ensino*. Revista SérieEstudos. Nº 19. Disponível em: <https://bityli.com/trM3A0>. Acesso em: 21 de jul de 2020
- Tosta, S.P. (2019). *Reflexões sobre a interface antropologia e educação*. p. 48. Minas Gerais:10º Reunião de Antropologia do Mercosul.
- Tuono, N. E. F., & Vaz, M. R. T. (2017). *O racismo no contexto escolar e a prática docente*. *Debates em Educação*, 9(18), 204.
- Vailante, E. (2020). “*O que esse neguinho tem?*” Nas palavras de Jidalias dos Anjos Pinto, Popular “Tiziu”, ex político e empresário do Município de Ariquemes-RO, o mesmo relata ter sentido da pele os efeitos do Racismo Institucional. Disponível em: <https://wordpress.com/view/rcsmoinstitucional.wordpress.com>. Acesso em 24 maio 2020.
- Velloso, F. (2014). *Informática: conceitos básicos / Fernando Velloso*. - 9ed. p. 90-95. Rio de Janeiro: Elsevier
- Walter, S. K. (2017). *Relações Étnico-Raciais na Escola*. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1410-8.pdf>> Acesso em 03 mar. 2023.
- Werneck, J. (2016) *Racismo institucional e saúde da população negra*. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/vVFmrb> Acesso em 23 fev 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Carta enviada à direção da instituição, local da pesquisa



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASSUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLYTICAS E DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Candeias do Jamari- Triunfo, 26 de Julho de 2022

Prezado Prof.º(a) sou mestranda da Universidad Autónoma de Assunción, Paraguai. Estou desenvolvendo a tese de conclusão do curso sub orientação da Prof.ª Dra Clara Roseane da Silva Azevedo de Mont'Alverne, intitulada Discriminação Racial e Social: Seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental no Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO. O objetivo da pesquisa é saber de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, com os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Albino Buttner.

Considero este trabalho relevante, visto que os alunos da localidade estudam, todos na mesma escola, independente das condições socioeconômicas, sendo a escola Albino Buttner a única escola de ensino fundamental e médio do Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO, o eixo temático Discriminação Racial e Social: Seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino.

Nesse sentido, necessito do seu apoio e da colaboração desta conceituada instituição para a realização da pesquisa de campo que faz parte da investigação.

Justifico que a pesquisa será pautada na metodologia qualitativa com método fenomenológica, sendo a coleta dos dados feitos através da observação direta, de guia de entrevista e de entrevista aberta, a observação direta observará o espaço físico da escola, sala de aula, práticas pedagógicas dos professores. O guia de entrevista servirá para entrevista aberta com os pais/responsáveis pelos alunos do 6º ano, professores e alunos do 6º ano do ensino fundamental, coletando informações detalhadas sobre a contribuição da instituição de ensino no combate a discriminação racial e social na escola.

A autorização e colobaração desta direção na realização desta pesquisa é essencial, uma vez que a partir dos resultados da investigação poderá ocorrer um ato reflexivo sobre o que tem sido feito, e as contribuições para eradicação da discriminação racial e social na escola e seus efeitos.

que os dados coletados consiste em três etapas:

Primeira etapa: Solicito para a Análise Documental os seguintes documentos da escola, dentre eles o PPP (Projeto Político Pedagógico), o currículo do professor, o plano anual de aula,

e os projetos educativos para entender melhor as ações da equipe pedagógica no enfrentamento da temática.

Segunda etapa: Aplicação de entrevista junto ao coordenador, professores, pais e alunos, cuja finalidade de coletar informações detalhadas sobre Discriminação Racial e Social: Seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental no Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO.

Terceira etapa: Observação estruturada, que observará a o comportamento dos alunos em sala de aula, a metodologias utilizadas na prática da proposta curricular. A participação da instituição é de suma importância dentro da investigação, considerando que a partir dos resultados obtidos na pesquisa seja feita uma reflexão sobre as ações a serem desenvolvidas. Desde já, agradeço a atenção e colaboração e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Edileuza Ferreira de Araujo

Recebi em 26/07/2022

Maria do Socorro M. Rocha
Diretora
Port. 031/2019/GAB/SEDUC

APÊNDICE 2: Carta de anuência do Serviço



ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

De: **Edileuza Ferreira de Araujo**

Para: Maria do Socorro Maciel Rocha

Diretora da Escola Estadual Albino Buttner

Assunto: Solicitação de Anuência.

Senhora Diretora,

Eu, Edileuza Ferreira de Araujo, pesquisadora responsável pelo estudo intitulado "Discriminação Racial e Social: seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental no Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO.", solicito a vossa ANUÊNCIA para executar a coleta de dados para minha pesquisa, junto à instituição selecionada, sob sua Gestão.

Na expectativa de um pronunciamento favorável, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente,

Edileuza Ferreira de Araujo
Pesquisadora

Termo de Anuência

Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 510/2016 do CNS (Conselho Nacional de Saúde). Estamos cientes da corresponsabilidade como coparticipantes do presente projeto de pesquisa, junto à instituição investigada e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar, e que as ações deverão ser iniciadas apenas mediante autorização do CEP (Comitê de ética em Pesquisa). Considerando que esta instituição possui condições de atender à solicitação da pesquisadora, minha manifestação é pelo DEFERIMENTO.

Candeias do Jamari-RO, 26 de Julho de 2022.


Assinatura e carimbo

Diretora da Escola Estadual Albino Buttner

Maria do Socorro M. Rocha
Diretora

Port. 031/2019/GAB/SEDUC

APÊNDICE 3: Termo de Compromisso de Sigilo Profissional



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

Eu, Eu, **Edileuza Ferreira de Araujo**, Mestranda em Ciências da Educação da Universidade Autónoma de Asunción-PY, pesquisadora responsável pelo projeto intitulado: **“Discriminação Racial e Social: seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental no Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO.”**, comprometo-me em anexar os resultados e relatórios da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo a identidade dos participantes e de que estes tenham acesso aos resultados do estudo, bem como que desfrutem, ainda que indiretamente, dos benefícios decorrentes dos resultados da pesquisa.

Candeias do Jamari-RO, 26 de julho de 2022.

Edileuza Ferreira de Araujo
Edileuza Ferreira de Araujo
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE 4: Plataforma Brasil – Parecer Consubstanciado do CEP

UNIÃO DAS ESCOLAS
SUPERIORES DE JI-PARANÁ -
UNIJIPA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Discriminação Racial e Social: seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental no Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO

Pesquisador: EDILEUZA FERREIRA DE ARAUJO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 63302122.5.0000.9147

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DE ASSUNÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.920.078

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa será desenvolvida na Escola Estadual Albino Buttner, com alunos e dois professores de Língua Portuguesa do 6º ano do Ensino Fundamental. Quanto ao tipo de pesquisa é classificada como uma investigação qualitativa, pois busca conhecer a perspectiva que do sujeito tem sobre sua realidade, buscando a verdade e sem nenhuma versão a interpretação particular dos fatos investigados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental.

Objetivo Secundário: Descrever a discriminação racial e social no âmbito escolar;
Dissertar a eficácia das normatizações para diminuir o preconceito com relação a discriminação racial.

Relatar as atividades realizadas pela escola Albino Buttner no combate à discriminação racial e social na escola.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Durante a participação na pesquisa, poderá surgir um desconforto pelo tempo exigido para responder a entrevista, ou insegurança quando não souber fornecer alguma resposta às perguntas feitas pela pesquisadora, ou ainda uma simples inibição ou constrangimento por ser submetido a

Endereço: Rodovia Pastor Severo Antônio de Araújo, 2050 - Bloco Administrativo - Térreo, JI-Paraná -RO
Bairro: 3º Distrito **CEP:** 76.902-500
UF: RO **Município:** JI-PARANA
Telefone: (69)3903-1500 **E-mail:** cep.unijipa@estacio.br

UNIÃO DAS ESCOLAS
SUPERIORES DE JI-PARANÁ -
UNIJIPA



Continuação do Parecer: 5.920.078

questionamentos na presença de um observador, ou mesmo de pessoa do próprio convívio. Para minimizar tais incômodos, as perguntas foram elaboradas com todo cuidado, e a pesquisadora estará presente e fará os esclarecimentos dos objetivos e dos cuidados com o sigilo, o anonimato e a confidencialidade durante a aplicação da entrevista, estará atenta aos sinais verbais e não verbais de cada participante, em uma sala reservada, promovendo um ambiente tranquilo, oferecendo atendimento individualizado e tempo necessário para as respostas de acordo com a necessidade de cada participante.

Benefícios: Apesar dos possíveis riscos descritos acima, a intenção será sempre de que os benefícios prevaleçam, mesmo que os benefícios sejam indiretos por ser aplicada entrevista, estará colaborando para a construção do conhecimento científico ao contribuir com a construção de uma pesquisa de mestrado. Através da sua colaboração esta pesquisa poderá contribuir para o avanço de outras pesquisas com a temática de discriminação racial e social no ambiente escolar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa se consolida como uma investigação científica, sendo assim, auxilia a ciência em seu entendimento e na organização da atividade sistematizada de construção do conhecimento. O cuidado com a escolha da metodologia é fundamental, a fim de que, o saber e o aprendizado científico produzido em cada investigação possam contribuir com as discussões acadêmicas em cada área de conhecimento, por isso, é indispensável à edificação e preparação de uma metodologia que seja de qualidade e eficácia, pois ela vai definir gradualmente a trajetória que o pesquisador deverá seguir para alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

"Vide campo 'Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações'".

Recomendações:

"Vide campo 'Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações'".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Solicitações de pendências do último parecer atendido.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação

Endereço: Rodovia Pastor Severo Antônio de Araújo, 2050 - Bloco Administrativo - Térreo, JI-Paraná -RO
Bairro: 3º Distrito CEP: 76.902-500
UF: RO **Município:** JI-PARANA
Telefone: (69)3903-1500 **E-mail:** cep.unijipa@estacio.br

**UNIÃO DAS ESCOLAS
SUPERIORES DE JI-PARANÁ -
UNIJIPA**



Continuação do Parecer: 5.920.078

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1976275.pdf	22/12/2022 23:11:50		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Modelo_Modificado.docx	22/12/2022 23:07:18	EDILEUZA FERREIRA DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Modelo.docx	09/11/2022 16:38:26	ROMERIO RAMALHO VIAL	Aceito
Outros	GuiadeEntrevistaAlunos.docx	02/08/2022 19:10:44	EDILEUZA FERREIRA DE	Aceito
Outros	GuiadeEntrevistaPaieouResponsavel.docx	02/08/2022 19:10:16	EDILEUZA FERREIRA DE	Aceito
Outros	GuiadeEntrevistaProfessor.docx	02/08/2022 19:09:52	EDILEUZA FERREIRA DE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADO.docx	02/08/2022 15:18:57	EDILEUZA FERREIRA DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEautorizativo.docx	02/08/2022 15:14:35	EDILEUZA FERREIRA DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	02/08/2022 15:14:18	EDILEUZA FERREIRA DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	02/08/2022 15:14:06	EDILEUZA FERREIRA DE ARAUJO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TCUD.pdf	30/07/2022 22:13:33	EDILEUZA FERREIRA DE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAODECOMPROMISSO.pdf	30/07/2022 22:13:16	EDILEUZA FERREIRA DE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANUENCIAINSTITUICAO.pdf	30/07/2022 22:12:55	EDILEUZA FERREIRA DE ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	30/07/2022 21:43:08	EDILEUZA FERREIRA DE	Aceito
Outros	CURRICULOORIENTADORACLARA.pdf	30/07/2022 21:41:29	EDILEUZA FERREIRA DE	Aceito
Outros	CURRICULOASSISTENTE.pdf	30/07/2022 21:40:38	EDILEUZA FERREIRA DE	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Rodovia Pastor Severo Antônio de Araújo, 2050 - Bloco Administrativo - Térreo, Ji-Paraná -RO
 Bairro: 3º Distrito CEP: 76.902-500
 UF: RO Município: JI-PARANA
 Telefone: (69)3903-1500 E-mail: cep.unijipa@estacio.br

UNIÃO DAS ESCOLAS
SUPERIORES DE JI-PARANÁ -
UNIJIPA



Continuação do Parecer: 5.920.078

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Ji-PARANA, 01 de Março de 2023

Assinado por:
CRISTIELY ALVES OLIVEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Pastor Severo Antônio de Araújo, 2050 - Bloco Administrativo - Térreo, Ji-Paraná -RO
Bairro: 3º Distrito **CEP:** 76.902-500
UF: RO **Município:** JI-PARANA
Telefone: (69)3903-1500 **E-mail:** cep.unijipa@estacio.br

APÊNDICE 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN DIRECCIÓN
DE METODOLOGÍA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a). Participante, você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Meu nome é Edileuza Ferreira Araújo, sou pesquisadora do Projeto intitulado de: Discriminação Racial e Social: seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental no Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO tendo como Orientadora responsável, Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne da Universidade Autónoma de Assunção - UAA.

Após ler com atenção este documento e ser devidamente esclarecido sobre todas as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, assine em todas as folhas e ao final deste documento, que está em duas vias e também será assinado por mim, pesquisador, em todas as folhas. Uma das vias ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Edileuza Ferreira de Araújo no seguinte número de telefone: (69) 992688002, ou no e-mail edileuza2vitoriosa@gmail.com.

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da União das Escolas Superiores de Ji-Paraná – Estácio UNIJIPA. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade”. Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP 9147) da Estácio/UNIJIPA, no endereço: Rodovia Pastor Severo Antônio de Araújo, 2050 3º Distrito - Saída para Nova Londrina - CEP 76.902-500 – E-mail: cep.unijipa@estacio.br.

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA

Discriminação Racial e Social: seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental no Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO.

OBJETIVO DA PESQUISA

Analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ensino fundamental.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Este projeto justifica-se pela necessidade de conhecer meios que assegurem a inclusão racial e social no ambiente escolar. A inclusão em todo o sistema educativo é necessária e indispensável; no entanto, percebe-se que na realidade o contexto escolar está cercado de preconceito e discriminação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sua participação consistirá em conversar sobre a pesquisa individualmente, ficando livre para responder com suas próprias palavras algumas perguntas constantes no guia de entrevista construído com questões abertas específicas, sobre a discriminação racial e social e seus reflexos no processo de ensino aprendizagem, previamente elaborado de acordo com cada objetivo desta pesquisa. A data, local e horário da aplicação da entrevista serão definidos de acordo com a sua disponibilidade como participante e terá a duração aproximada de 40 minutos.

POSSÍVEIS RISCOS

Os riscos desta pesquisa serão mínimos, porém durante a participação, poderá surgir um desconforto pelo tempo exigido para responder a entrevista, ou insegurança quando não souber fornecer alguma resposta às perguntas feitas pela pesquisadora, ou ainda uma simples inibição ou constrangimento por ser submetido a questionamentos na presença de um observador, ou mesmo de pessoa do próprio convívio.

POSSÍVEIS BENEFÍCIOS ESPERADOS

Apesar dos possíveis riscos descritos acima, a intenção será sempre de que os benefícios prevaleçam, mesmo que os benefícios sejam indiretos por ser aplicada entrevista, estará colaborando para a construção do conhecimento científico ao contribuir

com a construção de uma pesquisa de mestrado. Através da sua colaboração esta pesquisa poderá contribuir para o avanço de outras pesquisas com a temática de discriminação racial e social no ambiente escolar.

DEMAIS ESCLARECIMENTOS DA PESQUISA

- a) A participação em todos os momentos e fases da pesquisa é voluntária, e o(a) Sra.(o) não terá nenhum tipo de despesas para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação, contudo os eventuais danos decorrentes da pesquisa serão ressarcidos.
- b) É garantida a liberdade de retirada do consentimento e da participação no respectivo estudo a qualquer momento;
- c) É garantido o anonimato do participante da pesquisa;
- d) Os dados coletados só serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados em livros, ensaios e/ou artigos científicos em revistas especializadas e/ou em eventos científicos;
- e) Esta proposta de pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da União das Escolas Superiores de Ji-Paraná – Estácio UNIJIPA que a referenda e o presente termo está assinado em duas vias.
- f) Após entender os objetivos e condições de minha participação na pesquisa concordo em participar e,
 - () Autorizo a gravação da entrevista.
 - () Não autorizo a gravação da entrevista.

Ji-Paraná/Rondônia

_____/_____/_____

Nome e assinatura do (a) participante da pesquisa

Edileuza Ferreira de Araújo
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE 6: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN MAESTRÍA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Discriminação Racial e Social: seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental no Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO.

Pesquisadora Responsável: Edileuza Ferreira de Araujo

Orientadora: Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN-PY

Telefones / E-mails para contato: (69) 992688002 edileuza2vitoriosa@gmail.com

Convidamos você, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: Discriminação Racial e Social: seus reflexos no processo de ensino aprendizagem no 6º ano do ensino fundamental no Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari-RO. Esta pesquisa é de responsabilidade da pesquisadora: Edileuza Ferreira de Araujo, Telefones / E-mails para contato: (69) 992688002 edileuza2vitoriosa@gmail.com sob a orientação da Dra. Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne, Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN-PY

Este Termo de assentimento pode conter informações que você entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando para que esteja bem esclarecido (a) sobre sua participação na pesquisa. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer pagamento para participar. Você será esclarecido(a) sobre qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Após ler as informações a seguir, caso aceite participar do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é para ser entregue aos seus pais para guardar e a outra é da pesquisadora

responsável. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema se desistir, é um direito seu. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Este estudo tem como objetivo: Analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ensino fundamental

Você terá uma conversa sobre a pesquisa individualmente, ficando livre para responder com suas próprias palavras algumas perguntas sobre a discriminação racial e social e seus reflexos no processo de ensino aprendizagem, previamente elaborado de acordo com cada objetivo desta pesquisa.

A pesquisa será feita na escola que você estuda e terá a duração aproximada de 40 minutos. O procedimento é considerado seguro sendo os riscos mínimos, porém durante a participação, poderá você sentir um pouco desconfortável pelo tempo exigido para dar as respostas, ou insegurança quando não souber fornecer alguma resposta às perguntas feitas pela pesquisadora, ou ainda se sentir com vergonha na presença de um observador.

Para minimizar esses incômodos, as perguntas foram elaboradas com todo cuidado, e durante a aplicação da entrevista, serão observados os sinais verbais e não verbais, em uma sala reservada, para que se promova um ambiente tranquilo, atendimento individualizado e tempo necessário para as respostas de acordo com a necessidade. Terá ainda assistência durante e ao término da pesquisa, para atender os casos específicos se necessário. Além de seu nome, nenhum outro dado pessoal lhe será pedido. Vamos identifica-lo com um código somente. Você nem sempre será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, porém, seu gesto poderá contribuir para o avanço de outras pesquisas e estará colaborando para a construção do conhecimento científico ao contribuir com a construção de uma pesquisa de mestrado. Para garantir que haja segurança entre todos os participantes durante a pesquisa, será recomendado todos os cuidados sobre os riscos inerentes à Pandemia. Para evitar os riscos de contágio a pesquisadora orientará e oferecerá aos participantes o uso de máscaras, álcool em gel 70% para higienizar as mãos, canetas higienizadas, desinfecção de móveis e ambiente entre uma coleta e outra que são indispensáveis neste período de pandemia, assegurando conforto e segurança aos

entrevistados. A pesquisadora fará o uso de máscaras, desinfetará o celular para fazer as gravações, fará o uso de luvas descartáveis no momento de coletar os dados e manterá uma distância física mínima de pelo menos 1 metro entre os entrevistados, criando um ambiente mais seguro.

Você tem a garantia do sigilo, da privacidade e da confidencialidade das informações.

A qualquer momento, você pode desistir de participar e se retirar da pesquisa, sem que nada te aconteça. Queremos que você saiba que os resultados não serão divulgados para ninguém, apenas usados para os dados do estudo.

Saiba que sua participação não terá nenhum custo e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira. No entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, tais como transporte, alimentação entre outros, haverá ressarcimento dos valores gastos mediante apresentação de nota fiscal. No caso de algum dano, imediato ou tardio, decorrente desta pesquisa, você também tem direito de ser indenizado pela pesquisadora responsável, bem como a ter assistência gratuita, integral e imediata. Sempre que desejar, você poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa, com a pesquisadora responsável pelo telefone: (69) 992688002 edileuza2vitoriosa@gmail.com. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da União das Escolas Superiores de Ji-Paraná – Estácio UNIJIPA. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade”. Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP 9147) da Estácio/UNIJIPA, no endereço: Rodovia Pastor Severo Antônio de Araújo, 2050 3º Distrito - Saída para Nova Londrina - CEP 76.902-500 – E-mail: cep.unijipa@estacio.br.

Os resultados obtidos terão finalidade acadêmica e de publicação e os documentos de pesquisa mantidos em arquivo em posse da pesquisadora responsável, sendo incinerados cinco anos após o término da pesquisa. São garantidos o sigilo, a confidencialidade das informações, e privacidade.

Existe também a garantia de liberdade de recusar, desistir ou de interromper a colaboração nesta pesquisa no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo à saúde ou bem estar físico. Não virá interferir nas atividades e atuação dentro da instituição investigada. Este termo está elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinada ao seu término, pelo participante da pesquisa e pela pesquisadora, sendo uma das vias entregue ao participante.

Eu, _____, fui informado e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito.

_____, _____ de _____ de 2023.

Edileuza Ferreira de Araújo.

Participante

Assinatura do menor

Pesquisadora Responsável

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura:

Rubricas:
Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal _____
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE _____

APÊNDICE 7: Entrevista Aberta ao Aluno do 6º Ano



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
PROGRAMA DE MAESTRÍA EN CIENCIA DE LA EDUCACIÓN**

ENTREVISTA ABERTA– ALUNO 6º AÑO

Prezado (a) Aluno (a),

Este questionário é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: Discriminação racial e social: seus reflexos no processo de aprendizagem dos alunos do 6º ano do ensino fundamental. Tendo como objetivo I analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental Triunfo, Candeias do Jamari.

Problema: De que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental?

Objetivo geral da pesquisa: Analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental.

As questões 01 a 04, estão fundamentadas no 1º objetivo específico: Descrever a discriminação racial e social no âmbito escolar; As questões de 05 e 06, estão baseados no 2º objetivo específico: Dissertar sobre a eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação racial e social; As questões de 07 a 09 ressaltam a importância das atividades pedagógicas: Relatar as atividades realizadas pela escola Albino Buttner no combate as ações discriminatórias e preconceituosas.

Portanto, solicito sua análise no sentido de verificar se há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir

melhorias utilizando para isso o campo de observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

NOME: _____

DATA: / / 2022.

Questão 1: Você acha que na escola há racismo?

Questão 2: Você já sofreu algum tipo de discriminação racial, devido sua cor na escola?

Questão 3: Em caso afirmativo, esta discriminação partiu de quem?

Questão 4: Você já conversou com seus pais sobre a discriminação racial e social na escola?

Questão 5: Você sabe que discriminação racial é crime? Conhece alguma Lei sobre

Questão 6: Você já presenciou alguma cena na qual a cor negra foi usada para agressão verbal? Qual sua opinião em relação a isso?

Questão 7: A escola costuma realizar algum tipo de palestra abordando, o tema discriminação racial, ou outros tipos de preconceitos?

Questão 8: Seus professores falam sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula?

Questão 9: Você acha que a discriminação racial, ou social na escola interfere no processo de aprendizagem do aluno?

APÊNDICE 8: Entrevista Aberta para os Pais



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
PROGRAMA DE MAESTRÍA EN CIENCIA DE LA EDUCACIÓN

ENTREVISTA ABERTA – PAI/RESPONSÁVEL

Prezado (a) Pais/Responsável (a),

Este guia de entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: Discriminação racial e social: seus reflexos no processo de aprendizagem dos alunos do 6º ano do ensino fundamental. Tendo como objetivo geral analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental Triunfo, Candeias do Jamari.

Problema: De que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental?

Objetivo geral da pesquisa: Analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental.

As questões 01 a 04, estão fundamentadas no 1º objetivo específico: Descrever a discriminação racial e social no âmbito escolar; As questões de 05 e 06, estão baseados no 2º objetivo específico: Dissertar sobre a eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação racial e social; As questões de 07 a 09 ressaltam a importância das atividades pedagógicas: Relatar as atividades realizadas pela escola Albino Buttner no combate às ações discriminatórias e preconceituosas. Portanto, solicito sua análise no sentido de verificar se há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação. Sem mais para o momento antecipadamente

agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
PROGRAMA DE MAESTRÍA EN CIENCIA DE LA EDUCACIÓN**

ENTREVISTA ABERTA – PAI/RESPONSÁVEL

NOME: _____

DATA: / / 2022.

Questão 1: Você acredita que existe racismo na escola?

Questão 2: Você já ficou sabendo que seu filho sofreu discriminação racial, na escola devido sua cor na escola?

Questão 3 Em caso afirmativo, que atitudes tomou?

Questão 4: Você conversa com seu filho sobre a discriminação racial e social na escola?

Questão 5: Você Conhece alguma Lei sobre discriminação racial?

Questão 6: Seu filho já relatou ter sofrido alguma agressão verbal, em decorrência de sua cor? Qual sua atitude em relação ao ocorrido?

Questão 7: Você teve conhecimento que escola iria promover uma palestra abordando, o tema discriminação racial, ou outros tipos de preconceitos?

Questão 8: Seu filho comenta alguma coisa em relação as atitudes dos professores sobre as manifestações discriminatórias em sala de aula?

Questão 9: Você acha que a discriminação racial, ou social na escola interfere no processo de aprendizagem do seu filho?

APÊNDICE 9: Entrevista Aberta ao Professor



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
PROGRAMA DE MAESTRÍA EN CIENCIA DE LA EDUCACIÓN
ENTREVISTA ABERTA – PROFESSOR

Prezado (a) Professor (a),

Este guia de entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: Discriminação racial e social: seus reflexos no processo de aprendizagem dos alunos do 6º ano do ensino fundamental. Tendo como objetivo geral analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental Triunfo, Candeias do Jamari.

Problema: De que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental?

Objetivo geral da pesquisa: Analisar de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental.

As questões 01 a 04, estão fundamentadas no 1º objetivo específico: Descrever a discriminação racial e social no âmbito escolar; As questões de 05 e 06, estão baseados no 2º objetivo específico: Dissertar sobre a eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação racial e social; As questões de 07 a 09 ressaltam a importância das atividades pedagógicas: Relatar as atividades realizadas pela escola Albino Buttner no combate as ações discriminatórias e preconceituosas.

Portanto, solicito sua análise no sentido de verificar se há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação.

Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela
presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

NOME: _____

DATA: / / 2023.

Questão 1: Você acredita que existe racismo na escola?

Questão 2: Você já presenciou situações racistas na escola?

Questão 3: Em caso afirmativo, que atitudes tomou?

Questão 4: Você costuma discutir sobre as manifestações discriminatória em sala de aula?

Questão 5: Você conhece alguma Lei sobre discriminação racial?

Questão 6: Já presenciou alguma cena na qual a cor negra de uma aluno foi usada para agressão verbal? Qual sua ação em relação a isso?

Questão 7: Você considera importante que escola promova palestra abordando, o tema discriminação racial, ou outros tipos de preconceitos?

Questão 8: Você considera que os professores estão preparados para lidar com esses fatos?

Questão 9: Qual sua opinião em relação a discriminação racial, e/ou social na escola? Acredita que estas manifestações interferem no processo de aprendizagem do aluno?

APÊNDICE 10: Observação sistemática/estruturada para Pesquisa



Universidad Autónoma de Asunción – UAA

Centro de Educación

Mestrado em Educação

Registro de Observação sistemática/estruturada para Pesquisa

Escola: Estadual Albino Buttner

Data da observação: de 27 /02/2023 até 24/03/2023

Duração do Trabalho: Um mês a partir, de que forma a discriminação racial e social tem se manifestado na escola Albino Buttner, no 6º ano do ano do ensino fundamental?

Nº de Participantes da pesquisa: 20

Data do início da Observação Aberta: 27/02/2023

1-Descrever a discriminação racial e social no âmbito escolar.	Interação e os aspectos observados nos professores e nos alunos durante o período de estudo dos alunos do 6º ano.	A escola desenvolve projetos voltados para a erradicação da discriminação racial e social no âmbito escolar.
		A gestão escolar e pedagógico contribui e participa das atividades desenvolvidas pelos professores.
		Com que frequência acontece as reuniões do PPP da escola.
		Os professores têm acompanhamento pedagógico nas atividades didáticas.
		Troca de ideias entre os professores que trabalham com as turmas sobre assuntos relacionados ao processo de discriminação.
		Troca de ideias entre os participantes sobre outros assuntos que dizem respeito as diferenças sociais.
		A família participa das reuniões de pais e mestres desenvolvidas pela escola.

		Preocupam em acompanhar as dificuldades apresentadas pelos alunos.
		Facilita a participação dos membros da comunidade.
		Empenham em orientar e esclarecer aos alunos o processo discriminatório.
		Possibilita a obtenção de elementos para a definição do problema de pesquisa.
2. Dissertar sobre a eficácia das normatizações voltadas a contenção e redução do preconceito e discriminação racial e social;	Conhecimento legal Aspectos observados nos professores e nos alunos durante o período de estudo dos alunos do 6º ano.	Há interesse dos alunos nas atividades desenvolvidas sobre o tema: preconceito e discriminação racial e social.
		Tem domínio dos assuntos tratados.
		Interação com os colegas da classe sobre preconceito e discriminação racial e social;
		Os assuntos são significativos aos alunos.
		Interação entre a opinião dos professores.
3. Relatar as atividades realizadas pela escola Albino Buttner no combate as ações discriminatórias e preconceituosas.	Estrutura física e pedagógica Aspectos observados nos professores e nos alunos durante o período de estudo dos alunos do 6º ano.	Ocorrem desentendimentos entre professor e família.
		Os professores demonstram interesse em esclarecer aos alunos as causas e consequências do tema envolvidos.
		O professor tem suporte pedagógico e técnico para a realização das reuniões pedagógicas.
		Os temas abordados são coerentes e necessários para o trabalho desenvolvido em sala de aula.
		A gestora contribui e acompanha o planejamento dos professores.
		A família demonstra interesse em participar das atividades escolares.

APÊNDICE 11: Relatório das observações sistemática/estruturada da Pesquisa



Universidad Autónoma de Assunção – UAA

Centro de Educação

Mestrado em Educação

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Relatório das Observações da Pesquisa

Trata-se de relatório de campo da pesquisa realizada na Escola Albino Bittner, sobre discriminação racial e social. O período de observações e realização da pesquisa ocorreram do dia 27 /02/2023 até 24/03/2023. Inicialmente se destacou que fora solicitado autorização da gestora da escola para que fosse possível começar a referida pesquisa. Dessa forma, após a autorização da responsável pela escola, foi iniciada a investigação, em duas turmas dos 6º anos, as quais participariam de um sorteio aleatório no decorrer da semana, para responder a entrevista.

Durante as participações nas aulas, foi possível observar as atitudes dos alunos, algumas, inclusive, discriminatórias, que, para eles, não passavam de brincadeiras. No entanto, tratava-se claramente de ações de discriminação racial e/ou social, mas pela falta de conhecimento quanto ao assunto, eles não conseguiam identificar e visualizar tais ações dessa forma.

Posteriormente, conversei com os alunos sobre o objetivo da pesquisa que estaria realizado, bem como da importância de cada um dos sorteados participarem da mesma, uma vez que com esta pesquisa seria possível detectar se na escola estava ocorrendo algum tipo de manifestação relacionada a discriminação racial e social.

Considerando que a Escola Albino Buttner possui três sextos anos, sendo dois de manhã e um a tarde, realizei o sorteio aleatório em duas turmas, uma do período da manhã

e a outra do período vespertino, o sorteio foi realizado nas salas dos dois períodos. Sendo que no primeiro momento sorteei 10 (dez) alunos e posteriormente, refiz o sorteio, sorteando 15 (quinze) alunos, tendo em vista a possibilidade de algum pai de aluno, não autorizar a realização da entrevista.

Após ao sorteio dos alunos, foi encaminhado o comunicado aos pais e responsáveis sobre a pesquisa, contendo seus objetivos e todos os trâmites legais para que as entrevistas pudessem ser realizadas com os alunos com as devidas autorizações dos pais, bem como a possibilidade de realizar as entrevistas com os pais e responsáveis.

Com o recebimento das autorizações, iniciou-se a grande busca para se alcançar o objetivo da pesquisa, onde foi possível observar que muitos pais e responsáveis não compreendiam o motivo da realização da pesquisa, motivo pelo qual não assinavam a autorização para que a entrevista pudesse ser realizada.

Diante das dificuldades em conseguir as autorizações, fez-se necessário a adoção de nova postura, assim, após conseguir o contato dos pais e responsáveis, comecei a ligar e a repassar as informações da pesquisa, esclarecendo todas as dúvidas e assim facilitando a compreensão dos mesmos quanto a pesquisa. No entanto, mesmo com a adoção dessa postura, utilizando ligações, conversando e explicando a dinâmica das entrevistas, os pais informavam que iriam pensar e depois dariam resposta. Assim, a pesquisa de campo se estendeu, visto que foi necessário ficar aguardando alguns dias para poder obter as respostas.

Dessa forma, após alguns dias fez-se necessário contactar novamente com os pais para solicitar uma resposta, enfatizando a importância de participação do seu filho e do próprio responsável. Após tantas tentativas, sugeri aos pais a realização das entrevistas dos alunos na própria escola, bem como dei a possibilidade de somente após a entrevista com os alunos, ir até suas casas, em momento definido pelos pais, para que estes fossem entrevistados.

Assim, após diversos impasses para obter as entrevistas, foi possível iniciar a pesquisa com os alunos, na própria escola durante momentos em que eles estavam sem aula ou que o professor os liberava para realizar tal entrevista, sendo sempre chamado um aluno por vez, explicando o motivo da pesquisa e que eles possuíam total autonomia para responder as questões com toda a sinceridade, que não haveria implicações negativas, visto que o objetivo era melhorar as situações negativas que podiam ocorrer na escola.

Durante as entrevistas com os alunos, foi possível observar que alguns alunos possuíam convicção sobre as respostas fornecidas, bem como sobre o assunto tratado.

Contudo, outros nem mesmo entendiam o que estava ocorrendo, sendo necessário realizar uma breve explicação sobre o assunto, os prejuízos causados, bem como os benefícios da pesquisa. Com as respostas dos alunos, foi notório que os alunos que não possuíam tanto conhecimento, consideravam que as situações enfrentadas por eles eram brincadeiras, além disso não conheciam nenhuma lei relacionada ao tema da pesquisa.

Foi possível a realização de entrevistas com 9 (nove) alunos, posteriormente iniciou-se o processo de agendar as entrevistas com os pais, sendo este um dos momentos mais críticos da pesquisa, visto a dificuldade em conseguir agendar horário com os pais para a realização das entrevistas. Assim, adotou-se como estratégia, iniciar o processo de entrevistas com os pais e responsáveis que estavam mais acessíveis, para posteriormente realiza-las com os que estavam mais irredutíveis.

Com a realização das entrevistas com os pais e responsáveis obteve-se diversas informações referente a falta de interação sobre o assunto com os próprios filhos, mas que sempre buscam orientar os filhos sobre tal assunto. Além disso, muitos pais concordam com a existência de racismo na escola e que a escola oferece poucas formas de conscientização sobre o assunto, que fica limitado somente ao dia da consciência negra, no mês de novembro.

Como observado o período de realização da pesquisa em campo foi repleto de percalços, foram semanas complicadas a partir do momento da liberação para realização da pesquisa, uma vez que se fez necessário insistir para que os pais participassem da pesquisa, visto que os alunos haviam sido selecionados, respondido a entrevistas. Além de 3 (três) alunos que levaram para casa a autorização e os pais não autorizaram. Sendo solicitado autorização de outros pais.

Assim, foi com muita dificuldade, com a marcação e desmarcação consegui realizar pesquisa com todos os responsáveis, sendo uma pesquisa difícil para realização em decorrência da resistência de alguns pais a participarem e a impaciência de responder as questões. Conclui-se que a pesquisa de campo foi um período complicado até chegar ao seu fim, especialmente, pela falta de conhecimento dos pais e alunos quanto ao assunto e suas consequências, sendo fundamental que a Escola invista na conscientização dos alunos e toda a comunidade escolar quanto ao assunto, visto que muitos não possuem menor conhecimento sobre a discriminação racial e social.